



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0546/08	DATA: 06/05/2008
INÍCIO: 10h36min	TÉRMINO: 15h25min	DURAÇÃO: 04h49min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h12min	PÁGINAS: 94	QUARTOS: 55

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

FRANCISCO RODRIGUES ROSA – Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Rio de Janeiro.
CLAYTON AGOSTINHO AUWERTER – Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná - SINDARSPEN.
LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Vice-Presidente da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário.
LUIZ FERNANDO CORREIA DA ROCHA – Presidente da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário.
RENATO NEVES PEREIRA FILHO – Diretor do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal.
JOÃO RINALDO MACHADO – Presidente do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo – SIFUSPESP.
FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO – Agente Penitenciário.
ANTÔNIO CLÁUDIO VIANA – Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Sergipe.
CÉSAR BOMBEIRO CASTRO – Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há termos ininteligíveis.
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dentro 4 minutos, vamos dar início aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. (*Pausa prolongada.*)

Dentro de 1 minuto, vamos dar início. (*Pausa prolongada.*)

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada na Câmara Federal com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro.

O objeto desta audiência é discutir com os representantes dos agentes do sistema carcerário brasileiro ou do sistema penitenciário os problemas e as propostas que serão apresentadas pelos mesmos.

Temos alguns convidados, representantes de Estados. Temos representantes de outras instituições que não estão na lista dos convocados e convidados para falar, mas que deverão também ter oportunidade para fazer as suas explanações sobre o sistema dos seus Estados.

Queremos registrar a presença do Dr. Maurício Kuehne, Diretor do DEPEN, que veio aqui nos entregar um relatório do Fundo Penitenciário Nacional, atualizado, agora de 2008, com todos os números do FUNPEN. Vamos também enviar alguns desses exemplares para alguns Estados.

Queremos agradecer ao Ministério da Justiça, por meio do Dr. Maurício Kuehne, e toda a sua equipe pelo belíssimo trabalho que têm realizado em nosso País e pelas informações que têm sido enviadas a esta Comissão.

Então, parabéns ao Ministério da Justiça, ao DEPEN, pelo Relatório do FUNPEN e também pelo diagnóstico que tem sido apresentado a respeito do INFOPEN e pelo Plano Diretor Penitenciário que foi elaborado, que recebeu adesão de todos os Estados, que já foi enviado a esta Comissão. O Plano Diretor Penitenciário, que é um instrumento muito importante para que possamos organizar o setor penitenciário brasileiro, já foi enviado a esta Comissão.

Queremos também agradecer a presença ao Dr. Wilson Sales Damásio, diretor das nossas penitenciárias federais e responsável pela administração das nossas unidades. Quero parabenizá-lo também pelo trabalho realizado à frente daquele departamento.

Queremos convidar, neste momento, o Sr. Luiz Antônio Nascimento Fonseca, que é Vice-Presidente da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema



Penitenciário — o Sr. Luiz Fernando ainda não chegou. Ele é nosso convidado também —; o Dr. Francisco Rodrigues Rosa, Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro, e o Sr. Clayton Agostinho, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná.

Como temos muitos convidados, vamos hoje inverter um pouco o tempo normalmente concedido aos convidados. Normalmente o tempo é de 20 minutos, mas, como temos aqui vários Estados representados e queremos ouvir a explanação de alguns Estados, vamos conceder o tempo de 10 minutos para cada expositor fazer a sua explanação, fazer o seus relatos, apresentar as suas propostas. Vamos ser rigorosos no tempo, para que outros Estados também tenham a oportunidade de fazer uso da palavra.

O objetivo desta audiência é debater com os agentes, os representantes dos agentes, os problemas enfrentados dentro do sistema penitenciário.

Nós temos deixado bem claro por onde passamos que a CPI do Sistema Carcerário não criada para defender nem empresa nem Estado. Fomos criados para defender um sistema que funcione. E nós sabemos que para o sistema funcionar é importante que ele funcione para a população carcerária, funcione para os agentes penitenciários, funcione para os servidores penitenciários e para a Polícia, que em alguns Estados faz o policiamento externo desse sistema, e também para a sociedade brasileira.

Nosso objetivo à frente da Comissão tem sido defender um sistema que funcione e que cumpra com suas funções. Por onde nós passamos, estamos percebendo que os problemas enfrentados pelos agentes em alguns Estados são semelhantes ou piores aos enfrentados pela própria população carcerário desses Estados.

Nós, além de visitarmos as unidades prisionais, as celas, os refeitórios, em todas as unidades que visitamos, visitamos também os alojamentos dos agentes, a cozinha dos agentes, a comida feita para os agentes. Nós também temos a preocupação com os servidores que hoje prestam serviço no sistema penitenciário nacional. Por isso convidamos representantes desses Estados para fazerem explanação sobre os problemas, as dificuldades encontrados nos Estados e as propostas que os agentes têm sob sua visão para resolvermos esses problemas.



Passo a palavra neste momento ao Sr. Luiz Antônio Nascimento Fonseca, Vice-Presidente da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário, que esteve conosco nos acompanhando em diligência ao Estado da Bahia.

O Sr. Luiz Antônio Fonseca tem a palavra, neste momento, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Sr. Deputado, só para uma questão de ordem, queria pedir para passar, uma coisa de 3 minutos, até porque as propostas nossas eu coloquei num *data-show* e eu queria que a plenária toda pudesse, assim, ter conhecimento de uma forma visual. Aí eu posso passar a palavra para os meus colegas, se V.Exa. permitir e, logo depois que esteja pronto o *data-show*, eu darei continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Enquanto se prepara o *data-show*, vamos passar a palavra ao Sr. Francisco Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado do Rio de Janeiro, por 10 minutos.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Sr. Presidente, primeiramente meu bom-dia e muito obrigado pelo convite e oportunidade. Senhores da Mesa, senhores presentes, de início, a gente, para poder ganhar tempo, porque 10 minutos para falar de uma questão tão polêmica é muito pouco. A gente poderia ficar aqui o ano inteiro falando sobre esses 28 anos de conhecimento do cárcere, mas creio que a gente deve ser objetivo e abordar aquilo que é tema latente para uma sociedade que deseja e clama por um sistema penitenciário justo e eficaz. Sr. Presidente, eu gostaria de abordar alguns pequenos temas, que eu não tenho dúvida nenhuma que já é do conhecimento de V.Exa. e também desta Casa, quanto ao sistema penitenciário no sentido *lato* e *sensu*. A questão econômica do País não é boa e a do sistema penitenciário é de fartura e desperdício. Fala-se muito em questões econômicas, e eu agora, diante desta revista, vejo o quão se gasta, de uma forma mais objetiva e comprobatória. Mas, no Rio de Janeiro, temos milhares de viaturas circulando diariamente, muitas delas sem dar assistência de segurança pública ao cidadão, enquanto tantas outras se preocupam em comboiar e transportar presos pelos diversos fóruns do Rio de Janeiro, sem a condição e a competência tais e a segurança mínima, tendo em vista que a Polícia Militar, que faz isso lá em



consonância com um grupamentos de escolta do sistema penitenciário, em desatenção às regras mínimas, visto que a PM jamais sabe qual é o preso que ela está transportando. Ela pode estar fazendo o transporte de um preso de extrema periculosidade sem um mínimo conhecimento e faz isso apenas com uma viatura. E aí a gente tem a fragilidade provocada por uma despesa do Erário estadual, sem a necessidade, sem a devida cobertura que deve ser dada, por falta de consonância de entendimento gerencial. A PM não sabe porque ela simplesmente corrobora, ela pratica um auxílio ao sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Nesse ponto, temos as viaturas que transportam os presos em estado de extrema precariedade, caindo aos pedaços. Se chove, não tem sequer limpador de pára-brisa, com um funcionário lá dentro com armas obsoletas, com armamento e com munições que não funcionam. Isso já é dado comprovado, porque já tivemos vitimados companheiros que foram executados sumariamente no Rio de Janeiro, dentro das viaturas, por que não tinham condições de confronto ao comando criminoso, que foi recapturar o preso dentro da Cidade do Rio de Janeiro e, precisamente falando, em Niterói, que é uma grande cidade e já foi, inclusive, capital do nosso querido Estado. Dentro dessas problemáticas de custeio, a gente pode observar também que o sistema penitenciário nacional, mesmo recebendo os aportes da União, não aplica de forma gerencial e ordeira os recursos. Porque não só os servidores do sistema penitenciário, como principalmente os presos, não recebem a mínima objeção, o objeto desse recurso, tendo em vista que 80% deles vivem num estado de extrema precariedade. A Lei de Execução Penal não é praticada em 20% de sua ação. Os presos são, na verdade, um bando amontoado, enclausurado pelo Estado, que deveria tratar e recuperar, para que fossem reinseridos na sociedade de forma a oferecer o menor dano possível a ela. Mas assim não funciona. E não funciona porque não existe no Brasil, hoje, uma política penitenciária direcionada para a eficácia do sistema penitenciário. Muito se fala, a gente vê falar... Muitos juristas... No alto dos meus 28 anos, já fiz vários cursos do sistema penitenciário. Sou advogado, pós-graduado, e já ouvi excelências em debates mirabolantes. Muito bonito de ver e ouvir, mas dentro do cárcere o Ministério Público não vai porque não quer. O assistente jurídico, que é o defensor público, não vai porque não quer ou porque não tem interesse. E lá dentro fica um mundo segregado de prisioneiros e



um quadro de funcionários caótico, totalmente despreparado para a verdadeira política de ressocialização, totalmente despreparado porque o Estado assim o faz. Ele não investe no aprimoramento dos funcionários, não investe no acultramento desses funcionários, não gasta com a profissionalização. Simplesmente lhes paga mal e porcamente para que eles lá fiquem, para dar satisfação social, para dar uma prestação de contas à sociedade no sentido de ter presídios, hoje verdadeiras masmorras que enclausuram cidadãos sem ter a devida compaixão pelo ser humano. Os homens públicos do nosso País hoje não se preocupam com o sistema penitenciário ou os trata como uma verdadeira lata de lixo humano. Isso é o que eu vi ao longo dos meus 28 anos. Temos vários órgãos, Excelência, de defesa: ONGs e igrejas que fazem trabalhos dentro do cárcere. Essas têm algumas preocupações. Mas o Estado, que deveria ser o primeiro braço forte, esse é o mais omissivo de todos. Temos o DEPEN, o CONEN, o Conselho Penitenciário, que a gente vê em mil relatórios, e eu só os vejo pela Internet. Eu nunca conheci um conselheiro. Em meus 28 anos, nunca vi um único conselheiro entrar no sistema penitenciário para fazer absolutamente nada. Nada. Os relatórios que eu vejo pela Internet são efetuados, quero crer, pelos próprios secretários. O secretário deve mandar alguma coisa... Os secretários dos Estados devem mandar alguma coisa para o DEPEN, porque não é possível que eu nunca tenha visto nesses meus 28 anos... E olha que sou presidente pelo quarto mandato. Doze anos de efetivo exercício na obrigação de fazer, como representante sindical, e não conheço nenhum relatório, nenhum conselheiro. Nunca os vi dentro do sistema penitenciário. A despesa que existe é grandiosa, mas nunca vi também o Tribunal de Contas da União ou outro qualquer entrar lá dentro para fiscalizar absolutamente nada. Quem faz comida para preso? Pelo menos no meu Estado e na maioria que eu conheço são empresas, são empresários, em conluio com os administradores públicos. A maioria das empresas que fazem comida no sistema penitenciário nacional hoje são empresários do ramo que, em conluio, ganham licitações, e aí começam a praticar uma verdadeira exploração do Erário, através de uma comida claramente cara para a porcária que é servida aos presos e que, automaticamente, é também oferecida aos funcionários, que na sua maioria saem do presídio, fragilizando a segurança, para poder comer nos botequins da vida. Porque é intragável, é impossível comer o que é oferecido. E



esses presos, que deveriam ter uma alimentação de acordo com o preço praticado, não têm. As viaturas, que deveriam oferecer a eles condições mínimas de segurança, não oferecem. O que temos então? É uma despesa altíssima, uma lei de execução impraticável não pela questão *sensu*, mas pela questão *lato*, Sr. Presidente, porque o próprio Poder Público, não só o juiz da vara de execuções, que nunca entra, nunca entra... O juiz da vara de execuções... Vai aqui uma denúncia: os juízes das varas de execuções não vão ao sistema penitenciário para não serem cobrados pelos presos. Eles não querem ser cobrados cara a cara. Mandam lá algumas pessoas auxiliares... E lá no Rio de Janeiro tem uma senhora muito dedicada. Ela vai com o caderninho e sai de lá com o caderno abarrotado de reclamações e ponderações. Eu mesmo, na qualidade de advogado, de assistente jurídico, botei um preso na rua. Em 1998, Sr. Presidente, quando me formava e terminei a pós-graduação, fui trabalhar numa assessoria jurídica, prestando serviços jurídicos ao Estado de forma gratuita, encontrei um preso com pena terminada há mais de 20 anos, por questões de homonímia. Tenho isso em minha ficha. Tenho isso em minha fundação... Na época, não tinha essa prova da OAB, não era tão caxias como hoje, e aí a gente tinha que fazer o nosso livro. Fui lá e apresentei. Isso faz parte da minha tese, inclusive com grande elogio do Dr. Álvaro Mayrink, que é um desembargador do Rio de Janeiro. Esse preso simplesmente estava lá preso porque tinha homonímia clara do nome Silva, e o sistema penitenciário o mantinha lá porque não tinha ninguém que se interessasse por ele, nem da defensoria pública, nem o juiz da vara de execuções, nem ninguém. E ele poderia morrer lá dentro que ninguém ia saber, simplesmente porque não tinha família, não tinha como ter um advogado, a defensoria pública nada fazia. E ele só deu uma sorte porque eu fui trabalhar naquela unidade e o conheci trabalhando com abnegação. E um belo dia ele entra na sala da Jurídica, para ter uma assistência, e eu digo: *“Pô, Jesus, que você vem fazendo?”*, *“Ah, Sr. Francisco, eu vim para ver isso assim, assim, assado...”* Na curiosidade, fui ver a situação dele e fui bater, uma questão simples. Ele jurava de pés juntos que só tinha 2 processos, 2 condenações, e tinha um rosário lá. Eu fui procurar saber daquilo ali e, com a devida abnegação, fui ao Félix Pacheco, pedi para fazer pelas impressões digitais e pela filiação. Nada batia, nada era dele. E ele já tinha ali 19 anos, 6 meses e 24 dias de pena a mais. A mais, Sr.



Presidente. Isto é corriqueiro no sistema penitenciário do Brasil. Isto é corriqueiro. Isto não é nenhum fenômeno. É normal o preso tirar mais pena do que a pena imposta. Isso é uma coisa comum e é comum por quê? Porque hoje, no Judiciário, mesmo estando com esse mundo de informatização, ainda existem falhas porque os processos dependem de seres humanos para fazerem suas catalogações e ainda se encontra muita coisa assim. Isso são alguns detalhes que acontecem no penitenciário, para não dizer das dicotômicas despesas equivocadas, a meu ver, por ordem de falta de gerenciamento e de uma política gerencial voltada especificamente para essa matéria. Hoje, nós temos aí, dentro do Rio de Janeiro, falando especificamente em Rio, 2.792 policiais militares comprometidos com o sistema penitenciário. E esses policiais são pagos, à luz da Constituição, para dar segurança ao cidadão extramuro, e não para dar segurança a cidadão intramuro. Não é atribuição específica da PMERJ, da Polícia Militar do Rio, quiçá do Brasil, esse tipo de atribuição. Por que, então, ficar gastando esses milhões com esses profissionais e viaturas, quando, na realidade, existe todo um conjunto de atribuições próprias dos agentes penitenciários e que ainda colocam lá inspetores de segurança e administração penitenciária, como no Rio de Janeiro? Quando na realidade nós não conseguimos fazer segurança nem administrar, porque os Governadores normalmente colocam seus comandantes, seus secretários e lá eles desempenham uma política que a eles é conveniente, contratando as quentinhas da vida que a eles são convenientes. Entra secretário, entra um grupo de empresários na cozinha. Sai o secretário, sai aquele grupo e entra um outro. As cantinas são exploradas para explorar os presos. No Rio de Janeiro, existe cantina vendendo cigarro ao dobro do preço da rua. Um quilo de açúcar é o dobro do preço da rua. Um pacote de biscoito é o dobro do preço da rua. Ou seja, preso com muita honra, porque ele é preso, teve que roubar para poder se manter dentro do sistema carcerário. Porque eles são extorquidos pelo Estado. Isso é extorsão. Isso é extorsão. E onde é que entra o Brasil e o sistema de controle dentro do sistema penitenciário? Por que ele tem que pagar muito mais caro, 100% mais caro, um pacotinho de biscoito? Por que um saquinho de leite, um suquinho é no mínimo 100% mais caro dentro do presídio? Por que isso tem que acontecer? Isso favorece a quem? Aos exploradores. Quem são esses exploradores? O braço forte do Governador que virou secretário. É um



conluio, e um conjunto de ação pernicioso, porque não existe dentro do sistema penitenciário, não existe no Brasil uma política voltada para o sistema penitenciário, e não existe lei a ser cumprida. A Lei de Execução Penal é omissa nesse tratado. Ela não fala absolutamente nada sobre isso. Ela fala de religião, tratamento, custódia, etc., fala um monte de coisa, religião, mas não fala, não regra, ela não proíbe, ela não é inibidora de ações criminosas. O processo de licitação, ele não é limpo e justo como deveria ser dentro dessas questões. Daí cada secretário favorecer-se do seu cargo para poder se locupletar dentro de um sistema de licitações viciadas, fazendo sangrar os cofres públicos ao bel-prazer daquele político momentâneo, que são os Governadores. Eu governador, secretário Joaquim, Joaquim é amigo do coronel fulano de tal, que tem quem indique, que nem tem, que nem tem. E aí eu faço aqui outra denúncia, Sr. Presidente: se for requisitado pela Polícia Federal e mandar se fazer uma investigação sigilosa como a Polícia Federal, graças a Deus no Brasil está atuando com eficiência, eu não tenho dúvida nenhuma que vai nascer mais um escândalo, porque eu não tenho a menor dúvida de que a maioria, no Brasil, das empresas que trabalham dentro da exploração do apenado, da questão pena, nos diversos Estados, são em conluio. Porque não há, na realidade, não há interesse. O empresário, para ter interesse, ele tem que visar lucro, ele tem que ser bom, e lá dentro nada dá lucro, não existe como tirar lucro de um preso, a não ser que vai meter a mão no bolso dele, ou então vai meter a mão no bolso do Estado. Só tem 2 bolsos. O do preso, através da cantina, e o do Estado, através da comida e assistência ao preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dois minutos para concluir.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Sr. Presidente, nesses 2 minutos, gostaria de fazer uma aclamação à Nação. Acho que já é tarde, muito tardio para que nós, brasileiros, nacionais, tomemos uma posição. Eu acho que já é tarde demais, já pagamos muito caro por um sistema penitenciário espúrio, ineficiente, ineficaz. É imperativo que o Brasil saiba que se não passar pelo sistema penitenciário não haverá segurança cidadã neste País jamais. Haverá, sim, senderos luminosos, haverá comandos vermelhos, a dos amigos dos amigos. Hoje, no Rio de Janeiro, criou-se até a milícia, já estamos na milícia. A nível de Rio de



Janeiro, isso é um passo dos guerrilheiros em nome de uma nacionalidade, em nome de um Brasil maior. Em nome de um Brasil salvador da Pátria, já existe em tal Estado, que é o meu, infelizmente, uma coisa chamada milícia, que é grupamentos de militares que se arvoram em fazer proteção de determinadas comunidades e cobram por isso. Cobram ao cidadão para que pague vinte reais e ele vai ter segurança. Quando na realidade se paga à União. A União é quem tem a obrigação, o Estado é que tem obrigação de dar segurança, mas ele tem que pagar 25 mil reais a esses policiais e eles ficam rondando armado, com a arma do Estado e dele, para poder dar uma falsa impressão de segurança. E aí espanta, através de assassinatos, os criminosos, os verdadeiros criminosos e ficam tomando conta daquela sociedade. Eu temo muito por isso, porque a partir daí nós podemos ter um grande mal social, e essas milícias se transformando em verdadeiros defensores. E, no momento em que tivermos uma milícia e uma polícia, no momento em que tivermos uma milícia forte, como está acontecendo no Rio de Janeiro, com Deputados e Vereadores comandando isso, eu temo que não demore a gente tenha um Senador da República, com vários Deputados e vários Vereadores milicianos e, a partir daí, comece a nascer um grande salvador da Pátria, e nós vamos ter então, em breve estado de momento, um grupamento armado, forte, com um sentido politizado, e aí nosso sistema penitenciário vai ficar cheio de ex-políticos, como estão no Rio de Janeiro, ex-delegados de Polícia Federal, como está no Rio de Janeiro, ex-Vereadores, e aí a coisa fica um tanto quanto perigosa para nós outros, pobres cidadãos que reclamamos por um sistema penitenciário eficaz e eficiente. Eu acho que a condição é plena. Sr. Presidente, para concluir, eu acredito que é obrigação desta CPI, e nasce aqui a esperança para mim de ter efetivamente uma lei que possa nortear o sistema penitenciário num caminho correto, fazendo com que os Estados cumpram objetivamente uma lei de diretrizes que venha a nortear o sistema penitenciário por um caminho outro que não seja esse que estamos vivenciando no momento. Muito obrigado pela atenção e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. Francisco Rodrigues Rosa, que é Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro, pela sua participação. E nós vamos neste momento abrir a palavra para que outros convidados possam se expressar,



mas ainda acontecerá o debate de perguntas a respeito da explanação de V.Sa. por parte dos nossos colegas Parlamentares.

Passo a palavra neste momento para o Sr. Clayton Agostinho, que é Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná.

O SR. CLAYTON AGOSTINHO AUWERTER - Bom-dia, Srs. Deputados, bom-dia aos presentes, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade e também louvar o trabalho que essa CPI vem desenvolvendo, indo até os Estados para procurar realmente se inteirar dos fatos. Tivemos o prazer de receber esta CPI lá em Cascavel. Estiveram lá o Deputado Neucimar, a Deputada Jusmari, o Dr. Damásio e mais um grupo de pessoas, os quais visitaram algumas unidades penais do Paraná em Cascavel. Também debatemos, numa audiência pública em Cascavel, esses assuntos pertinentes ao sistema penitenciário do Paraná e nacional. Ocorre que eu tive a oportunidade de, no traslado entre a unidade penal em que nós estávamos e a Câmara Municipal, conversar com algumas pessoas que integravam esta CPI, onde nós questionávamos a efetividade do sistema penitenciário. E houve uma questão levantada naquela situação sobre o porquê de muitas vezes não funcionar, apesar da estrutura de que o Estado dispõe para que o sistema penitenciário cumpra seu papel. No momento não achei o fórum ideal para responder essa pergunta, mas acho que agora é o momento correto, gostaria de me expressar nesse sentido, e usar particularmente um Estado. Evidentemente que toda essa sintomática do sistema penitenciário é nacional. É um padrão nacional infelizmente. E problemas... A gente se reúne muito, vários Estados da Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários e do Fórum Nacional para assuntos penitenciários, e temos oportunidade de comparar um sistema com outro e viemos a descobrir que os sintomas são nacionais. Mas eu vou me remeter ao Paraná, que é o meu Estado, o Estado o qual represento, e posso exemplificar. Lá no Estado do Paraná, o agente penitenciário, o servidor penitenciário, para fazer parte do quadro próprio do Poder Executivo do Paraná, deve prestar um concurso público. E nesse concurso ele passa cerca de 2 anos por várias fases para se tornar um funcionário público e conquistar o seu *status* de funcionário, a sua efetividade. Ocorre que ele, passado a (*ininteligível*), mesmo após o probatório, estágio probatório de 3 anos, ele vai para uma unidade penal desempenhar suas funções. E quem é o diretor da unidade



penal? É um cargo em comissão. É uma pessoa que não fez concurso nenhum para estar naquele local. É um apadrinhamento político, no entanto, essa pessoa tem o poder de demitir o funcionário público, que prestou um concurso de 2 anos para exercer a sua função. Quem é o coordenador do sistema penitenciário no Paraná? É um cargo em comissão. Quem é o Secretário de Justiça no Paraná? É um cargo em comissão. Então, a nossa discussão, sem discutir mérito, é realmente o comprometimento dessas pessoas com os sistemas penitenciários. O que acontece? Em função disso, as políticas são sazonais. Ou seja, é como bem citou o companheiro Chiquinho, muda o governo, ou dá uma ciranda política, mudam-se alguns postos e muda-se a política penitenciária. O sistema penitenciário carece hoje de uma política perene, estabelecer metas e objetivos, e que essas metas e objetivos sejam estabelecidas por profissionais penitenciários comprometidos com o sistema, para que essas políticas penitenciárias surtam seus efeitos. Eu tive alguns problemas no meu Estado, quando nós falávamos nessas condições de trabalho e falávamos sobre a dignificação do cumprimento da pena do preso. E alguns encararam com estranheza. Dirigente sindical falando sobre dignidade e comedimento de pena de preso? Olha, senhores, isso nada mais é do que o reflexo de um profissional querendo cumprir seu papel, que é trazer o benefício para a sociedade do Estado o qual ele representa. A função do servidor penitenciário é fazer com que o sistema penitenciário seja efetivo e cumpra seu papel. Ou seja, que receba o transgressor da lei, que procure aplicar as políticas necessárias para sua reeducação, sua ressocialização e sua reintegração na sociedade, que é para quem ele de fato trabalha. Então, nosso maior problema hoje em dia é esse tipo de coisa. Inclusive, gostaria de, neste momento, passar às mãos do Deputado Neucimar Fraga uma gravação e uma degravação. Evidentemente que todos os Estados têm seus dispositivos para apurar as faltas. Se o servidor público comete uma falta, de fato ele vai passar por uma sindicância, um processo administrativo e, se realmente ele deve, ele cometeu essa falta, ele vai ter que pagar por isso. Só que no Estado do Paraná não está acontecendo isso. Os funcionários públicos concursados estão sendo exonerados sem a devida justificativa. Inclusive isso foi parte até de discussão por parte do Governador, quando condenou os juizes do Paraná que estavam reintegrando, através de ações do Sindicato, servidores públicos que



havam sido exonerados injustamente. Então, aqui tem uma prova cabal disso. Submeto isso a essa Comissão, que é o fórum pertinente. Espero ter esclarecido essa dúvida. Gostaria também de falar sobre o preparo da CPI no sentido de promover as mudanças e a transformação necessária. Vou citar até um pensador, James Baldwin, quando ele disse que você não consegue mudar o que não consegue encarar. Então, precisamos encarar os sistemas penitenciários de frente, identificar os problemas e, através da identificação, procurar resolvê-los, para que a gente possa cumprir o nosso papel de fato. Nós cremos, os servidores penitenciários do Paraná e os agentes penitenciários do Paraná, que um caminho correto para regulamentação da nossa área e para a normatização é a polícia penitenciária. Existe uma PEC, a de nº 308, que está tramitando nesta Casa de leis, a qual cria uma corporação, com as obrigações...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CLAYTON AGOSTINHO AUWERTER - PEC 308. Eu falei isso? PEC 308, a qual cria uma organização, com uma estrutura, muitos dizem de caráter policial. Eu não gosto muito dessa expressão, mas, de fato, o serviço do servidor penitenciário, do agente penitenciário, dentro da área penal, assemelha-se muito ao serviço de um policial, em função de que ele faz um batalhamento ostensivo, como a Polícia Militar, que ele tem que fazer diligências para apurar os ilícitos dentro da unidade penal, como faz a Polícia Civil, e com uma efetividade até muito maior, porque ele precisa chegar ao fato antes de acontecer. Não adianta saber quem fugiu depois que fugiu, ou quem matou depois que matou. Então, temos que chegar aos fatos antes. Então, o que acontece? A normatização no sentido de que vai transformar o servidor penitenciário num profissional de fato, coisa que hoje não acontece. Eu costumo comentar com os servidores do Paraná, com os companheiros que, se você for naquela classificação brasileira de ofícios, você não encontra ofício de agente penitenciário ou de servidor penitenciário. Servidor público ou qualquer outra coisa, mas não existe a nossa função profissional. Isso é necessário para que possa existir, como eu já falei, políticas perenes na administração das penitenciárias. Tenho chamado muito a sociedade paranaense para essa discussão, haja vista que as Polícias Civil e Militar são efetivas no seu trabalho de prender os criminosos que cometem os ilícitos, mas, depois dessa



prisão, esse criminoso vai para o sistema penitenciário. E daí o que acontece? Acontece que toda sociedade e as autoridades ignoram o caráter que o sistema penitenciário tem no contexto da segurança pública. O criminoso vai para uma penitenciária dos nossos Estados, muitas vezes passa uma pena — vamos citar uma pena hipoteticamente de 15 anos — e quando ele volta... Quinze que ele consome... Por exemplo, no Paraná custa 1.400 reais um preso por mês. Ele consome esse dinheiro nessa pena de 15 anos, e, quando a pena dele finda, já que no nosso País não existe prisão perpétua nem pena de morte, o que ele vai fazer quando vai para a liberdade? Atentar novamente contra a vida e o patrimônio da população que nós servimos. Então, isso está errado e tem que mudar, e só vai mudar quando houver políticas penitenciárias perenes, as quais levantadas por quem detém o real *métier*, que são os servidores penitenciários. Nós ficamos muito com essa situação, em função de que as pessoas que tomam as decisões nos sistemas penitenciários não são pessoas comprometidas com o nosso meio e muitas vezes não têm interesse em favorecer a sociedade para a qual nós trabalhamos. Muitas vezes seguem por interesses escusos, os quais não nos cabe aqui citar em função de falta de provas. A gente sabe que o sistema penitenciário deixa muito a desejar nesse sentido de cumprir o seu papel, que é ressocializar para reintegrar. Muitas vezes eu sou questionado sobre a solução. Primeiramente, já disse sobre a questão das políticas penitenciárias, que devem mudar. Eu também cito uma situação hipotética: vamos supor que 2 pessoas, lavradores, no interior de um Estado qualquer, que acabaram por se embriagar e um acabou dando uma machadada no outro e matou. Então, perante o Código Penal, é um criminoso, cometeu um crime e tem que pagar por isso. Ele tem que ser preso, julgado e preso. Só que daí a jogar ele, por exemplo, no nosso Estado, numa penitenciária central do Estado do Paraná, em Piraquara, que é uma penitenciária que tem 1.500 presos, uma prisão que foi construída em 1950, que é até fora do padrão... Já que gostam de fazer propagandas no Paraná falando nas cadeias novas, temos cadeias antigas, sucateadas, superlotadas, nas quais o servidor penitenciário trabalha em número insuficiente. Então, prender uma pessoa como essa, mas jogar ela numa penitenciária como essa, sem uma classificação, sem uma individualização de pena, é condenar essa pessoa que cometeu esse crime a ser um reincidente. Por quê? Eu



não tenho vergonha de falar, senhoras e senhores. Dentro de uma unidade penal só existem 2 lados: o lado do malandro e o lado do otário. O malandro sevicia, explora, e o otário é explorado e seviciado. Então, esse cidadão, que acabou sendo preso por um crime que ele não cometeu, que era um criminoso de contingência, ele acaba fazendo um curso de malandro para se proteger, para não ser seviciado, não ser explorado. Então, é assim que ele se torna um criminoso profissional. Nós temos que acabar com as escolas do crime, com as universidades. Aí as senhoras e os senhores podem perguntar: *“E, nesse meio tempo, onde está o agente penitenciário?”* Eu respondo às senhoras e aos senhores: está sobrevivendo, pela total falta de condições de trabalho. No Paraná... Nós temos denúncias no Ministério Público do Paraná a respeito da falta de condições de trabalho do agente penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dois minutos para concluir.

O SR. CLAYTON AGOSTINHO AUWERTER - Obrigado, Deputado. Por ter que trabalhar em cadeias sucateadas ou muitas vezes cadeias novas, construídas... Como o Deputado teve oportunidade de ver, a Deputada também, o Dr. Damásio conheceu também o CDR e a PIC, são cadeias novas, mas muitas vezes carecem do toque do agente penitenciário. As cadeias são construídas por engenheiros, não por profissionais de segurança. Então, os novos CDRs que estão sendo entregues lá no Paraná, eles têm de sofrer 40 alterações estruturais antes que o Estado possa tomar posse e possa alojar os presos. Então, quer dizer, isso significa que as unidades penais não são feitas, voltadas, focadas para o caráter da segurança, o que acarreta problemas sérios para os agentes penitenciários e para os servidores de um modo geral. Precisamos mudar radicalmente as políticas penitenciárias, estabelecer uma perenidade nessas políticas, todas baseadas nesse conhecimento, nesse *feeling* que possuem os servidores penitenciários. Precisamos, senhoras e senhores, promover essa mudança rapidamente. E eu creio que o caminho mais correto é a proposta da PEC nº 308, que cria uma polícia penitenciária, um quadro próprio que acaba com os cargos em comissões, que acaba com os pára-quadristas do sistema penitenciário, os quais, na melhor das hipóteses, promovem a estagnação do sistema quando da sua administração. Mas quando não acontece,



como aconteceu em 2000, que pessoas escusas assumiram a Secretaria da Justiça e vieram a promover rebeliões com o intuito de sucatear o sistema penitenciário para poder favorecer a terceirização. Isso é um ato criminoso e que só é possível porque se permite que os cargos de comissões continuem gerindo o sistema penitenciário. A polícia penitenciária viria criar um quadro próprio que inibiria esse tipo de atitude e promoveria a profissionalização do servidor penitenciário, fazendo com que nós cumpríssemos o nosso papel e déssemos a resposta necessária à sociedade brasileira, que tanto espera na questão da segurança pública e da criminalidade. Eu quero dar os parabéns à CPI novamente, quero agradecer este espaço, o privilégio de poder estar aqui expondo a nossa situação, representando os servidores penitenciários, os agentes penitenciários do Paraná. E me coloco à disposição para toda e qualquer necessidade. Nós estávamos aqui no dia da instalação desta CPI, tivemos essa bem-aventurança de estarmos aqui quando foi instalada, nos colocamos à disposição. E a CPI tem nos procurado e tem nos dado vez e voz. Eu agradeço e espero que eu tenha contribuído para que a gente consiga promover a mudança. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Dr. Clayton, que é Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná.

Concedo a palavra, neste momento, ao Dr. Luiz Antônio Nascimento Fonseca, que é Vice-Presidente da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Bom-dia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Queremos deixar registrada, mais uma vez, a presença do Dr. Damásio, do DEPEN, aqui conosco; dos Deputados Bispo Manoel Ferreira, Padre José Linhares, Dr. Talmir, da Deputada Jusmari Oliveira, que é autora desse requerimento e Sub-Relatora da CPI dos assuntos relacionados aos servidores penitenciários, e vai receber um capítulo à parte desta Comissão. O Senador João Tenório também, nosso companheiro de Alagoas.



A Deputada Jusmari é Sub-Relatora desse assunto e é autora do requerimento desta audiência pública. Queria convidar a Deputada Jusmari para sentar aqui conosco. Peço à Secretaria que coloque uma cadeira a mais aqui.

O Sr. Luiz Antônio Fonseca tem a palavra.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Bom-dia, Exmo. Sr. Deputado Neucimar Fraga. Na pessoa do nobre Deputado, eu cumprimento toda a Mesa. Bom-dia a toda a Plenária, bom-dia aos nobres companheiros, servidores, agentes penitenciários do País, representantes de suas categorias; nosso Presidente, Fernando Rocha, do Rio Grande do Sul; companheira Anunciação, do Mato Grosso do Sul; colega do Maranhão, César Castro; Presidente do Sindicato de Sergipe, Antônio Cláudio, e companheiro Renato, aqui do Distrito Federal. Queria dizer aos senhores... Antes, porém, agradecer à Deputada Jusmari pela brilhante iniciativa desta audiência pública, esteve conosco lá, no Estado, viu as agruras...

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Estou sempre com vocês!

O SR. LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - ... dos cárceres brasileiros, em especial lá, da Bahia. Início dizendo que 10 minutos é muito pouco para a gente fazer uma historiografia do sistema prisional brasileiro. Já estive aqui em outras oportunidades, até me sinto emocionado, mais uma vez, quando a gente, praticamente, desde 2001, acelerou o processo de estar aqui, nesta Casa, por entender que é aqui que a gente vai conseguir modificar a questão estrutural do sistema prisional brasileiro. Lógico que não é fácil, porque manter o homem preso... O mundo ainda não encontrou uma forma adequada de manter o homem preso. O mundo tem que procurar... A forma adequada é manter o homem livre, é o bem maior, que é a liberdade. Mas como o crime é fenômeno social, como já diziam os filósofos, isso vai acontecer diante da sociedade, que ela cresce, que ela pensa, que ela... O progresso, então, está aí, é inevitável a questão das prisões. Dizia o nosso Nelson Mandela — ninguém melhor para falar em relação ao cárcere, 28 anos preso, sabe o que é isso, sabe o que viveu o nosso líder africano Nelson Mandela. Eu início com essa frase: dizer que aqui não tem nenhuma fórmula para o sistema prisional, mas, sim, nós temos determinados pontos cruciais que podem atenuar essas agruras do cárcere. Eu queria só... Eu já passei esse filme, nobre Deputado. Mas, com certeza, queria que o Diretor do Departamento Penitenciário Nacional



estivesse aqui. Foi por isso que eu quis passar, porque eu queria trazer um outro viés para o nobre Diretor do DEPEN. Mas está aqui o representante, Dr. Wilson Damásio, a quem quero dar um cordial bom dia. Com certeza é uma pessoa importante nesse processo de mudança na questão do sistema prisional.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu só quero... Essa aí eu já mostrei. Aconteceu em Mato Grosso do Sul. São cenas chocantes (*ininteligível*) Sul, em Urso Branco, aconteceu no presídio lá, em Rondônia, que tratam um pouco da realidade do sistema. Eu quero aqui trazer realidade, porque, com certeza, esta CPI, que viu essa realidade de uma forma mais, assim, efetiva. Mas, com certeza, a sociedade brasileira desconhece as agruras do cárcere. Só vê quando eclode rebeliões, motins. É aí que dão uma conotação em relação aos presídios. A gente precisa entender esse processo dos presídios, porque todos nós estamos presos. Quando há esses problemas dentro dos presídios baianos, ele envolve toda uma sociedade. Quando os presos orquestram aqueles planos mirabolantes em relação ao crime organizado, como aconteceu em São Paulo... Está chegando o Presidente de São Paulo, que teve que vir para esta cidade aqui correndo. O Ministério da Justiça teve que trazer o Presidente do Sindicato do Rio de Janeiro, porque ele foi ameaçado de morte naquela época que morreram 21 agentes penitenciários em São Paulo. Iam na casa buscar. E agente penitenciário, então, manda matar. Ainda a gente ouve, no seio do Ministério da Justiça, dizer que os agentes penitenciários não correm risco, que nossa função é de ressocialização. Entendemos que fazemos parte de um processo de ressocialização. O agente penitenciário está ali num processo de ressocialização. De que forma? Uma conduta ilibada que esse profissional precisa ter; respeitar os direitos humanos, que esse profissional precisa ter. Agora, agente penitenciário não é babá de preso. Isso precisa ser muito bem claro e colocado aqui, nesta Casa, porque há uma distorção, um mosaico cultural em todo o Estado em relação ao papel desse servidor. Querem que o agente leia a carta; querem que o agente vá na casa da mãe do preso e diga de que forma o preso está. Ou seja, esse não é o papel do servidor, do agente penitenciário. Precisamos desmistificar isso. Esse é o principal problema do sistema prisional. Querem colocar nesse profissional como o responsável pelos problemas que acontecem no cárcere. E a rescindência, que



chega a 70%, vai acusar também os servidores? E de quem é o papel de ressocializar? Onde estão os técnicos? Cadê o terapeuta ocupacional? Cadê o psicólogo? E os demais técnicos que a lei preconiza, que devam estar no processo de ressocialização? Então, isso precisa ser muito bem desmistificado, porque o papel do servidor penitenciário é um papel de segurança, de vigilância e custódia, porque é assim que ele é cobrado. O preso fugiu. Cobra de quem? Cobra do agente. Então, é preciso deixar claro que o papel do agente, pra todos nós, em relação ao sistema, às lideranças, aos servidores penitenciários, que nosso papel, está muito claro, é de vigilância. Pode passar, por favor. Essas são cenas que eu coloquei, cenas cruéis que acontecem. Eu queria só mostrar. Em um presídio do Mato Grosso do Sul aconteceu isso. Os Deputados, a comitiva que visitou os presídios, viram que esse presídio aí está bom, mas as condições são indignas. O próprio Deputado Neucimar Fraga disse que o alojamento dos agentes penitenciários parece que é cela do preso, e determinadas celas do preso parecem que são alojamento dos agentes. Há uma inversão de valores. Não vou dizer de valores, porque também não queremos que o preso viva em condições desumanas. Mas os agentes penitenciários precisam de uma condição mais adequada para fazer, para cumprir seu papel social. Aí é outra coisa que eu acho que os nobres Deputados puderam observar, nessas visitas, acredito, nos 18 Estados da Federação, a permissividade estatal: televisão, ventiladores, frigobar, geladeira. Tudo isso entra, está dentro do sistema prisional. E, aí, a culpa é dos executores da pena? Dos agentes? Cadê a direção? Cadê os Secretários de Justiça desses Estados? E o Ministério da Justiça, que não aponta diretrizes mínimas? Olha, televisores, ventiladores, frigobar, isso é inadmissível que tenha dentro dos presídios, porque você termina forjando essas quadrilhas, esses grupos organizados dessa forma. São nessas celas — não sei se V.Exas. puderam ver isso — que têm as televisões, o frigobar, as camas de mezanino. Não são nas camas dos fariseus, como são denominados dentro dos porões das celas. Não é na cama daqueles menos favorecidos, que já saíram das favelas, que nada têm, e quando chegam ao presídio são lá, digamos assim, recrutados por aquelas pessoas que assaltam banco, seqüestradores. Então, lá dentro dos presídios tem esse crime organizado que pega essa massa que saiu das favelas, com todo respeito a muitas pessoas que moram lá. A gente sabe que



quando você não tem uma educação, você não tem uma condição adequada familiar, essa classe, essas pessoas são mais susceptíveis a delinquir. Não que pobreza seja sinônimo de marginalidade, mas ficam muito susceptíveis em relação a cometerem algum tipo de delito. Então, é isso necessário. Acredito que os senhores, os nobres Deputados, puderam observar isso. Há algo de muito errado dentro do sistema prisional que é atribuído a esses profissionais do cárcere, quando, na verdade, o Ministério da Justiça precisa dizer o que é que ele quer, qual o papel do Ministério da Justiça em diretrizes mínimas. E aí a gente vê o presídio federal, os presídios federais muito bem montados. Recentemente, lá, em Mato Grosso do Sul, tentaram tomar um presídio e houve um aparato policial imediatamente para tomar as providências necessárias. E aí, se isso acontecesse na minha unidade na Bahia ou no Maranhão ou nos demais Estados, facilmente tomariam o preso lá, porque a unidade tem toda uma facilidade de adentrar. Então, isso... Queríamos que o Diretor da DEPEN pudesse permanecer mais um pouco, porque seria uma oportunidade. A gente está dizendo isso a ele, que há uma incongruência no Ministério da Justiça com a sua política ora adotada. Presídios federais, 5 no País, se não me engano Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Paraná... E os demais Estados estão ao deus-dará. Não, aí vai... Rondônia e Brasília. E os demais Estados da Federação disseram: *“Não, a Constituição, os Estados são autônomos nas suas políticas públicas, então os Estados que resolvam os seus problemas dos presídios”*. É assim que devemos tratar? O crime é algo universal. E aí, falando no País, essa questão é algo do Brasil, o Estado brasileiro, o Ministério da Justiça, o Governador Lula e esta Casa precisam entender que precisam uniformizar os procedimentos mínimos para o sistema prisional. Aí vou dar um exemplo: a Polícia Civil do DF, a Polícia Civil do Maranhão, do Rio Grande do Sul, todos são policiais civis com suas atribuições, lógico que com uma peculiaridade ou outra em cada Estado, mas são policiais civis e sabem qual o seu papel de proteger a sociedade, a Polícia Militar. Um de forma ostensiva, outro de forma investigativa, mas sabem. Os agentes não. Os agentes penitenciários inexistem isso. Então, na verdade, um mosaico cultural que, num Estado pode portar arma, outro não, num Estado é guarda de presídio, em outro o agente é ASP, em outro é agente da defesa civil. É uma loucura isso. Isso é uma loucura que esse Estado e, acredito, que esta CPI têm um papel



importantíssimo de apontar, de apontar essas diretrizes mínimas para o sistema prisional brasileiro. E aí, sim, poderemos cobrar. Aí, sim, poderemos cobrar daqueles servidores penitenciários que lá se encontram, muitos com desvio de comportamento, com desvio de conduta, mas não é inerente ao agente, ao servidor penitenciário, é inerente ao homem desvio de comportamento. Mas tem agente corrupto. Sim, mas tem outros profissionais, outras classes sociais também que têm desvio de comportamento. Então precisa desmistificar isso em relação ao servidor penitenciário. Pode passar. São questões estruturais, de como entra, a questão dos celulares hoje e bloqueadores, que têm várias vias. Como entra celular dentro dos presídios? Pode entrar pelos agentes penitenciários, sim — acabei de falar de desvio de comportamento. Mas têm várias pessoas que trabalham no sistema prisional, tem a Polícia Militar, tem a questão da alimentação. Então, tudo isso precisa ter uma vigilância constante em relação ao sistema prisional, que termina com essas enfadadas rebeliões que a gente vê aí quando acontecem. Queria falar do aparato. Só no Estado do Acre nós temos, do aparato da Polícia Militar, 800 policiais dentro do presídio do Acre, trabalhando, fazendo aquele serviço de custódia. Essas pessoas deveriam estar no dever constitucional na rua, prestando serviço à sociedade. Dever da Polícia Militar tem de ser de forma ostensiva na rua, prestando serviço à sociedade. Não dentro dos presídios. E o que a gente tem visto é uma série de coronéis, majores que vão para dentro dos presídios, fazem todo um tipo, digamos assim, de planos, que é através da Polícia Militar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dois minutos para concluir.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Vou concluir, nobre Presidente. Mas, na verdade, isso, com a PEC 308, criaria, sim, toda uma investigação, todo um plano de inteligência prisional dos próprios profissionais que estão ali dentro do cárcere. E aí, sim, juntamente com a Polícia Militar, juntamente com a Polícia Civil e mais essa força dos servidores penitenciários, um presídio teria uma segurança sólida, envolvendo essas 3 funções: militar, a civil e os servidores penitenciários. E hoje isso não acontece. Pode passar, por favor. Aí já coloquei, da existência de diretrizes. É muito pouco, teria muito para falar em relação a isso, dessas empresas que estão dentro dos presídios penitenciários eu queria poder



aqui, mas tem o Diretor da Polícia Federal, de que é só para remunerar o ócio, fazer barquinho, construir tijolo. Isso, quando o homem sai, não é nada. Isso não é nenhum trabalho de ressocialização ou socialização. Porque isso ele aprendeu apenas a matar o ócio na prisão. Não é um trabalho. Então, aí eu dou o exemplo da Penalty do Brasil no Estado Bahia. Por que a Penalty do Brasil não tem seu contrato, algumas vagas daquele homem que passou 2 anos só costurando bola? Só vai pegar problema de LER, DORT. Por que não esse homem, como tem para as pessoas de deficiência física? Não tem um contrato, 5%? Por que não essas pessoas que passaram 2 anos, com bom comportamento, trabalhando para essas empresas? Aí tem várias, Pré-moldados, Penalty, tem outras pelo País afora. Por que essas empresas também não darem uma oportunidade a esses homens que saem do cárcere? Então isso precisa, acredito, ser revisto por uma política mínima do Ministério da Justiça. E aí eu quero tratar algo, concluindo, da invisibilidade de ofício desses profissionais, dessa carga que cada trabalhador penitenciário adquire no dia-a-dia. Eu tenho 18 anos de sistema e tive que entender, tive que ter muito discernimento para cada coisa que eu via acontecendo dentro do cárcere. E aí essa neutralidade axiológica que todos sabem é muito difícil, por conta dos valores de cada um de nós, cada ser humano tem, e a neutralidade axiológica é muito relativa. E aí mais para o servidor penitenciário, para o agente penitenciário, ele tem que ser, digamos, esse homem neutro, essa mulher neutra dentro do presídio. Que eu tenho que tratar do batedor de carteira, art. 155 do Código Penal, um crime de menor potencial ofensivo, a um crime hediondo, art. 213. Eu tenho que tratar — eu — o agente penitenciário com a mesma isonomia, com a mesma igualdade. E aí a grande dificuldade, senhoras e senhores. E aí precisa ter o que para isso? Muita capacitação, muito treinamento, moradia em locais adequados, um bom salário. Tudo isso precisa, porque o papel desse homem é... Tirou de circulação a Polícia, o Judiciário fez o seu papel e agora, dentro dos presídios penitenciários, hoje, os presos comandam, comandam facções e são esses servidores mal treinados, mal remunerados, que moram em condições insatisfatórias que estão lá salvaguardando a vida da sociedade. Sequer, sequer podem portar uma arma de fogo. Isso já foi “resolvido” por esta Casa, entre aspas. Ficaram algumas lacunas da lei. E agora tem a MP 417 que totalmente retira dos agentes penitenciários portarem arma de fogo



fora do serviço. Imaginem! O que nós fazemos dentro do cárcere, então? Não é um trabalho de natureza policial revistar o preso, o parente do preso, dar o flagrante da maconha e da cocaína? E no outro dia, que eu faço essa função policial, o Estado diz: “*Não, mas você não tem direito de portar arma de fogo não. Seu trabalho lá foi de babá, foi de bebezinho, foi de festa de...*” Então, isso precisa ser entendido com maior importância, com maior responsabilidade por aquelas pessoas que tenham condições. E aí, sim, é o Ministério da Justiça, com certeza, que essa portaria... Então, para concluir, muita coisa poderia se falar aqui. Terceirização é algo que, acredito, precisamos falar em relação a isso. Terceirização, (*ininteligível*). Na Bahia é terceirização, mas nós temos no Rio COPM, na Paraíba *pro tempore*, co-gestão, privatização. Ou seja, precisa entender, na verdade, o que é que o Ministério da Justiça quer para o sistema prisional brasileiro. E aí só no Estado da Bahia, nos últimos anos, 170 milhões foram de lucro para as empresas terceirizadas. A Operação Jaleco Branco apontou isso. A Operação Jaleco Branco da Polícia Federal apontou quanto essas empresas têm lucrado no sistema prisional! Esse Estado brasileiro não pode ficar omissos diante disso, porque o dinheiro é nosso, é o Erário que paga essas pessoas, essas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma pergunta para esclarecer, aproveitando a oportunidade. Essa Operação Jaleco Branco feita pela Polícia Federal acho que foi no final do ano passado. Foi isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ela trabalhou especificamente em cima dessas empresas no serviço prestado aos presídios ou em todas as atividades?

O SR. LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Todas as atividades. E o Ministério Público do Estado da Bahia tem todos esses dados, Dra. Rita Tourinho, o senhor pode pedir porque ela está à frente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vou solicitar à Secretaria da Comissão que possa solicitar à Polícia Federal e ao Ministério Público da Bahia um relatório da Operação Jaleco Branco, que aponta irregularidades...

O SR. LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Das terceirizadas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...das empresas terceirizadas que prestam serviços no sistema penitenciário baiano.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Pronto, aí eu já iniciei falando que é paradoxal do Ministério da Justiça quando faz presídios muito bem, digamos assim, estruturados, monta uma guarda de agentes e servidores penitenciários, e os demais Estados deixa ao deus-dará, deixa relegado à própria sorte. Então, na verdade, Sr. Deputado, para concluir, as nossas proposições é que no mínimo tenha para o Estado brasileiro a estrutura hoje dada aos presídios federais, aos servidores federais. Aí está mais ou menos o que a gente coloca, em relação aos presídios federais. A gente coloca o modelo, já iniciei, obsoleto dos pátios, dos presídios. Esse corpo-a-corpo do agente com o preso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Concluindo, concluindo agora.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Esse corpo-a-corpo do agente com o preso, isso é algo muito aviltante, porque você fica no dia-a-dia trabalhando ali. Então você fica de uma certa forma inibido de poder fazer o seu papel, diante de tudo o que já falei, das camas de mezaninos, dos ventiladores, das televisões, enfim, do crime organizado como um todo. E aí a gente coloca que o grande... Se não quer fazer, então federalize. O Estado brasileiro, então, federalize os presídios. É só criar unidades federais com todo esse aparato, com todo esse arcabouço técnico, jurídico, estrutural. Então federalize o sistema prisional brasileiro. É a proposta dos servidores penitenciários. Isso teria em todo o Estado. Seria federalizado. O preso poderia ficar no Paraná, na Bahia, sem precisar desse intercâmbio. O Ministério da Justiça tem que pagar quando tem um preso que tem um problema na Bahia. Ele responde, a vara criminal dele é em São Paulo, então tem que migrar ele de um estabelecimento penal para outro. Então, federaliza logo o sistema prisional como um todo. Estaria no mínimo terminando com esse valor que às vezes o Estado brasileiro gasta, quando tem que recambiar preso de um Estado para outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Eu vou finalizar, deixando essa frase do jurista brasileiro, nós temos muito respeito por suas doutrinas, e dizer,



agradecer a esta CPI, agradecer mais uma vez de estar nesta Casa, tentando contribuir. Na verdade não pensando só de forma corporativista, no servidor penitenciário, no agente penitenciário, mas na sociedade brasileira como um todo, no preso como um todo, porque, mais uma vez dizendo, muitos daqueles e daquelas que estão nos cárceres brasileiros, Srs. Deputados e toda a Plenária aqui, é fruto da exclusão social. A maioria deles está entre furto e roubo. A maioria dos crimes, furto e roubo. Então, isso traz um reflexo da sociedade em que vivemos, da sociedade capitalista que temos e que infelizmente a única forma que este País tem encontrado é manter essas pessoas presas. Então, nosso muito obrigado. Mais uma vez, estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós é que agradecemos, Sr. Luiz Antônio Fonseca, Vice-Presidente da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário.

Quero registrar a presença do nosso Relator, Deputado Domingos Dutra, que está sempre conosco. Hoje estava numa atividade extraCPI e por isso chegou um pouquinho mais tarde. Mas está sempre conosco, é um lutador e o autor proponente desta Comissão.

Nós vamos neste momento assistir...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma informação, Dutra. Nós vamos passar um VT, e enquanto passamos esse VT, vamos desfazer a Mesa com os convidados. Vamos ter mais 2 convidados e não temos espaço para colocar 8 na mesa. Então, vamos pedir aos nossos expositores para que voltem aos assentos, e vamos formar nova Mesa, e depois vamos abrir espaço para debate. Como na própria Mesa temos microfones, fica fácil mantermos depois o debate com todos os nossos expositores.

Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, apenas para um registro. V.Exa. sabe do nosso interesse em aprofundar os debates, os estudos e as alternativas para esse tema tão importante para o País. Mas hoje havia o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Centro Espacial de Alcântara, no Estado do Maranhão, iniciativa do Deputado Ribamar Alves. E eu, que sou



advogado há 25 anos das comunidades quilombolas, em Alcântara, achei que não deveria me ausentar dessa atividade paralela.

Mas tenho certeza de que minha ausência não causou nenhum prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Foi muito notada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Deputada Jusmari é a Sub-Relatora desse tema dos servidores do sistema penitenciário. Portanto eu tive a tranqüilidade de me ausentar, porque sabia que minha ausência não ia ter nenhum prejuízo para os trabalhos.

E quero registrar também a presença de César Bombeiro, agente penitenciário do Estado do Maranhão, do sindicato, veio do Estado, de longe, está aqui também para contribuir com esta Comissão.

Era esse o registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos.

Vamos, neste momento, então, desfazer a Mesa. E nós vamos passar um VT. Enquanto isso, vamos preparar a nova Mesa para o momento seguinte.

Isso é um VT sobre as visitas que a CPI fez no sistema penitenciário brasileiro, nos últimos meses; um resumo. *(Pausa.)*

Quinta-feira, teremos audiência da Comissão, às 9 horas da manhã. O plenário ainda vai ser comunicado ao gabinete dos Parlamentares. Nós vamos ter a presença de alguns desembargadores convidados para debater conosco a situação do sistema penitenciário no nosso País e nos seus respectivos Estados.

Então, na próxima quinta-feira, teremos audiência para votação de requerimento e também ouvir depoimento desses desembargadores.

Pronto aí a Secretaria? *(Pausa.)*

Não está abrindo? *(Pausa.)* Então, nós vamos compor a Mesa novamente aqui, enquanto vocês vão tentando aí. Vamos fazer uma CPI para investigar por que esse CD não abre toda vez que vai passar, porque...

Vamos convidar o Sr. Luiz Fernando Correia da Rocha, que é Presidente da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário; convidar também o Sr. Renato Neves Pereira Filho, Diretor do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal.

Deu certo, Camilo? *(Pausa.)*



Então, vamos passar a palavra neste momento ao Sr. Luiz Fernando Correia da Rocha, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREIA DA ROCHA - Primeiro, eu queria cumprimentar o Deputado Neucimar, a Deputada e os demais Parlamentares e os colegas aqui presentes. Agradecer a visita feita ao Estado do Rio Grande do Sul, onde os senhores puderam constatar lá os problemas do sistema carcerário. Nos meus quase 25 anos de profissão, uma das poucas vezes que eu vi Deputados Federais dentro do Presídio Central, entrando nas galerias e vendo o que era um Presídio Central. Também no presídio feminino, entrando nas celas — nobre Deputada, é a primeira vez que eu vi em todos esses anos — uma Deputada dentro de uma cela conversando com as detentas do presídio feminino. Então, eu acredito que esta CPI, só por isso, já é uma CPI diferenciada. Só por isso estabelecemos parabéns, constatando os problemas do sistema penitenciário do Brasil. Como eu sempre falo, e sempre repito e faço questão de frisar que o nosso grande problema em todo o sistema penitenciário brasileiro é um só. Só muda o sotaque. Os Deputados puderam constatar indo em quase todos os Estados aí que os problemas são quase sempre os mesmos: falta de pessoal, falta de vagas, falta de condições. Só mudou o sotaque dos Estados aí. Eu também sempre falo e falei lá, no Rio Grande do Sul, na Assembléia Legislativa, que o nosso inimigo não é o preso, não é o homem, o indivíduo preso, o nosso inimigo é o Estado. O Estado que nos coloca nessa condição. O Estado nos nomeia, como o Luiz Antônio falou aqui, agentes penitenciários, carcereiros, guardas prisionais. Eles dão vários nomes, mas na realidade o Estado quer e deseja que nós sejamos os carrascos deles. Aquilo que eles não têm coragem de botar para fora é isso que eles querem. Só que eles não entenderam ainda que nós não queremos essa função, nós não queremos ser os carrascos do Estado, nós não queremos ganhar salário para ser carrasco do indivíduo preso. Nós queremos, sim, que o Estado nos dê condições para trabalhar e condições também para o indivíduo cumprir a sua pena, porque é lastimável o que ocorre nos presídios brasileiros. Quando a gente vê aquilo o quanto pior, melhor, o que nos parece é isso: é quanto pior, melhor. Quando a gente vê os outros Poderes silenciarem em cima desses desmandos que ocorrem nos Estados, seja lá o Judiciário, seja o Ministério Público, muitas vezes é a OAB, seja as próprias



Assembléias Legislativas dos Estados silenciarem, parece que o problema não existe, parece que não existe, no Rio Grande do Sul, por exemplo, um presídio central superlotado, uma PEJ, uma feminina. Não existem esses problemas. Tu não vês, eles não querem falar nesses problemas. Poucas vezes se viu o próprio Deputado Estadual dentro de um presídio, a não ser quando tem motim, porque daí a mídia está lá. Então, é difícil para nós sustentarmos ainda mais essa situação. Como os outros colegas aqui falaram, as condições nossas são precárias. Mas há uma luz no fim do túnel. O Governo Federal está aí, está lançando agora a bolsa-auxílio, que já começou. Eu tive a informação, ontem, já estão se inscrevendo agentes penitenciários do Acre, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Hoje, talvez em outros Estados já estejam abertas essas bolsas. E também o Governo Federal está dando uma aulinha para os Estados, para muitos Governadores — desculpa o tom aqui —, muitos Governadores incompetentes, que não querem enxergar o problema. Está dando uma aulinha de como tem que ser o sistema prisional, construindo presídios decentes, pondo pessoal habilitado, pessoal treinado, com salário muito bom. Eu ainda, com esses quase 25 anos de profissão, não consegui chegar à metade do salário inicial deles. Então, é difícil para nós continuarmos trabalhando nessa situação. É isso o que a gente quer. O Luiz Antônio foi feliz em falar: para nós, hoje, o desespero é tão grande, que o pedido é que federalize então os presídios, que o Governo Federal tome conta. Se o Estado não tem condições de tomar conta, não tem dinheiro, como a Governadora Yeda Crusius, que diz: *“Não têm dinheiro para nada”*. Aí, ela vai lá, corta a diária. Outra denúncia, Deputado, como eu falei, lá no Rio Grande do Sul, talvez não tenha sido dada a devida importância. Os agentes penitenciários no Rio Grande do Sul, carga constitucional 160 horas mensais. Eles trabalham hoje lá quase 400 horas mensais, e ninguém diz nada, ninguém fala nada, não ganham hora extra por essa carga horária. Se ele quiser fazer hora extra, ele tem que fazer as 400, mais as horas extras, porque eles não ganham, senão eles não ganham. E ninguém diz nada. A gente tenta, tenta conversar, tenta negociar, mas é difícil. Eles lá estão trocando a vida dos agentes penitenciários por meia dúzia de diárias. Então, é difícil para nós trabalharmos assim. Eu queria ser hoje um agente penitenciário federal. Estava muito contente, trabalhando com meia dúzia de presos. Para nós, é meia dúzia.



Para quem trabalha com presídio superlotado, é meia dúzia de presos. Não interessa a periculosidade do preso para nós, porque o homem é homem. Homem vai para o presídio, não interessa se é “Fernandinho”, deixou de ser “Fernandão”. Para nós, tanto faz. Agora, pôr lá um monte de agente penitenciário... E estão certos eles. Nós, que estamos errados. Havia lá um diretor da SUSEP, lá no Rio Grande do Sul, que dizia que a SUSEP lá, o nosso órgão central, era que nem o fusca velho, que vai se amarrando com uns aramezinhos e vai andando sempre. E a gente está tão acostumado com essas agruras aí, que a gente às vezes nem nota a nossa própria dificuldade. Nós chegamos a trabalhar lá, e hoje tem... Ontem eu recebi uma notícia que vai piorar ainda mais o sistema carcerário no Rio Grande do Sul. Estão fechando, nada mais, nada menos, no Rio Grande do Sul, de 12 a 16 presídios. Presídios pequenos, com 100, 200, 300 presos. Estão fechando os presídios. Agora, onde que vai colocar os presos, eu não sei. Eu acho que está havendo algum plano do Governo para pagar mais um auxílio para o agente para levar o preso para casa. Só pode ser, porque não tem mais onde colocar. Então, se os outros presídios estão lotados, eu não sei onde é que o pessoal vai botar esses presos, porque não construíram nada. Tem uma penitenciária que faz 2 anos, em Caxias do Sul, que até agora não foi inaugurada, que, diga-se de passagem, foi o Governo Federal que mandou o dinheiro, mas está difícil de inaugurar a penitenciária lá. Então, a gente está esperando. Não há concurso. O concurso que houve foi para suprir, tirar alguns policiais militares de alguns outros presídios, e não somou na força que a gente precisava, da falta que a gente tem de agentes penitenciários lá. Nós temos também lá em torno de 600 homens da Polícia Militar, trabalhando dentro do presídio central, dentro da penitenciária de Jacuí. Então, é aquilo que a gente fala: reclamações são muitas. A gente podia ficar aqui 2, 3 dias dizendo o que tem de errado em cada Estado para vocês. Só vai mudar a figura aqui na frente e o sotaque. O que a gente quer? O que a gente quer é claro para nós: nós precisamos de recurso para o sistema prisional. E quem tem dinheiro hoje é o Governo Federal. O Governo Federal tem que liberar recurso para nós. Não adianta mais... E se botar esse recurso na mão de alguns Estados, na mão de alguns Governadores, some. Não chega à ponta. Então, o Governo Federal tem que fazer que nem está fazendo agora: lança a bolsa pelo Governo Federal, lança a compra da casa própria, que no



Rio Grande do Sul ainda não dá para comprar nem a casinha de cachorro lá. Mas, sabe, tem que ser via Governo Federal, porque se chegar à mão do Estado, a dificuldade é tremenda. Tanto que a Governadora não abriu o canal desconto para a Caixa Econômica, e os agentes penitenciários não podem ir lá, nem o policial, lá, não pode comprar sua casa própria ainda. Então, a gente quer, sim, que o sistema penitenciário seja tratado de outra maneira. Talvez a melhor maneira seja via Governo Federal. E também precisamos agora, de imediato, organizar o nosso pessoal. Essa organização depende de um projeto que está aqui na mão dos senhores. Vai ser votado, vai para votação. E todo o Brasil, qualquer canto do Brasil que o senhor for, que vocês forem, que os Deputados forem, vocês vão ver a expectativa que é a votação da PEC 308. Parece que, assim, é a última luz que nós temos é a PEC 308. Nós não sabemos como vai ser o sistema penitenciário, se não aprovar a PEC 308. Aí, não adianta nada fazer CPI, não adianta nada a gente tentar uma organização, a gente vir por conta aqui, a Brasília. Nosso salário é pouco, e a gente tem que estar aqui, se reunindo, falando com os Deputados. Então, nós precisamos, sim, da aprovação da PEC 308 e precisamos que o Ministério da Justiça, com seu Ministro Tarso Genro, que está nos devendo várias respostas que a gente encaminhou para ele, que até hoje — vai fazer 1 ano, daqui a pouco a gente vai levar um bolinho para ele — ele não nos respondeu algumas questões, como a compra do armamento direto da indústria. Que a gente perguntou lá para ele. Agora tem uma portaria tirando o armamento dos agentes penitenciários, fora de serviço. Então, para nós está difícil. O sistema penitenciário é a casa-da-mãe-joana: todo mundo manda. Está cheio de doutores. Ninguém quer trabalhar dentro do presídio, mas mandar tem um monte de gente para mandar. Aí, lá, os intelectuais, os iluminados, resolvem fazer uma portaria, que tira o porte de arma do agente penitenciário. Eu acho, João Rinaldo, que estão esperando matar mais 20 lá em São Paulo. Tomara que no Rio Grande do Sul, nos outros Estados, no teu também, não aconteça mais isso. Mas de repente eles estão esperando matar mais alguns agentes penitenciários para dar o porte de arma. Que o teu Governador lá, na época, fez lá, anunciou, o Lembo, que estava liberado até dinheiro para comprar o armamento, que eu acho que ninguém conseguiu comprar lá, entendeu? Foram para a mídia, bota a notícia na mídia, fazem aquele fogo de palha, depois some. A sorte é



que não conseguiu se eleger de novo lá. Então, para nós, é difícil. É difícil aturar essa situação. Nós não agüentamos mais. É uma questão quase que de desespero para nós. Não há possibilidade de nós continuarmos trabalhando dessa maneira. Alguém tem que pagar, e nós não vamos pagar esse preço. Nós não vamos continuar pagando o preço da incompetência do Estado em investimento, em projetos também. Então, é isso o que a gente pede: que esta Casa, já que o Estado, cada Estado não faz o seu papel, que esta Casa nos ajude. Nós estamos pedindo aqui, Deputado e Deputada, socorro a esta Casa. Esta CPI está servindo para os agentes penitenciários, primeiro, para desabafar os seus problemas, e, segundo, para pedir socorro para nos ajudar, que vocês viram onde que a gente trabalha. O Luiz Antônio mostrou agora umas imagens, que muitos que eu vi aí no fundo: *“Bah, cruel”*. Mas, isso é o dia-a-dia de quem trabalha num grande presídio: é gente morrendo na tua frente, é esfaqueando, é cortando um braço, uma perna, e assim vai indo. É o nosso dia-a-dia. E ninguém nos trata. Ninguém diz para nós: *“Pô, tchê, tu tens que te tratar, né. Tu tens que trabalhar”*. Tem um estudo que uma universidade fez — se não me engano de São Paulo —, que, em 5 anos, o agente penitenciário começa a apresentar psicopatias. Tem que apresentar. Ganhando esse salário, não consegue sustentar a família, trabalhando nesse meio e vendo essas coisas que a gente vê dentro dos presídios, tem que se aposentar muito antes. E ainda não querem deixar a gente se aposentar. Tem mais essa. Eu estava quase me esquecendo. Tem aí a Polícia Militar se aposentando, a própria Polícia Federal se aposentando dentro de uma regra diferenciada, e o nosso pessoal, não. Pelo jeito, querem ainda que o agente penitenciário trabalhe lá até os 65, 70 anos, correndo atrás de gurizão aí de 20, 30 anos, que estão dentro dos presídios. Desculpe eu falar nesse linguajar simples para vocês, que é o linguajar do agente penitenciário. Mas eu quero deixar frisado, Deputado, nós estamos aqui... Esta CPI nos dá uma esperança. Esta CPI é a luz no fim do túnel para nós, agentes penitenciários. Nós estamos aqui, pedindo socorro a esta CPI, pedindo socorro a esta Casa, para que nos ajudem, seja aprovando os projetos, seja encaminhando outros projetos que possam nos ajudar, tanto os agentes, os trabalhadores, os servidores do sistema penitenciário como também o próprio indivíduo preso, porque,



quando esse preso estiver sendo bem tratado, nós não vamos ter tantos problemas dentro dos presídios. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Luiz Fernando Correia Rocha pela sua palavra e pela sua participação na CPI, tendo nos acompanhado em algumas diligências.

Vamos passar agora um VT. É um VT sobre o retrato dos presídios brasileiros, com imagens coletadas durante as visitas da Comissão, para que os agentes também de outros Estados possam conhecer o que acontece em outros Estados em relação ao tratamento da população apenada.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pede para aumentar o som da mesa um pouco. Aí melhora. Pode aumentar mais o som.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É essa ajuda que a CPI está buscando no debate com a sociedade, com os agentes, com o DEPEN, com o Ministério da Justiça, com os Governos dos Estados, com autoridades que discutem o assunto penitenciário no Brasil. Isso é um retrato, um VT de 9 minutos de algumas cenas colhidas pela CPI, nas visitas feitas aos Estados durante 8 meses de trabalho da Comissão. Foram 18 Estados, mais de 70 unidades prisionais visitadas. Temos ainda algumas diligências que deverão ser feitas até o final da CPI, para concluir os nossos trabalhos. Mas é para os companheiros também, os agentes penitenciários que aqui estão, conheçam a realidade de outros Estados. Às vezes pensam que no seu Estado tem a situação ruim. E um dos fatos mais comuns que encontramos na discussão do problema penitenciário é que muitos se acomodam quando a referência é o outro Estado.

A pergunta que todos os Secretários nos fazem, e até a imprensa local, quando chegamos aos Estados, é a seguinte: o nosso Estado está na média ou abaixo da média dos outros Estados? Não perguntam se o Estado tem um sistema justo, humano, solidário, que cumpre com as funções, não. A pergunta é: nós estamos na média ou abaixo da média? Porque se estiver na média e a média for 2, para eles está bom, porque está na média.



No Brasil, na hora de discutir política ambiental, nós queremos indicadores do Primeiro Mundo; na hora de discutir o PIB, queremos discutir os indicadores do Primeiro Mundo; na hora de discutir a educação, queremos discutir os indicadores do Primeiro Mundo; mas na hora de discutir política de segurança pública e política prisional, os nossos indicadores são os outros Estados. Se os outros Estados estão ruins, não tem porque o meu ser melhor. E é por isso que nós não avançamos, os Governos não avançam na melhora dos indicadores do sistema prisional, porque a referência é a média nacional. Então se é a média nacional ninguém resolve. Esse não é problema só do meu Estado, é um problema do Brasil todo. É o que nós ouvimos dos Governadores e das autoridades locais. É por isso que nós não avançamos.

No dia em que começarmos a olhar para o sistema penitenciário brasileiro e quisermos fazer dele um sistema igual ao da Espanha e ao de outros países da Europa, dos Estados Unidos, até mesmo de países da América do Sul, quem sabe, nós vamos melhorar os índices do sistema penitenciário brasileiro. Devemos olhar e ter como referência o melhor, não aquilo que ainda não foi resolvido no País. Aqui fica um alerta para todos nós que temos responsabilidade de lutar por um sistema penitenciário justo, solidário, humano.

Quando nós falamos em melhorar as condições do preso, nós defendemos na CPI que investir no sistema carcerário não é dar regalias para o preso, é garantir a segurança da população, porque hoje a maior parte dos crimes continuam sendo comandados de dentro das cadeias do nosso Brasil. E nós sabemos o sofrimento dos agentes, dos funcionários, dos servidores. Os funcionários do DEPEN, mesmo com tanta dificuldade, fazem um bom trabalho; fazem.

Este ano, o Governo está investindo 1 bilhão 260 milhões de reais no sistema penitenciário. É o investimento do FUNPEN dos últimos 10 anos. Nos últimos 10 anos não chegou a essa cifra, e o Governo este ano está investindo o que foi investido nos últimos 10 anos. Nós sabemos que os resultados ainda vão surgir, mas nós temos que buscar solução para os problemas da população carcerária do Brasil, na discussão com a sociedade, no enfrentamento dos desafios.

As propostas de uniformizar normas e procedimentos defendidas a CPI já defende. Nós não entendemos por que num presídio pode visita íntima, no outro não



pode; num presídio podem entrar aparelhos eletrônicos, no outro não podem; em um presídio podem entrar alimentos, no outro não podem. Queremos definir o que é adequado, o que pode, para poder funcionar bem, e que isso seja política de Estado.

Hoje, no Brasil, nós temos a LEP, que é única, mas cada Governador administra o presídio do seu jeito, cada diretor de presídio gerencia a unidade do seu modo. Sabemos que existem unidades no Brasil que funcionam bem e são exemplos. Por que esses exemplos não são seguidos em todo o Estado? Porque cada diretor edita a norma e a forma de trabalhar na sua unidade prisional.

Quero encerrar essa parte dizendo que visitamos a unidade prisional de Ipaba, Minas Gerais, em Ipatinga. Tem 350 celas, tem 350 presos; 80% trabalham; 80% estudam. Tem 6 anos que não tem 1 ocorrência; tem 6 anos que não tem 1 fuga; tem 6 anos que não tem 1 morte dentro do sistema prisional. Esse seria um bom modelo? Acredito que pelos números e pelos exemplos talvez sim.

Mas eu fui descobrir um dia por que aquela unidade prisional funcionava daquela forma. Fui participar de um seminário em Ipatinga, fui ser palestrante, e estava assistindo à população carcerária o dia todo participando — coral, peça teatral, serviços artesanais —, e o diretor do presídio, Sr. Adão, no final, foi homenageado e contou a história dele. Ele é diretor há 6 anos dessa unidade prisional. Ele é filho de um ex-presidiário que foi morto assim que saiu da prisão. Foi aí que eu percebi que a forma de ele tratar os presos é como se ele estivesse tratando do pai dele, que passou mais de 1 década dentro da prisão no Estado de Minas Gerais. Eu imagino que ele trata os presos lembrando do tempo que o pai dele passou dentro da prisão. Não sei se é um bom exemplo, mas o presídio de Ipaba, em Minas Gerais, é esse presídio que estou falando: 6 anos sem 1 fuga, 6 anos sem 1 rebelião, 6 anos sem 1 agressão, 6 anos sem 1 morte, 80% trabalham, 80% estudam, toda a alimentação é feita pelos próprios presos, o uniforme é costurado pelos próprios presos.

Foi um presídio que nós visitamos — não é, Deputado Domingos Dutra? — onde vimos a maior diversidade de serviço e mão-de-obra dentro do presídio: oficina mecânica, oficina de torneiro mecânico, oficina de solda, de serigrafia, de artes, de costura, trabalho agrícola. Poderia ser um modelo a ser experimentado e visitado por quem ainda não conhece a unidade. E lá a LEP é cumprida, porque lá a pena é



individualizada. O cidadão cumpre a sua pena na sua cela, sozinho. Quem quer sair, sai; quem quer jogar bola, joga; quem quer ir para a igreja, vai. Mas ele tem o direito também, se quiser ficar sozinho estudando o dia todo, de ficar, e ninguém ali o perturba. Ali não temos ninguém para forjar uma droga com ele, ninguém para forjar uma arma dentro da cela dele.

Tem gente que é contra a pena individualizada, mas deveria visitar primeiro o presídio de Ipaba e perguntar aos presos se eles gostariam de ficar em 10 dentro de uma cela, em 15, em 20. Estou contando um exemplo aqui para os companheiros, os nossos amigos, os nossos convidados, para entenderem que investir no sistema carcerário não é dar regalia para preso, é garantir a nossa segurança. Porque sistema penitenciário tem que ser tratado como questão de segurança pública do Estado. Hoje as políticas são dissociadas e existe um confronto entre a justiça e a segurança, entre a defesa social e a justiça ou a segurança, para saber de quem é a responsabilidade. E muitas vezes não é de ninguém.

Concedo a palavra neste momento ao Sr. Renato Neves, Diretor do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. RENATO NEVES PEREIRA FILHO - Bom-dia a todos. Vou procurar ser bem objetivo e bem rápido nas minhas considerações. Tudo o que se falou aqui realmente mostra um caos, mas um caos quase que organizado, porque alguns Estados — e aí peço liberdade ao Luiz Antônio, da Bahia... Não critico a criação do sistema penitenciário federal nem posso criticar. Só que eu, na minha experiência, com 26 anos de atividade na segurança pública, 12 anos na Polícia Militar e mais 13 anos na Polícia Civil, como agente penitenciário da Polícia Civil do DF, vejo neste momento que os Estados se acomodaram com a criação do sistema penitenciário federal. Quando da criação do sistema penitenciário federal, atendendo aos dispositivos da Lei dos Crimes Hediondos e do próprio RDD, criado na LEP, alguns Estados se acomodaram muito. Eu tive a honra de ser convidado para assessorar o Secretário-Geral da CPI, o Silvio, que conheceu o meu trabalho — fiz um depoimento aqui e ele me convidou para assessorar a CPI —, e acompanhei algumas viagens. O que posso notar, com as visitas que fizemos, é que alguns Estados torturam os seus presos quando não lhes dão condições mínimas de encarceramento. É uma tortura institucionalizada e que é velada, porque alguns



Estados escondem isso. O presídio central de Porto Alegre é uma vergonha. A cadeia pública de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, é um acinte. Evidentemente que é uma cadeia pública, e esse preso não está ainda sob a tutela do sistema penitenciário, mas é um preso. Ele é um preso. Sabe, o que a gente viu lá dá para chorar. Eu, como policial civil, não tenho obrigação aqui de defender ou acusar este ou aquele comportamento de preso. Não tenho, como agente penitenciário, que me preocupar se o preso é culpado ou inocente. Tenho que trabalhar na execução penal. E a persecução penal não se encerra com a sentença judicial, ela prossegue na execução da pena, no efetivo cumprimento da pena. Nós, agentes penitenciários, temos essa visão. Não temos que ser, concordo com o Rocha... Nós somos algozes na execução penal. A gente trabalha com deficiências gravíssimas de alojamento, equipamento, espaço. Na questão do relacionamento com a direção também é complicado. Estou falando em nível de Brasil. Temos situações pontuais boas, como temos também situações pontuais deprimentes. O Deputado Neucimar Fraga citou o presídio de Ipatinga. Vou citar — tomo a liberdade de citar — o Distrito Federal. O Distrito Federal não é modelo, mas é uma excelente referência. E tem que ser tomado como referência. O modelo é o sistema penitenciário federal. Ele é um modelo de excelência, no que tange à execução penal. Até onde vejo, só o fato de o interno, ao ser recebido no sistema penitenciário federal, receber um *kit* mínimo e não entrar nada no presídio, e de o agente não estar preocupado em revistar os pertences ou a alimentação que a família traz para esse preso já é um grande avanço. Além do que temos um espaço físico adequado, equipe composta de maneira adequada, armamento adequado, instrução para uso de equipamento não letal, mas tudo com uma estrutura de funcionamento muito adequada. Mas os Estados se acomodaram, porque transferem os presos de alta periculosidade para o sistema penitenciário federal, e a União recebe esse preso e fica administrando esse problema. Por que os Estados não fazem o mínimo? E aí a gente teria que buscar o Congresso Nacional, realmente, como está sendo feito aqui. A CPI tem uma oportunidade ímpar de nortear, de padronizar condutas. A Lei da Execução Penal é clara, objetiva. Precisa de alguns remendos, de alguns ajustes, mas é excelente. Ela é reconhecida internacionalmente pelos organismos que tratam de política penitenciária como uma



excelente lei. Agora não entendi — não vou citar, reservo-me o direito de não citar — por que alguns Estados tiveram a preocupação de tentar censurar os trabalhos da CPI ou limitar o trabalho da CPI. Temos que abrir isso. Na verdade os Governadores teriam que agradecer a presença do Poder Legislativo Federal nas Unidades Federadas e pedir auxílio e dizer: *“Não, realmente, é verdade, está acontecendo, nós temos que equacionar o problema”*. O nosso preso, insisto, está sendo torturado. E não é tortura física de bater, de pendurar, de dar choque elétrico. Isso não existe. Mas é a tortura pela falta de condições de encarceramento, as mínimas, e a lei prevê isso. O gabinete da Deputada Jusmari fez alguns questionamentos para mim que tomo a liberdade, Deputada, de responder. Posso responder aqui, Deputada, o seu questionário? Autoriza? Estamos aqui em 8 Estados da Federação. E temos um fórum permanente. O DF participa como mero facilitador das ações desse fórum aqui em Brasília, porque não temos interesse em algumas ações, porque a nossa situação está resolvida. O agente penitenciário do DF já tem mais do que uma segurança jurídica, funcional e financeira. Ele já está mais do que amparado pelo Estado. Já estamos bem e, por isso, por estarmos bem, é que não temos na figura do preso o nosso inimigo. O preso cometeu o crime. Quem vai cobrar vai ser a sociedade, através do Poder Judiciário e do Ministério Público. Sou apenas o executor da pena. Acabou. Não me cabe dizer se ele agiu certo, se ele agiu errado, se ele é culpado, se ele é inocente. Ela fez 10 quesitos. A assessoria entregou para a gente, primeiro, 11 quesitos. Depois completou com mais 17. Mas vou responder os que eu tinha, os 11 primeiros. Existem cursos de capacitação para os servidores penitenciários no âmbito estadual? Sim. No DF existem cursos de capacitação, reciclagem e aprimoramento. Se existe um curso de admissão, qual a grade curricular do curso, quanto tempo dura, se o responsável pertence à mesma unidade. É complicado falar sobre essa grade curricular. Eu teria que pesquisar e mandar para a Comissão. Isso me comprometo a fazer. Mas o ingresso se dá por concurso público, e o curso se dá na Academia de Polícia Civil do DF. Somos da carreira policial civil do DF, estruturado em uma carreira onde se ingressa na terceira classe, passa-se para a segunda classe, para a primeira classe e para a classe especial, nos mesmos moldes do servidor policial federal. É a mesma estrutura do policial federal, seja delegado, seja perito, agente penitenciário ou escrivão federal.



A estrutura é a mesma. A carga horária do curso, Deputada, infelizmente, eu teria que pesquisar também.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RENATO NEVES PEREIRA FILHO - Mas eu não tenho de memória agora, Rocha. É de memória que não tenho isso. Qual a qualificação exigida para ingresso na função? Evidentemente que se a minha estrutura é mesma do DPF, para ingressar na carreira você tem que ter qualquer formação de nível superior; qualquer, mas exige. O básico para ingressar na carreira, por concurso público, são os requisitos da lei, quer dizer, 18 anos de idade, ter graduação de nível superior com uma... E aí o assessor da Comissão, também delegado federal aqui, não vai me deixar mentir sozinho, o delegado Veras: nós temos toda uma pré-seleção muito rígida para o ingresso. Passa-se por uma banca examinadora rígida. Qualquer deslize que o candidato tenha cometido na sua vida civil, na vida pregressa, o incapacita para a assunção ao cargo de agente penitenciário ou de policial civil. A mesma banca examinadora que examina o agente de polícia, o delegado policial civil, o escrivão de polícia, o perito criminal — também outro assessor nosso, o Nathaniel, da Polícia Civil do DF, é um perito criminal assessor da Comissão... Nós passamos por um crivo que vai nos indicar ou contra-indicar para a função. Cargos de confiança. Também ficarei devendo, porque tem uma estrutura toda, um organograma todo específico, que funciona muito bem. Qual a estrutura do sistema prisional? Existe cargo de carreira? Posso afirmar que bem organizada e estruturada dentro de um sistema harmônico, onde as Secretarias se comunicam e se respeitam. O Ministério Público visita. O juiz da VEC visita. Temos relacionamento muito bom com a Vara de Execução Criminal, com a promotoria. Além de relacionamento somos fiscalizados por uma corregedoria forte, que pune desvios de conduta, que demite, que suspende. Isso aí é necessário também. Não adianta só se falar em criação de um cargo ou de uma função penitenciária se você não vai ter também os meios de controle interno dessa atividade. E precisa sim. Ela perguntou sobre remuneração. O inicial do agente penitenciário do DF é 6.500 reais. Ao fim de carreira ele está com 11.500 reais. Mas ele tem uma carreira. Ele ingressa na terceira classe e galga, ao final de 30 anos de serviço, a classe especial. E para ele chegar à classe especial tem que fazer um curso especial de polícia. Ele precisa



fazer o curso. Não é só o tempo de serviço. Ele tem que ter o curso específico especial de polícia para ser promovido a agente especial. Secretarias afins. Tem. São harmônicas: Justiça e Cidadania, Segurança. A direção-geral de Polícia Civil é autônoma no DF. Somos da carreira policial civil, trabalhando no sistema penitenciário. E o Secretário de Justiça, o Secretário Raimundo Ribeiro aqui... Seria conveniente também convocar o Secretário Raimundo Ribeiro, Secretário de Justiça do DF, para ele falar sobre isso que eu cito. Isso que cito — são palavras minhas —, cito como uma referência em nível de Brasil. Mas também tenho que dizer: o modelo é o sistema penitenciário federal, pelo espaço físico, pelas equipes que são compostas e que dão condição de os agentes se revezarem nos postos, que dão folga no próprio ambiente de trabalho, para ele relaxar. Tem agente... Fomos a alguns presídios. Esse presídio aqui que o policial fala, é um agente penitenciário do Estado de Goiás, sediado na cidade de Formosa. Ele fica 24 horas — 24 horas! — sozinho no posto — isso é um absurdo! —, com um revólver calibre 38, com 6 munições, que ele comprou. Nem porte e treinamento ele teve para usar a arma. Ele não teve treinamento. Perguntamos para ele. É de maneira empírica, sabe? É uma coisa absurda. Se queremos sanear o sistema penitenciário brasileiro, temos que começar — e bato nessa tecla —, temos que começar pela qualificação de pessoal, criando compromisso desse profissional para com o sistema. Que ele ame o seu local de trabalho, que ele tenha prazer em estar ali. A persecução penal, repito, não acaba somente com a sentença judicial, ela prossegue na execução penal e finda com o efetivo cumprimento da pena, e o preso sai ou ao cumprir toda a pena ou por progressão de regime ou por decisão judicial. Existe todo um jogo. O preso ali, quando ele fala... Até estava conversando aqui com o nosso taquígrafo da Comissão que o preso foi muito feliz quando ele falou que alguém ganha dinheiro com isso. Tem um caso emblemático no Rio de Janeiro, tomo a liberdade de falar, Francisco Rosa, quando da morte daquele cidadão, esposo daquela mulher que vendia as quentinhas, que fornece as quentinhas para o sistema penitenciário do Rio de Janeiro. Ali já se identificou foco de corrupção que envolve alguma autoridade ou algumas entidades privadas. E não se combateu também, não se foi a fundo. Se calou e ficou como está. O sistema de malversação do dinheiro público começa na própria administração dos Estados e envolve todo um círculo de interesse que



envolve também agente penitenciário, envolve advogado, envolve juiz, Ministério Público, ou por ação ou por omissão. A gente não pode fugir disso também. É querer tapar o sol com a peneira. Por que alguns Estados tentaram cercear e limitar os trabalhos da comissão? Não entendo. A comissão, a CPI — falo aqui defendendo a CPI agora, tomo essa liberdade —, não é política. Ela não tem condão político. O Estado do Rio Grande do Sul abriu as portas, escancarou para a gente o que estava acontecendo. Não teve censura. Teve, sim, preocupação com a nossa segurança. E achei exacerbado. Achei uma coisa muito pesada o que fizeram no Rio Grande do Sul. Mas ele não censurou. Ele levou os Deputados nas galerias, levou nos andares, levou onde funcionava, levou onde não funcionava. Ele fez o contraponto, o bom e o ruim. Quem esteve lá viu. Agora, esse presídio de Contagem e o presídio onde esse policial trabalha sozinho 24 horas é de dar dó, tanto do agente como do preso. Agente, não, porque não posso chamar ele de agente. Ele é contratado temporário. Ele tem um contrato que pode ser renovado ou não. E quem gerencia isso? As comarcas... O Brasil é um país continental. As comarcas são muito distantes da Capital. Isso gera outro problema também. Os municípios têm de ajudar de alguma forma, e eles também não querem. Quando se fala em criar presídio federal, o Dr. Damásio não vai deixar eu mentir sozinho também, os municípios dão pulos, porque eles não querem. Eles não querem. Eles querem preso longe do seu ambiente, da sua região urbanística. Isso tem de mudar. Tem um agente penitenciário no DF, o Agente Mauro, Diretor de Operações Especiais do Distrito Federal, que fala o seguinte — e a gente tem que gravar isso, eu conclamo aí os Deputados, porque acho que a gente tem de pensar dessa forma e convencer os Governadores —: *“Não é despesa. Investir no atual sistema penitenciário brasileiro não é despesa é investimento”*. Porque nós temos condições de colocar qualificação de mão-de-obra, de educar esse homem minimamente para ele voltar para a rua e buscar trabalho. Não vai solucionar todos os problemas, mas a gente pode amenizar muito se colocar o Sistema S dentro do sistema penitenciário — SESI, SENAI e SENAC. SESI, SENAI e SENAC podem muito bem qualificar mão-de-obra dentro do sistema prisional, retornando essa mão-de-obra para as próprias empresas. Quer dizer, é uma cadeia. Pode ser feita uma cadeia, uma cadeia econômica. A questão da estrutura de funcionamento das escoltas externas. O Francisco Rosa foi muito feliz.



A gente não pode ficar tirando a Polícia Militar da sua atividade-fim, que seria policiamento ostensivo, ação de presença nas áreas urbanas ou rurais, para colocar fazendo escolta de preso. Primeiro, que não conhece, não foi treinado para aquilo. Não conhece a figura do preso, não lida com esse preso, não recebe uma ficha de grau de periculosidade, qual a incidência criminal desse preso, se ele tem parente fora, se ele tem bando fora, se ele tem quadrilha fora, o risco de resgate, colocando em insegurança toda uma comunidade que transita nesses fóruns e nesses locais para onde ele é escoltado. Temos de repensar tudo. Na verdade, temos de repensar tudo. O DF também tem questões pontuais. O DF também — e a gente tem que admitir — tem uma cadeia, o CDP, aqui no DF, que a falta de espaço físico caracteriza a tortura, sim; a falta de espaço físico. É ou não é, Nathaniel? Com certeza, a falta de espaço físico caracteriza uma tortura, porque, num espaço em que caberiam 3, temos 7 ou 8 presos, vivendo em que condições? Mas a culpa não é do agente penitenciário nem do Secretário diretamente envolvido com essa situação. A culpa é de uma estrutura toda que não foi mudada e que só está... Vou usar a palavra do colega aqui: a política é de governo e não de Estado, quando ela deveria ser política de Estado e não de governo. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Nosso Presidente teve de se ausentar um pouquinho, e nós estamos assumindo aqui temporariamente a Presidência.

Gostaríamos de registrar a presença aqui no plenário do Pastor Eduardo Yamashita, da Bahia, e do Pastor Nixon. Eles com certeza são os únicos que têm a receita certa para a solução dos problemas dos presídios.

Vamos passar a palavra agora ao Sr. José Rinaldo Machado, Presidente do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - Boa-tarde, Deputada, Deputados, companheiros de trabalho. Só uma correção: é João Rinaldo Machado, não é José. José é meu irmão. É claro que eu vim aqui para falar dos problemas do sistema prisional paulista. Para os companheiros dos outros Estados não vai ser surpresa, porque, como o colega aqui, o Rocha, disse, os problemas são os mesmos. É claro que pelo tamanho do Estado, do sistema prisional nosso, ele acaba, em números,



sendo maior que o dos outros Estados. Um dos principais problemas do sistema prisional paulista é a superlotação dos presídios. Onde temos cela para 12 presos estão mais de 40 homens ali, amontoados, que se revezam inclusive na hora de dormir, porque não tem como, pelo espaço, todos poderem deitar. Essa superlotação, é claro, vai de vários aspectos, uma vez que nós temos 145 unidades prisionais. Tirando o centro de ressocialização, o CRP, que é o de Presidente Bernardes, onde tem o RDD, todos os demais estão com 100% a 150% acima da capacidade. Há casos ainda de CDPs em São Paulo com mais de 200% da sua capacidade. Isso daí e a falta de funcionários que nós temos no sistema prisional fazem com que hoje os presídios estejam na mão dos presos. Quando nós dizemos que está na mão do preso, não é que ele controla o presídio. Quem controla o presídio são os agentes. Mas na hora que eles querem é feita uma rebelião e pegam quantos reféns quiserem, a não ser quando a gente consegue antecipar algum ato. Mas a qualquer momento... Haja vista que o Governador Serra, no primeiro ano de mandato, disse que os presídios estavam sob o poder do Estado, que a facção que domina os presídios estava desmantelada, e, no dia 24 de dezembro, eles pararam 51 unidades, não fazendo reféns. Foi apenas, como o próprio Governo disse, um ato pacífico. Mas mandaram os funcionários saírem correndo e dominaram 51 unidades prisionais em questão de 2 horas. Isso perdurou durante o dia. Por quê? Porque 2 presos que estavam numa unidade de Avaré haviam sido transferidos pela Polícia Federal e não tinham o destino deles, 2 presos da facção. E eles querendo saber para onde foram. Só após o advogado que representa a facção ir à penitenciária de Araraquara e conversar com esses 2 presos e ver que eles estavam bem... E por celular, ali mesmo, ele já passou para a chamada torre que estava tudo bem, que podia parar com o ato. E aí foi questão de menos de 1 hora e todos os presídios estavam na sua normalidade. E, é claro, essa superlotação, com a falta de funcionários, faz com que a facção e outras menores, mas que também dominam alguns presídios, tenham essa força. O funcionário não consegue, dentro da sua unidade prisional, fazer o seu papel ali dentro, qual seja vigilância, disciplina. Como um agente penitenciário, num pavilhão com mais de 350 presos, consegue saber o que está acontecendo em todas as celas? Nem na hora da contagem, porque uma vez que você chega lá, 40 pessoas andando para lá e para cá, você não consegue



fazer a contagem. O que é feito é que o funcionário da noite confia no funcionário do dia, que ele fez a contagem correta. O que chega no outro dia de manhã para render o da noite confia também nisso daí, e quando ele vai abrir a cela para o sol é aí que ele vai fazer a contagem, torcendo, pedindo a Deus para que todos os presos estejam ali dentro daquela cela. Aí é que ele vai ter a certeza. Então isso daí é uma rotina no sistema prisional paulista. Os Deputados estiveram presentes, fizeram 2 visitas a algumas unidades. Até conversamos com os Deputados e, é claro, como foi uma coisa antecipada, foi pedido ali não sei se para o Governador ou para o Secretário, foram visitar umas unidades bem, vamos dizer assim, *light*, unidades boas. E, assim mesmo, ainda deram uma enfeitada, porque eu acompanhei a visita na Penitenciária Feminina de Santana, e ali é uma penitenciária com muitos problemas. Há mais de 3 mil presas onde era para ter 1.200 e pouquíssimas funcionárias. Todos os dias tem caso de funcionárias que apanham das presas. E, no dia, até para surpresa nossa, estava uma maravilha. As presas todas bem comportadas, um monte de funcionário ali pelo caminho onde os Deputados iam passar. Mas, é claro, se tivéssemos sido consultados e pudéssemos desviar a rota, nós os levaríamos a algumas unidades ali mesmo na Grande São Paulo que estariam totalmente diferentes. Assim mesmo, algumas coisas foram vistas pelos Deputados, alguns problemas do nosso sistema. Hoje nós estamos aí com média de 145 mil presos no Estado de São Paulo e por volta de 30 mil funcionários. Em 1994, essa proporção era 2,17 presos por funcionário, hoje passa de 7 presos. E isso, é claro, nós estamos contando tudo, desvio de função, funcionário afastado. Há um grande número no sistema prisional paulista afastado por estresse, por várias doenças adquiridas referentes à nossa profissão, porque, quando ele entra, ele presta o concurso, passa, faz um exame para poder assumir, e depois nunca mais é visto nada desse funcionário, não há um acompanhamento. Nós temos casos gravíssimos de alcoolismo, de uso de entorpecentes, casos esses que a gente está tentando inclusive internações — é muito difícil conseguir vagas para internação desses companheiros —, e outros que conseguem de outra forma, vão a clínicas particulares, conseguem algum afastamento. Mas não é feito nada, não é feito um trabalho em cima dos agentes penitenciários, para saber as condições físicas e psíquicas desses profissionais. Outra preocupação nossa é que essa falta de



funcionários pode se agravar, porque o Governo paulista anunciou a construção de 50 novas unidades prisionais para os próximos 2 anos. É claro, são unidades de 756 vagas, que, com certeza, devem chegar a 1.800, 2.000 presos, e não tem nada programado para contratação de funcionários. E pode ocorrer o que ocorreu nos anos de 2005 e 2006, quando o então Governador Alckmin construiu por volta de 80 novas unidades e não contratou ninguém. Ele só foi tirando das outras. Ou seja, ele não completava o quadro da que estava inaugurando e desfalcava as já existentes. Por isso que agravou muito a questão da falta de funcionários. Muitas unidades prisionais que não foram... a construção não foi terminada, algumas até hoje não foram concluídas, mas foram inauguradas; teve inauguração, teve a imprensa, saiu no jornal. Mas nós temos muitas unidades prisionais com problemas na rede elétrica, hidráulica, com infiltrações, não têm os equipamentos, câmaras de vigilância que não funcionam, portais de detector de metais que não funcionam, falta de rádios comunicadores, telefones internos. Isso...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - João, você pode declinar quais são essas unidades, o nome delas? Não vamos falar de forma genérica. Quais são as unidades?

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - Olha, eu poderia fazer uma lista dessas daí...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Cite algumas.

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - ...mas principalmente os CDPs na Grande São Paulo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual CDP?

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - São Bernardo, Santo André, todas essas na Grande São Paulo estão... Muitas eram unidades da Polícia Civil que passaram por uma pequena reforma e foram passadas da Polícia Civil para o sistema penitenciário, para a SAP. E elas não tiveram... um prédio antigo, um prédio que já não dava essas condições para que os funcionários trabalhem. E o próprio prédio já é feito de uma forma em que o agente não tem nenhuma possibilidade de escapar numa rebelião.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Isso acontece também nas delegacias de polícia. Lá em São Paulo tem um sistema em que os presos acabam



sendo presos provisoriamente nas delegacias de polícia. Isso acontece também nas delegacias de polícia?

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - Olha, na Capital, na maioria dos distritos policiais, eles não ficam mais com os presos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Mais 1 minuto para concluir.

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - É feito um flagrante, e ele vai para... eles vão para os CDPs. E aí, sim. Mas nós temos muitos presos condenados nos CDPs, onde deveriam ter ido já para as penitenciárias. E na verdade eles continuam em CDPs, porque também as penitenciárias não têm vagas. E aí alguma coisa que eu queria inclusive completar é a questão dos próprios agentes. Hoje nós vimos aqui até um filme aí mostrando os presos reclamando de agressões, de espancamento. Mas a realidade lá não é tão assim. Hoje os agentes penitenciários é que apanham nas unidades prisionais. O número de casos de agressões — e não estou dizendo em rebeliões; estou dizendo no dia-a-dia, no trabalho —, o número de casos de agressões é alto, e os funcionários acabam sendo pressionados pelos diretores das unidades a não irem fazer o Boletim de Ocorrência. Alegam de tudo para ele, para que evite que ele vá fazer um Boletim de Ocorrência. Temos uns problemas lá referentes às ONGs que administraram algumas unidades prisionais. E foi denunciado por nós. O Secretário constatou que havia várias irregularidades. Inclusive ele fez essa denúncia até na imprensa. As próprias empresas que dão serviços para... para os presos... A tal da laborterapia, que na verdade é um.. Ganham muito dinheiro, não é? Os empresários ganham muito dinheiro nisso daí e não têm aquela finalidade, que é exatamente de você ressocializar o preso. E o desrespeito com o agente penitenciário não parte só do preso não; ele parte inclusive dos próprios governantes, de autoridades. E, como disse o Rocha aqui, uma das coisas que pode mudar um pouco o quadro é exatamente a PEC nº 308, da Polícia Penal. Hoje o funcionário, quando pega o preso com uma droga, com um celular e leva ao distrito, chega lá o preso acusa o próprio funcionário. E o delegado quer fazer o Boletim de Ocorrência contra esse funcionário. A fé pública do funcionário público não existe para os agentes penitenciários. Acabou?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Já ultrapassou.



O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - Então, daí vários outros problemas, como assistência médica e jurídica do preso, que acaba não tendo... E aí a facção faz o papel que hoje os traficantes fazem nos morros. Eles fazem o papel do Estado dentro das penitenciárias. É por isso que têm crescido tanto essas facções. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Obrigada, Dr. João Rinaldo .

Nós queremos registrar aqui a reportagem especial do jornal *Hoje em Dia*, do dia 4 de maio — domingo, portanto, desta semana —, que traz 4 ou 5 páginas destacando o trabalho desta CPI, destacando inclusive a situação dos presídios brasileiros e uma entrevista exclusiva com o nosso Relator Domingos Dutra, mostrando toda a importância do trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito para os avanços que a gente busca na questão do sistema prisional brasileiro.

Queremos parabenizar o jornal *Hoje em Dia* e agradecer, porque é importante... Uma das coisas que a gente busca aqui na CPI é exatamente conscientizar a sociedade dessa questão de que a segurança pública, de que as condições sociais seguras do nosso País passam por uma passada a limpo no sistema carcerário brasileiro. É importante a conscientização da sociedade. E a imprensa colabora muito com isso, fazendo da forma como fez o jornal *Hoje em Dia*, mostrando a realidade e também a realidade do nosso trabalho. Queremos parabenizar o nosso Relator também pela entrevista e pela atuação.

Eu vou inovar um pouco aqui nesta audiência pública. O Relator tem horário para sair. Quando propus esta audiência pública, eu sugeri, aliás, que não fosse uma audiência pública. No início, era nosso desejo que fosse um dia de trabalho com os presidentes de associações, de sindicatos, dos agentes, porque é por demais importante que colhamos deles, de quem vive lá dentro e de quem, a nosso ver, é uma das mais... vamos dizer assim, a principal vítima do sistema, porque os agentes penitenciários estão de alguma forma, ou da mesma forma, presos como os presos lá dentro das cadeias. É isso que nós temos visto. Mas foi impossível fazer um dia todo. Então, nós agradecemos aos que vieram, atenderam ao convite.

É claro que é injustiça não dar a palavra a todos. Então, para que não percamos tempo, não vamos fazer outra Mesa.



Eu gostaria de passar a palavra a mais 3 representantes de Estados que estão aqui. Gostaria que eles falassem de onde estão mesmo. E aí colocaria um tempo menor de 5 minutos para cada um, para que cada um pudesse colocar o que julga importante ainda para colaborar conosco, principalmente na nossa condição de Sub-Relatora da questão dos servidores públicos do sistema penitenciário brasileiro.

Passo a palavra, primeiramente, ao Fernando Ferreira de Anunciação, que é do Estado de Mato Grosso do Sul.

O SR. FERNANDO FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO - Boa-tarde, senhoras e senhores presentes. É com muita felicidade que a gente comparece a esta Comissão, com muita expectativa e muita esperança. Nós acompanhamos também a CPI no nosso Estado. O Deputado Domingos Dutra esteve conosco lá e viu a situação do sistema penitenciário do nosso Estado. Notamos naquele vídeo aqueles porquinhos ali. Aqueles presos estavam dormindo junto com porcos. Infelizmente foi no meu Estado aquela cena que a CPI presenciou. Eu acho que, como ele disse para nós naquele momento, uma das cenas piores que ele encontrou foi no nosso Estado, infelizmente. No nosso Estado nós temos a infelicidade, hoje... Para mim é uma infelicidade quando dizem que há sistema penitenciário federal. Nós temos hoje a infelicidade de ter um presídio federal em nosso Estado. Infelicidade por quê? Porque lá estão, digamos, os maiores líderes do crime organizado do nosso País. Isso para nós é infelicidade. Não é felicidade nenhuma termos um presídio federal como aquele em nosso Estado. O Dr. Damásio esteve na semana passada lá, com um problema seriíssimo de tentativa de invasão naquele presídio. Para nós ficou meio duvidosa aquela situação. Mas, então, não é... Quero deixar claro para vocês que não é privilégio nenhum um Estado ter presídio federal. Até porque eles têm ali 100 vagas, e nós precisamos de 6 mil vagas em nosso Estado. Eles têm 100 vagas para dizer que vão resolver o problema do sistema penitenciário do nosso Estado somente naquele presídio federal. Não, falta muito para isso. Quero dizer para o senhor, Deputado... Quero pedir, implorar, ou documentar, ou fazer algo nesse sentido para que a CPI volte ao meu Estado. Necessitamos da volta da CPI ao nosso Estado o mais rápido possível. Naquela colônia penal que o senhor visitou, naquele sistema semi-aberto que o senhor visitou, que tanto chocou a CPI, aconteceu um fato — pame o senhor — inusitado. Nós temos lá, hoje, 5 agentes



penitenciários presos, acusados de facilitar a saída daqueles internos, que o senhor presenciou, o senhor viu pessoalmente, a CPI viu pessoalmente. Lá não tem uma cerca, não tem nada para impedir que aqueles presos saiam daquela unidade e que vão cometer aqueles crimes que o senhor presenciou as denúncias. O senhor ouviu presos em sigilo. Nós também fizemos depoimento em sigilo para o senhor, e o senhor constatou a situação. Lá quem está mandando... Infelizmente, nós temos mais uma glória em nosso Estado. Somos o segundo Estado, hoje, onde a nossa facção criminosa do Estado de São Paulo se alastrou e está mandando no nosso Estado. Aqueles servidores que ali estão presos, Deputado, exigiram que eu viesse, pediram para que os senhores voltassem... que a CPI voltasse ao nosso Estado para constatar a situação. Cinco agentes penitenciários presos, dizendo assim... O Estado está dizendo: *"Eles são os culpados, são os culpados"*. São os culpados do sistema penitenciário ali, e o nosso Estado está daquela forma. Isso é um absurdo! Quero deixar claro isso aqui e implorar a presença da CPI novamente no nosso Estado para constatar a situação, que ficou ainda pior. Pegaram aqueles 500 homens que estavam naquele semi-aberto, naquele calor, naquela chácara, naquela imundície, naquela calamidade que o senhor viu. Como bem disse o Presidente da Comissão no nosso Estado, que estava presente naquela colônia penal, era um estado de calamidade. E é verdade. Levaram para um presídio fechado. Agora nós temos 500 homens que estavam no sistema semi-aberto, regrediu a pena deles automaticamente por vontade política do nosso Governador, dos governantes daquele Estado, botaram num presídio fechado novamente com 2 agentes penitenciários cuidando de um presídio fechado com 500 homens. O senhor imagine. Dois, 2, 2, viu companheiro João Rinaldo? Lá são 2 para cuidar de 400 homens, 500 homens. Está pior ainda. Então, Deputado, imploramos a visita, novamente, da CPI no nosso Estado para constatar essas irregularidades e tentar nos ajudar a mudar essa situação de dizer que aqueles 5 agentes penitenciários que estão lá presos são culpados de todas aquelas mazelas que o senhor presenciou em nosso Estado. Muito obrigado. Acredito muito nesta CPI. Tenho certeza de que esta CPI é séria. Não será como algumas que nós temos visto aqui na nossa Casa de leis. Daqui sairá, sim, um documento; daqui sairá, sim, participação de servidores dispostos a contribuir até mesmo com a vida para que a CPI... saia daqui um



relatório contundente, que nós tenhamos aí resultados positivos no sistema penitenciário. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Passamos a palavra, então, ao Antônio Cláudio Viana, que é do Estado de Sergipe.

O SR. ANTÔNIO CLÁUDIO VIANA - Quero agradecer aos presentes, bem como à Sub-Relatora, pelo subtempo que me ofertou para que eu possa ejacular os verdadeiros sentimentos ou ressentimentos por parte de toda a categoria prisional constante neste País. Eu não quero falar de Sergipe, porque Sergipe é um Estado pequeno diante dos grandes problemas que existem em torno do sistema penitenciário. Problemas esses que não podem ser discutidos com gentileza. Até queria pedir desculpas aos poetas; eu, como poeta que sou, e ativista também. Mas eu quero me vestir do paletó da verdade, da pura verdade. Então, quero fazer algumas colocações aqui com um determinado realismo. Primeiro: o Estado tem-nos tratado... tem tratado os agentes penitenciários com total desrespeito, com total descaso, inclusive praticando aquilo que é crime hediondo, que é tortura moral. Então, há tortura moral clara, há uma ciranda por parte de quem gere as leis e as normas deste País, uma ciranda de MPs, uma ciranda de portarias, uma ciranda de decretos que só servem para constranger ainda mais o agente penitenciário, submetendo-o, não como um preposto público, representante do Estado num setor prisional, o qual requer, acima de qualquer contexto, a manutenção da disciplina, porque disciplina é liberdade... O átomo basilar da educação é a disciplina. Então, em nenhum momento aqui eu vou traduzir com emocionalidade a situação da relação entre o detento e o agente penitenciário, porque eu acho que tem que ser uma relação técnica, uma relação onde haja, acima de tudo, o encaminhamento sob a luz dos direitos constitucionais. Apenas isso. Não quero e não vou admitir que nenhum colega meu agente penitenciário invista nesse discurso romântico e finja — finja mesmo — estar com peninha deles. Eu não posso sentir pena, porque pena é um sentimento ruim. Eu tenho que respeitá-los. Respeitá-los. Até porque nós estamos pedindo, solicitando isto ao próprio Estado: respeito. Então, o que a gente pede a gente também tem que dar. Agora, assistimos aos nossos colegas agentes penitenciários federais serem acariciados com balas de AR-15 pouco tempo atrás. Vimos que, se eles não tivesse o aparato, o preparo e as condições de trabalho



salutares para o bom desempenho funcional, eles seriam hoje finados agentes penitenciários. E em nenhum momento a gente traz essa discussão à tona. Ora, assisto a colegas meus sendo executados, assisto à minha carreira sendo trancafiada em uma cela fedorenta e suja, a partir de políticas... aliás, da ausência de políticas de um Estado que, terminantemente, precisa ser posto no paredão. Este Estado precisa ser posto no paredão. Este País, que não é nação, precisa ser realmente questionado, interrogado. Por que não, por que não institucionalizar, constitucionalizar essa carreira? Por que não aprovar a celeridade? Não é aprovação não, porque aprovação parece um sonho. Eu estou falando de celeridade, de matemática, porque, um dia após o outro, após o outro, daqui a pouco vai começar o festival de arquivamento. Outra coisa: não é nosso sonho pertencer à corporação policial não. O nosso sonho é ver o sistema prisional e a nossa carreira organizados. Então, aqui ninguém está falando em querer aquilo porque a gente assistiu e cresceu vendo filme em quadrinhos. Não. Esse sonho policial, esse sonho de ser bandido e esse sonho de ser policial é um sonho infantil de pessoas que têm uma postura com adultez. Então, o que a gente está falando aqui é em organização, é em trazer tecnicidade e profissionalismo para um sistema penitenciário que está podre, porque querem que ele se conserve podre. Agora, os prepostos públicos não podem cair nessa nostalgia de se comparar à realidade do detendo, porque o detento cometeu um crime. E cabe ao Estado, claro, propiciar as maneiras legais, como a legislação penal, e satisfazer essa pena. Agora, eu passei no concurso público, nossos colegas aqui passaram no concurso público, e nós somos punidos por isso. Vários anos de estudo, dedicações... Quer dizer, isso mostra por que o agente penitenciário, hoje, trabalha com o livro debaixo do braço e várias apostilas, estudando para outros concursos públicos. Sabem por quê? Porque aqui não há luz no final do túnel. Nessa carreira não há luz no final do túnel. Essa carreira é a carreira do cadeado enferrujado e da cerca eletrônica. Ou seja, enquanto você está trabalhando, você tem que coibir fugas, coibir o tráfico interno de drogas, inclusive proteger a integridade física de detentos que se digladiam entre si (*ininteligível*), enfim... E quando acaba o seu plantão, você também tem que acabar a sua situação funcional, a sua situação moral. Então, é baseado nesses questionamentos, nessas proposituras que eu quero fazer um apelo, até porque a gente tem que economizar



tempo. Ao invés de os representantes aqui estarem maquinando como construir um processo de paralisação nacional, de manifestação nacional, enfim, de greves nacionais... Eu acho não é esse o caminho que nós queremos construir. Quero fazer um apelo para que seja inclusa nesse relatório a necessidade da celeridade da aprovação dessa PEC nº 308, porque senão vai ter que ser aberta uma nova CPI para apurar a cura da úlcera intelectual que está acometida pelos gestores. Quer dizer, eu não consigo, em minha vã... Talvez porque eu não tenha formação em Medicina. Agora, essa úlcera intelectual tem que ser tratada, os problemas têm que ser encarados de frente, de maneira técnica e objetiva, porque filosofia não cabe para questão de legislação. Não cabe. Gostaria, ao mesmo tempo, de deixar claro que estamos, hoje, vivendo uma epidemia pior do que a da dengue. É a epidemia da covardia e da hipocrisia, que assola os setores políticos e institucionais deste País. Então, é preciso encarar esse problema sem covardia, colocar a situação do interno, do detento de maneira racionalista e legalista; agora, sem fazer apologia à pena e ao (*ininteligível*). Inclusive eu quero deixar claro, João Rinaldo, que é gravíssima essa situação de os agentes penitenciárias estarem sendo espancados em presídios. Sabe por quê? Porque isso significa dizer que o Estado de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Dutra) - V.Sa. tem 1 minuto para concluir.

O SR . ANTÔNIO CLÁUDIO VIANA - ...que o Estado de São Paulo é um Estado que precisa de mais milhares de 1 minuto para que seja refeita a postura de vocês (*ininteligível*) públicos, porque é nesse momento que a gente percebe por que o PCC mata, por que o PCC comanda aquilo ali. Porque o Estado se demonstra desorganizado e fragilizado. Então, é preciso cobrar dos governantes, é preciso cobrar do nosso querido Presidente Lula, do nosso querido Ministro da Justiça, Tarso Genro, e de todos os Parlamentares que aqui se encontram atitudes imediatas. Sabem por quê? A cada tapa que um agente recebe, o Brasil, o Estado brasileiro acaba apanhando, e apanhando por um crime que é algo vergonhoso, inaceitável para um Estado Democrático de Direito. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Jusmari Oliveira) - Obrigada, Antônio Cláudio.



Vamos passar a palavra imediatamente ao Sr. César Bombeiro Castro, do Maranhão, Estado do nosso Relator Domingos Dutra.

O SR. CÉSAR BOMBEIRO CASTRO - Boa-tarde, Deputada. Parabéns à Deputada. Eu pensei que o Maranhão não ia ouvir a minha fala, mas vai ouvir todo o Brasil, não é? Deputada, eu sempre começo a falar... a minha fala é sobre a polícia. A polícia, quando vai prender um marginal de alta periculosidade, ela coloca 30, 40 carros, mais um helicóptero. E aí cerca aquela casa onde está o marginal. Eles prendem e levam para o sistema penitenciário. Lá, eles entregam em nossa mão. O que acontece? Esse mesmo preso que a polícia colocou 200 homens para prender, quando chega na penitenciária, quando tem uma escolta para ele ir para o hospital, para audiência judiciária e outros, vão 2 agentes penitenciários levar ele, ou talvez 1, com um revólver que é comprado com o próprio dinheiro do agente penitenciário. Então, quer dizer que o agente penitenciário... o papel dele não interessa nada para o Estado. O Estado faz todo o papel em cima da segurança e, quando chega na nossa mão, esquece aquele marginal. E quando aquele marginal foge, o que acontece? Dizem que nós fomos corrompidos. Então, é difícil trabalhar no sistema penitenciário hoje, se nós não temos a menor condição de trabalho. O senhor acabou de falar sobre um presídio no interior de Minas Gerais, que tem 350 celas e tem 350 presos — 1 preso por cela. O Ministério da Justiça, através do DEPEN, inaugurou um presídio no Maranhão para 400 vagas, e cada cela tem 8 presos. Quer dizer, totalmente ao contrário da política que o senhor está falando aí. Quer dizer, o próprio DEPEN já está construindo um presídio onde ficam 8 presos. O correto deveria ser 1. Tem que começar pelo DEPEN. E eu tenho certeza também de que nesse presídio não são presos de alta periculosidade. São presos escolhidos, tipo projeto da APAC. Todo mundo fala: "*O projeto da APAC é maravilhoso!*" Sim, não é preciso terceirizar, se têm presos no presídio. Você diz assim: vai a São Paulo e volta. Ele vai e volta. É o preso que está lá na APAC. Talvez seja o preso que está lá em Minas Gerais. Por que o senhor não diz assim... Pega o preso lá na Casa de Detenção no Maranhão e manda ele ir a São Paulo para ver se ele não vai parar na China. Então, há aquela diferenciação entre um preso e outro. Tem preso que está preso que não é marginal. Cometeu um crime bêbado, drogado e está ali por algo da vida que ele cometeu, uma tolice. E sobre a nossa



terceirização... Não é possível a gente terceirizar o sistema penitenciário, se a gente gasta 3 vezes mais, a mão-de-obra, tudo é mais caro. E em toda terceirização — eu tiro pelo Maranhão — nunca existe uma licitação correta. Quer dizer, para beneficiar amiguinhos. Por que terceirizar se... Por que não fazem concurso público, que é até melhor para todos nós, que já somos funcionários de carreira? Mas não, tem que terceirizar tanto a mão-de-obra como os fornecedores de alimentação. Para quê? Para beneficiar A, B e C. Enquanto tivermos fazendo isso aí, o sistema penitenciário não vai para a frente. Os nossos gestores, hoje, estão pensando em si próprios, em se beneficiar, em se enriquecer à nossa custa, porque todos eles têm fonte com os fornecedores. Porque o correto no serviço público, principalmente a segurança, é dever do Estado. Eu vou terceirizar uma mão-de-obra que eu tenho condições de fazer. Deputado, até as algemas do Estado do Maranhão, que nós não temos, são compradas com o nosso dinheiro. Como eu acabei de falar, as armas, as munições... Quando existem fugas no sistema penitenciário do Estado do Maranhão é porque não tem soldado na guarita. Por que eles tiram o soldado da guarita? Quanto tem uma festa ou algum festival no Estado, eles tiram os PMs da guarita lá do estabelecimento penal para colocar naquelas festas. O que acontece? Fica 1 guarita sim, 2 não. E preso não é besta. Preso é mais informado do que nós, porque eles estão ali 24 horas e nós não; estamos 24 por 72. E o serviço dele, de inteligência, por incrível que pareça, é melhor do que o nosso. E toda vez que foge alguém pelo muro, a culpa não é do agente penitenciário. Isso se chama segurança externa. A nossa é segurança interna. Tem que fugir pelo portão. Aí, sim, a culpa é nossa. Então, Deputado, até o problema de transporte no sistema penitenciário... Nós temos hoje o GOP, que trabalha de dia. À noite não fica uma viatura. Quando acontece algum acidente no sistema, alguém adocece, nós temos que pedir para a Prefeitura a ambulância, como já aconteceu — morreu uma colega nossa; não tinha quem a levasse. Este é o Estado do Maranhão: um sistema penitenciário falido, que eles comentam lá — até o DEPEN também apóia — que estão trazendo como exemplo. Estão trazendo como exemplo... Por que estão trazendo como exemplo? Porque o representante do DEPEN nunca pisou numa penitenciária. E quando pisa é numa penitenciária boa. O correto para os gestores é chegar em cada Estado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Um minuto para concluir.



O SR. CÉSAR BOMBEIRO CASTRO - ...é chegar em cada Estado e convidar o representante do sindicato para lhe acompanhar. Agora, perguntem aos sindicalistas que estão aqui qual foi a vez que foi um representante do DEPEN convidar um dos sindicatos para ir até uma penitenciária? Eu acredito que nenhuma. Ele vai sempre (*ininteligível*) do Estado, que não vão lhe mostrar nada. Existe um curso de reciclagem lá no Estado do Maranhão. Esse curso era para ser feito em 2005, 2006. Eles pediram o auditório emprestado, a comida é péssima. Nós temos lá... Até as apostilas chegam lá na metade do curso. Quer dizer, o DEPEN não sabe disso. E os custos que eram para ser pagos — eu tenho uma bolsa — não estão sendo pagos. Pergunta-se: onde está esse dinheiro? É só nos cobrando, nos cobrando, nos cobrando. Deputado, como é que a gente usa a arma? Para levar preso de alta periculosidade para o fórum, para os hospitais. E vocês não querem considerar o nosso porte de armas? Deputado, a solução para o sistema penitenciário, o Renato acabou de falar, é o sistema penitenciário de Brasília, onde os servidores ganham bem, chegam dando bom-dia, boa-tarde para os presos e satisfeitos. Quem ganha bem trabalha bem. E aqui tem todas as condições de trabalho. E os outros Estados, principalmente o meu, que eu conheço, é ridículo falar... Até as diárias, quando a gente leva um preso para o interior, essa diária cai 1 mês depois. A gente chega lá pedindo comida para Prefeitos. Então, eles falam que eu sou de outro grupo político. Não sou de grupo político nenhum. Quando o Deputado Dutra era oposição, eu procurava quem? O Deputado Dutra. E se o Estado não quer me receber... Eu estou com 1 ano que eu marco audiência com a Secretária de Segurança Cidadã e não sou recebido. As nossas promoções estão há 2 anos para serem promovidas, e até hoje nada. Nós marcamos... Para finalizar, marcamos uma assembléia geral para sexta-feira, e até hoje o Governo do Estado não nos chamou. Então, interessa a quem a nossa greve? É para os presos quebrarem o presídio? É menos custo nos dar o que a gente deseja, ou será que é melhor os presos quebrarem para alguém ganhar em cima? Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao representante do Estado do Maranhão...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Presidente, uma pergunta. Você ganha mal?



O SR. CÉSAR BOMBEIRO CASTRO - Péssimo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, você trabalha mal?

O SR. CÉSAR BOMBEIRO CASTRO - Trabalho bem, porque estou representando a minha categoria aqui. Para eles...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você falou isso. Você não pode falar isto: ganha mal, trabalha mal. Não é assim.

O SR. CÉSAR BOMBEIRO CASTRO - Não, eu dei... A solução, a solução... Porque o senhor não entende de sistema penitenciário. O Deputado falou de Minas Gerais. Vai ver que aqueles presos que estão naquelas 350 celas para 350 presos são presos de bom comportamento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não estou falando do sistema penitenciário. Eu o conheço bem. Sou autor da PEC nº 308. Eu estou dizendo para você que você falou que quem ganha mal trabalha mal. Você não pode falar isso.

O SR. CÉSAR BOMBEIRO CASTRO - Não, não tem o incentivo, não tem aquela... Como o senhor, que ganha bem, chega aqui sorridente. E aquela pessoa que ganha mal... ele não vem com aquele mesmo sorriso que o senhor vem. É diferente. Eu quero dizer que não é porque eu ganho mal que eu vou tratar todo mundo mal. Não é isso não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele não entendeu o que eu quis colocar aqui. Ele quis dizer que para trabalhar bem tem que ganhar bem. Não é assim. Não pode ser essa colocação. Eu sei de muitos agentes penitenciários que ganham mal e trabalham bem. Foi isso que eu quis dizer.

O SR. CÉSAR BOMBEIRO CASTRO - Desculpa aí, Deputado. Talvez eu tenha me expressado errado. Mas também a solução está no sistema penitenciário de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E a rapidez na resposta, não é? E a rapidez da resposta. Mas nós entendemos a colocação feita pelo representante dos agentes penitenciários do Estado do Maranhão. Realmente essas divergências que existem no tratamento praticamente de todos os servidores... Nós



temos problemas que divergem. Nós temos locais em que o agente ganha 2, 3 vezes mais do que um policial militar, e nem por isso o policial tem que trabalhar menos ou de forma diferente da do agente. Temos Estados em que um policial que está lá fazendo a guarda ganha 1 mil e um agente ganha 2.800 ou ganha 6. E ele faz a área externa. Nós estamos debatendo e vamos buscar esse consenso para discutir a padronização do sistema penitenciário brasileiro, que é uma das grandes questões que nós estamos levantando nesta discussão.

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra, que agora não é mais oposição no Maranhão. Estamos sabendo agora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu não vou aceitar provocação. Mas eu queria só dizer que não estive no começo da sessão, já justifiquei, e não vou chegar até o final, porque tenho um compromisso no Sara Kubitschek. Vou sair daqui a 10 minutos.

Segundo: eu acho que a CPI, nesses 8 meses de trabalho, com certeza não chegou ao fundo do poço, porque não tivemos condições de visitar todos os Estados e ampliar o maior número de visitas. Mas eu acho que a CPI já tem material suficiente para dizer que o sistema carcerário é pior do que os campos de concentração do nazismo; que não há nenhuma situação, nem com animais, e animais de gente pobre, porque animal de gente rica tem veterinário 24 horas, comida importada, hotel, xampu, salão de beleza, e assim por diante. Então, não há comparação com a situação dos presos.

Também acho que já está claro para nós que esse é um sistema complexo, que há muitos sujeitos que mexem com o sistema carcerário. Nós temos uma legislação federal e uma gestão estadual num país continental como este. E também, nas nossas andanças, nós vimos muito corporativismo, inclusive da Comissão — alguns tentando proteger meu Governador. Mas também nós vimos que os agentes penitenciários, em alguns lugares, deixaram de falar a verdade, ou por conveniência, ou porque estão no meu Estado. Nós vimos pastoral carcerária que hoje é muito mais braço oficial de governos do que agente comprometido com os presos.

Dito isso, eu queria fazer algumas perguntas e deixar para todos. Primeiro, há uma polêmica sobre se se deve ou não falar em nome das organizações criminosas.



Os paulistas que estão no sistema de segurança dizem que é condenável dizer que o PCC existe, porque isso estimula as empresas de segurança, amedronta a sociedade, que vai buscar serviço de proteção nas empresas privadas. E essas empresas privadas têm como sócio agentes penitenciários, delegados, ex-delegados e policiais civis.

Então, a primeira pergunta é qual é a opinião dos senhores sobre as organizações criminosas, se é conveniente ou não dizer que elas existem para, a partir de então, se encontrar alternativa.

Segunda: é verdade que, em Estados como São Paulo e outros, a divulgação dos nomes das organizações criminosas faz parte de um esquema de empresas privadas de segurança que estão associadas a agentes públicos? Aí eu estou querendo que quem tiver informações nos diga e ninguém aqui fique trocando palavra nem medindo tropeço da língua com o dente.

Em terceiro lugar, eu queria saber sobre corrupção. Tem corrupção? Tem esquema de corrupção na alimentação? É por isso que os presos não produzem? Superlotação: está associada com juízes, com diretor de cadeia? Excesso de prazo: deixar o preso mais tempo na cadeia faz parte de um esquema que envolve direção de presídio, defensoria pública, juiz de execução? Cada dia que o preso passa mais tempo do que devia, aí está subentendido um esquema de corrupção, alimentação, etc.? Tortura: vocês reconhecem que há tortura? Quem é que tortura? Porque nós encontramos denúncias de tortura em todo canto. Quem tortura? É agente penitenciário? São policiais militares?

Então, são essas coisas que temos que tocar na ferida, porque senão vai passar a idéia de que os agentes vêm aqui porque estão interessados no meu bom salário, na minha PEC, mas não vêm o sistema como um todo. Eu digo isso porque sou do PT, fui ao Estado do Pará, onde a Governadora é do PT, e lá eu, pelo menos, não aliviei nada.

No Estado do Piauí, em que o Governador é do meu partido, nós fomos à meia-noite à penitenciária para dar flagrante em agente penitenciário acusado de tortura. Apreendemos celulares.

No Estado do Maranhão, em que eu apóio o Governador, a imprensa não teve nenhum tipo de cerceamento.



Aqui eu não estou defendendo governo, aqui não estou em nome de governo. Estou aqui tentando contribuir com a sociedade brasileira, a partir dessa pequena contribuição do sistema carcerário. Se cada um estiver protegendo o seu quinhão, este País não terá jeito, porque cada um fica protegendo a minha classe, o meu Governador. Ou seja, desse jeito a gente não consegue avançar.

Portanto, eu queria fazer essas perguntas para todos. E queria perguntar para todos também se sabem qual é o custo do preso em cada um dos Estados dos senhores, quantos mandados têm a cumprir. Porque a CPI também já descobriu que um dos principais problemas é a informalidade, é a desorganização como forma de justificar a corrupção. Se eu vou ao aeroporto, quando eu entro ali, todo mundo sabe o que há na minha bagagem. Se eu vou a qualquer supermercado hoje mais ou menos equipado, todo mundo nos filma. E nós nos perguntamos: por que no sistema carcerário ninguém sabe nada? Um diz que tem 30% de aidéticos — a gente vai lá e não tem. Um diz que o preso custa 1.200; outro, 800. Quer dizer, quase nada se sabe de concreto, quando já temos tecnologia disponível.

Eu queria perguntar sobre a quantidade de mandados a cumprir. E queria dizer ao senhor de Mato Grosso do Sul que já foi aprovado requerimento para voltar a Mato Grosso do Sul, porque é o Estado mais esculhambado que nós vimos. E depois que nós saímos, talvez como represália à CPI, todos os presos que prestaram depoimento de forma reservada tiveram o seu regime regredido. E lá onde eles estavam não tinha problema, porque eles eram livres, porque o sistema aberto em que eles estavam... Estavam lá numa pocilga, debaixo de lonas. Lonas piores do que a lona do MST, que durante 20 anos eu acompanho Brasil afora.

Então, de repente, 580 homens voltaram para o sistema fechado. Então, nós vamos voltar a Mato Grosso não só por isso, mas também por conta dos índios, porque há notícia de que há 120 presos em Dourados e em outro município. Nós vamos voltar ali. Não vamos dizer quando, porque foi o local onde o secretário fez de tudo para a gente não ir à colônia que seria a melhor, que era a do sistema aberto. E chegamos lá e encontramos essa mistura, onde eram os porcos que cuidavam dos presos. E os porcos pertenciam aos agentes penitenciários. Portanto, nós vamos voltar lá e não vamos dizer quando.



Então, eu queria deixar aqui essas perguntas. E pediria aos agentes que, se não puderem dizer de forma aberta, que nos digam o que vocês sabem. Tudo. Corrupção, tortura, quem é que corrompe, quem fica com dinheiro, quem recebe dinheiro para a mulher passar mais tempo com o preso, para comida, para colchão, para alimento, visita íntima, porque todo mundo sabe que existe. E quem mais tem informação são os agentes penitenciários, porque são vocês que cuidam diretamente dos presos. E aí a gente está carente dessas informações. Por onde a gente andou, os agentes penitenciários não abriram o coração para nós. Não abriram. E um dos itens da Comissão é sobre a corrupção. Estamos sem elementos para dizer quem é corrupto, com raríssimas exceções.

Então, Sr. Presidente, eram essas as colocações que eu queria fazer. E como vai ficar taquigrafado aqui, eu peço licença para sair. Até porque estou, já há algum tempo, febril e com um pouco de gripe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Vamos passar a palavra à Deputada Jusmari, autora da audiência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria também... Se os senhores pudessem deixar pelo menos 5 sugestões objetivas... Além da sugestão de federalizar os presídios, que sugestões podemos transformar em recomendações para o Judiciário, para o Ministério Público, para secretários, para agentes penitenciários, que propostas podem ser transformadas em projetos de lei, porque agora o diagnóstico já vimos. Se não escrevêssemos uma palavra e mostrássemos só as imagens, não precisaríamos dizer mais nada. Então, nós queremos sugestões que possam ser transformadas em medidas legislativas.

A rigor, para concluir, podíamos sintetizar nesta Comissão o seguinte: primeiro, cumpram-se as leis; segundo, irá para a cadeia quem não cumprir as leis. Eu acho que de lei nós estamos fartos. A Constituição está aí, os tratados também estão. Os tratados, a Constituição, a Lei de Execução Penal. Bastariam 2 artigos para concluirmos a CPI. Mas, como nós temos a tradição de fazer leis para tudo, e leis muito compridas, muito complexas, queremos sugestões que vocês possam nos deixar, de forma bem objetiva.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Muito bem. Vamos passar, então, a palavra à Deputada Jusmari Oliveira, autora da audiência. A seguir, vamos passá-la aos Deputados que já se inscreveram.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O Sr. Relator fez uma crítica, na sua colocação, a respeito da PEC nº 308. A PEC nº 308 não é deles, não. Nós é que a aprovamos aqui. Eles não têm nada a ver com isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não é crítica, não. Até porque, no relatório, nós vamos recomendar... Uma das recomendações é essa PEC. Estou dizendo que os agentes não podem só pensar neles. Como o sistema está podre, nós queremos que vocês falem de toda a podridão, porque quem mais está dentro do sistema são os agentes penitenciários. Os presos... Nós desistimos de ouvir presos porque, na saída nossa, eles levam peia, eles vão para a taca. Por isso, nós desistimos de tirar presos das celas para ouvir fora das celas. Então, depois de presos, são os agentes. E sentimos que os agentes não foram abertos o suficiente conosco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Então, passamos a palavra à Deputada Jusmari Oliveira, para fazer suas considerações e perguntas.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Domingos Dutra, Deputados, senhores convidados, quando nós requeremos a esta Comissão Parlamentar a criação de uma sub-relatoria que tratasse especificamente da condição dos serventuários públicos ou não públicos, contratados, enfim, cargos do sistema penitenciário brasileiro, a nossa preocupação era exatamente essa. Começamos a ver nos presídios que nós visitamos... Eu tenho uma história de militância, de luta, de acompanhamento, na minha região da Bahia, do sistema carcerário, quer dizer, do pseudo-sistema carcerário que nós temos lá, porque não temos nada. São cadeias públicas entulhadas de gente. E todos que entram e saem... Ao entrar e ao sair, ou nas nossas visitas, sempre a reclamação é de que apanham, são torturados, são tratados mal. São torturados de todas as formas: moralmente, psicologicamente e fisicamente.

Nós entendemos que... Passamos a conhecer o sistema melhor com a oportunidade da CPI aqui, visitando os presídios. Começamos a ver o seguinte... a entender que o servidor do sistema penitenciário, principalmente o agente, é a maior



vítima do sistema, uma vez que ele está preso também. Ele está vivendo nas mesmas condições que o detento. Se um detento que está na cela com um tuberculoso pode pegar tuberculose, o agente também pode. O que está convivendo com o HIV positivo, sem nenhuma condição de higiene, de preservação e tal... O agente é o principal, o mais suscetível a adquirir aquelas doenças. Ele vive numa condição de insalubridade total. A única diferença é que, quando termina o seu plantão, ele pode voltar para a sua casa, o que talvez seja uma coisa ruim. Acho que a família do detento vive melhor do que a do agente, porque, ao voltar ao seio da família, o agente, depois de toda aquela situação em que ele está lá, certamente tem problemas familiares, de existência e de tudo. Nós, Deputados, que vamos 1 vez por semana em 2 ou 3 presídios, quando voltamos para casa não somos mais os mesmos. Nós já não conseguimos tratar os nossos filhos da mesma forma. Nós já não conseguimos tratar os nossos maridos, as nossas esposas da mesma forma, porque começamos a ver toda a dificuldade, toda a diferenciação e tudo o que há de privilégios para eles, em detrimento daqueles que estão lá presos.

E vou colocar algo aqui: em Santa Catarina, se não me engano — o Deputado Domingos Dutra disse aqui —, começamos, então, depois de aprovada a sub-relatoria, começamos a focar, nas nossas visitas aos presídios, não falar com os presos, uma vez que tínhamos a incumbência de promover esse sub-relatório, mas, sim, com os agentes e, sim, com os funcionários, sejam administrativos, seja o Diretor. Nós não conseguimos falar com ninguém. Eles são fechados. Vocês são fechados. Vocês não colaboram. Vocês não querem dizer e vocês se colocam na condição de verdadeiros réus no processo. O simples fato de o Deputado Domingos Dutra ir à cela e ao me dirigir ao agente que está do lado, nem *“bom-dia”* o agente me dá, com medo ou não sei de que forma. Lá em Santa Catarina, ou foi no Rio Grande do Sul, Francisco, nós fomos almoçar na Assembléia Legislativa — acho que foi no Rio Grande do Sul —, havia um rapaz lá do sindicato e ele disse assim: *“Lembrem que os agentes são também ...”* *“Ah, a senhora da Comissão de Direitos Humanos?”* Eu disse: *“Sou”*. *“Lembrem que os agentes também são seres humanos”*, disse ele. Eu disse: *“Pois é, eu até estava lembrando, mas, da forma como vocês fazem ...”* Aí, disse para ele, solicitei, requeri, gostaria de dar uma contribuição à CPI nesse sentido, no sentido de que nós entendemos e somos



crentes de que toda a reformulação do sistema penitenciário passa, prioritariamente, pela capacitação — eu vou dizer, ao mesmo tempo —, pela ressocialização dos agentes penitenciários. Acho que o investimento principal do Estado brasileiro e dos Estados brasileiros divididos tem de ser no servidor primeiramente, como forma de evitar corrupção, como forma de dar condições e depois poder punir com severidade. Hoje, não se pode punir um agente corrupto com severidade nas condições em que ele está. Os argumentos de defesa... É só olhar para o sistema. Aí, eu disse a esse rapaz do Rio Grande do Sul: *“Pois é, a minha intenção era essa, mas acontece que vocês não colaboram, vocês estão fechados para a sociedade e vocês são o maior contribuinte com a desgraça do sistema”*. Porque lá em São Paulo, Presidente João Rinaldo, no Pinheiros I e II, o calabouço da triagem... quando a criatura entra na triagem, ela já vai para um calabouço, sem sol, sem luz, uma lâmpada só, para tortura. Aquela lâmpada é colocada sobre os olhos dele, para tortura, uma “lampadazinha” amarela. E o agente penitenciário vê isso e não denuncia?! Então, esse agente penitenciário não merece de nós essa atenção. É isso que o Deputado Domingos Dutra colocou aqui. Vocês são líderes da classe de vocês, quem mais conhece. Como vocês disseram, é a primeira vez que um Deputado entra num presídio, a primeira vez que uma Deputada, eu e a Cida Diogo, entramos num presídio, falamos com as mulheres de lá. É a primeira vez neste País que isso acontece. Agora, vocês, não. Vocês convivem diuturnamente com essa situação. E, aí, quando se coloca aqui a questão da hora extra, a questão do a fazer a mais, eu digo o seguinte: acho que todos têm de ter o pagamento da hora extra, acho que todos têm de responder sobre a legalidade do seu cargo. Mas ninguém pode esquecer que, antes de ser agente, antes de ser diretor de presídio, delegado, juiz, deputado ou promotor, nós somos cidadãos e somos, na grande maioria — acho que nesse sistema não há exceções —, somos cristãos. Então, nós temos comprometimento conosco, com a nossa família, com os nossos vizinhos, com os nossos irmãos, de denunciar as desmazelas que estão no sistema. E os agentes penitenciários não fazem nada. E eu senti, lá em São Paulo, principalmente no Pinheiros I e II, quando nós fomos, em que eu me destaquei do grupo e fui visitar umas celas em separado, porque gosto de fazer isso, porque eles ficam com a câmara, com o fotógrafo e tal, e os detentos não falam como falam para mim quando



saem fora do foco da luz. Eles falam melhor. E um agente me acompanhou. E, quando chegou numa cela, o pessoal disse assim: “*Quem é a senhora?*” “*Eu sou Deputada ...*”. “*Para a senhora, a gente fala, mas para esse safado aí a gente não fala*”. Então, nós vimos a relação que existem entre vocês e a comunidade penitenciária por conta de que os Estados fizeram-se inimigos em potencial deles e eles de vocês. E essa questão é a mais temerária para o sistema que eu vejo.

Então, eu fiz... Minha assessoria fez uma questionário. Nós queremos focar na questão de salário, do plano. Se vocês puderem, além do que tem neste questionário, colaborar conosco, o Relator está nos cobrando que nós abreviemos a nossa contribuição. Precisamos desses números. Também estamos fazendo ao DEPEN um requerimento pedindo o percentual de investimentos feito pelo fundo em instalações, em construções, em capacitação e em investimento nos servidores públicos do sistema, para que possamos dar uma contribuição significativa para vocês, para que vocês possam, depois, retribuir não à Deputada Jusmari Oliveira ou à Câmara dos Deputados, mas retribuir à sociedade brasileira aquilo que vamos fazer por vocês aqui.

Então, o Domingos Dutra colocou, eu vou colocar algumas perguntas aqui, muitas estão no relatório, portanto não vou me alongar aqui, mas algumas importantes. Eu queria perguntar: o Renato já saiu? (*Pausa.*) Eu queria colocar para o Luiz Fernando primeiro, depois para o Renato e depois, se cada um quiser colocar, vai depender do Presidente. O Luiz Fernando já pela segunda vez ouço fazer essa afirmação no Rio Grande do Sul — tive também esse privilégio: “*O inimigo do agente não é o preso, mas o Estado que exige que sejamos o carrasco*”. Depois o Luiz Antônio, meu conterrâneo na Bahia, que é um destemido líder da classe e que, com certeza, fala — esse fala, eu sei que fala —, coloca assim: “*O agente não é babá de preso*”. Então, ao meu ver, eu entendo assim: o Estado da Federação que quer respeitar, que quer coibir a tortura, que quer dar um tratamento especializado para o preso, ele não busca colocar profissionais e tal, ele quer que o agente faça. Como ele disse, que leiamos as cartas, tal... O Estado que não preza por isso, quer que o agente seja o carrasco, que bata, que execute, que sei lá... Queria colocar que o Luiz pudesse colocar um pouco sobre isso: o que ele conhece



como atuante, a nível nacional, dessa categoria, essa atuação dos Estados? O que o Estado exige que os agentes carcerários, penitenciários façam?

Outra colocação que eu colocaria é que ele comentasse sobre a corrupção dos agentes: qual a causa que ele considera, na visão dele? E depois, se alguém quiser colocar também, quais os casos mais corriqueiros de corrupção? Quem é o mais freqüente corruptor? É a organização criminosa? São os familiares de presos mais abastados? É a organização dos próprios presos dentro do sistema? Enfim, gostaria desses comentários.

Ao Renato, eu queria perguntar o seguinte, colocar aqui para que ele liderasse essa colocação — se não puder responder, eu gostaria que todos anotassem isso também e, depois, se pudessem nos dar por escrito e contribuir, além de hoje, pode ser amanhã, depois, na hora que vocês puderem. A PEC 308, que vocês tanto falam, estamos acompanhando aqui. Comprometemo-nos inclusive, lá no Estado do Paraná, com o presidente e com alguns agentes que nos procuraram nos comprometemos, com o Clayton e com os colegas dele, a acompanhar e buscar uma forma de agilizar a aprovação dela. A PEC 308, Renato, qual é a importância dela e em que ela vai mudar a atuação de vocês? Além do que está escrito no texto, eu quero que você diga, na prática, o que ela vai mudar. Vocês, como classe, como classista, já analisaram o texto dela? Já repararam nela alguma sugestão de mudança, de emenda aditiva? O que pode mudar em algum artigo? Já propuseram isso a algum Deputado ou vão querer propor isso para nós da CPI?

Outra questão que o Francisco colocou — que coloco para o Renato e para ele também — é a questão da aposentadoria dos agentes penitenciários, porque vocês citaram algumas classes que têm um tratamento especial que vocês gostariam de ter. Qual é a proposta de vocês para a aposentadoria? Vocês têm conhecimento se nesta Casa já tramita algum projeto de lei, alguma proposta de lei sobre isso? Gostariam de melhorá-la? Para vocês nos darem essas sugestões. O que vocês acham da questão do piso de salário nacional, para que vocês... Em todo Estado que chegamos, principalmente o Renato que nos acompanha, o pessoal fala: *“Esse aí é um felizardo, é do Distrito Federal, o salário é...”* Quando se fala das



condições do Distrito Federal, aí falam: *“Mas também o salário que eles recebem, não é?”*

Então, a idéia de propor a obrigatoriedade, ou pelo menos a indicação de um piso de salário nacional, ou até mesmo de um plano de cargos e salários e de carreira nacional. O que vocês achariam disso?

Essas são as minhas colocações. As outras... eu tenho muitas aqui, mas a maioria está nos questionários e tenho certeza de que os senhores vão nos responder. Gostaria de, ao responderem aos questionários, que vocês pudessem ir além, que alguma coisa que não observamos, mas que vocês observam, que nos coloquem, porque será colocado no relatório e tenho certeza de que virá para a contribuição das melhores condições de vida para vocês, serventuários do futuro sistema penitenciário. Hoje não podemos dizer que temos um sistema quando temos tratamento tão desigual para aqueles que trabalham no sistema e quando temos estruturas tão desiguais em todos os Estados.

São essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Obrigada, Deputada Jusmari Oliveira.

Passamos a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos e, em seguida, às minhas considerações, para que os representantes dos agentes penitenciários que compõem a Mesa possam responder às perguntas e fazer outras considerações finais.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quero cumprimentar a Mesa, o nosso Presidente, a nossa Sub-Relatora, cumprimentar o João Rinaldo, que vem lá de São Paulo, o nosso Luiz Fernando Correia, que não é o Diretor-Geral da Polícia Federal, mas que é o nosso representante da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário, cumprimentar também o Renato, de Brasília, e dizer que nós temos aqui, especialmente eu e a Deputada Jusmari, uma dupla função: atuamos na CPI do Sistema Carcerário e também na Comissão de Direitos Humanos. Tenho lá o desafio, a honra, enfim, a missão de presidir a Comissão de Direitos Humanos.

A Comissão de Direitos Humanos tem uma história muito bonita, muito rica, muito ativa e às vezes confundida, até, porque ela é tida e havida como uma



Comissão que só defende preso. Isso não é um despropósito, é uma pecha com perspectiva negativa, mas que veio de um fato positivo. Porque realmente aqueles que defendiam os direitos humanos defendiam o preso e, de forma genérica, num tempo em que os presos eram presos políticos, presos por idéias, presos por atitudes, por convicção, por ideologia — e não foram poucos no Brasil, ao longo da sua história, mas muito de forma especial a partir do golpe militar de 64.

Então, lá estavam os presos e lá compareciam os ativistas, advogados, enfim, aqueles que propugnavam os direitos humanos e defendiam os presos. E essa idéia prosperou de que os Direitos Humanos defendem os presos. Os tempos passaram, as coisas mudaram, os presos políticos praticamente não os temos no Brasil, mas a pecha de continuar defendendo os presos continuou. Por quê? Porque a Comissão de Direitos Humanos começou a verificar que os presos comuns, não os políticos, mas aqueles decorrentes de decisões judiciais, em sentenças com trânsito em julgado ou ainda que preventivamente, sofriam constrangimentos, tais, tantos e tamanhos que viraram tortura. Então, lá compareceu os Direitos Humanos. E acho mais que têm que estar lá para defender aqueles que são vítimas de tortura.

Isso quem diz não somos nós necessariamente, mas a Anistia Internacional, os organismos que defendem os direitos humanos em fóruns internacionais fazem essa avaliação, fazem essa leitura, têm dados, têm números, têm pesquisas, têm fatos. Então, esse é um fato absolutamente verdadeiro.

Agora, quero dizer que nós — e falo lá misturando com a posição aqui — não queremos, na Comissão de Direitos Humanos, ficar só defendendo preso ou só questionando a questão da tortura ou coisas do gênero. Até porque direitos humanos é um tema que não é político, que não é ideológico, mas que é inerente à condição humana. E tenho dito que os Direitos Humanos têm que estar onde a covardia se apresenta, lutando contra o covarde, lutando contra o agressor, seja um preso contra um agente ou um agente contra um preso. E essa realidade existe porque na minha cidade, em Porto Alegre, há poucos dias, eu vi uma brigadiana, uma policial militar, ser assaltada por um bandido. Ela, fardada, o assaltante chegou, assaltou-a e tomou-lhe o revólver. Uma situação totalmente inusitada. Lá, nós temos que estar contra aquele bandido, porque a vítima, ainda que seja a polícia, é a que está fragilizada dentro do processo.



Então, quero deixar bem claro isso, para que não haja uma incompreensão, e dizer, sim, à CPI do Sistema Carcerário, especialmente pelo Neucimar, pela Jusmari, pelo Domingos Dutra, que é o nosso Relator — uns mais, outros menos, e até digo que, em função da minha condição de presidir a Comissão de Direitos Humanos, eu menos tenho podido estar onde a CPI esteve em tantas ocasiões, mas já em vários lugares pude comparecer. E no caso específico do Rio Grande do Sul, no Presídio Central, o Luiz Fernando Correia esteve conosco na audiência pública no Presídio Central e no Madre Pelletier, para ver a realidade da dura e desgraçada realidade que é o presídio. Aí, a gente vê que está lá o preso amontoado. Eu vi aqui o João Reinaldo falando que eles tinham dificuldade para dormir em São Paulo. No Rio Grande do Sul, não é dificuldade para dormir, é para respirar. É para respirar, não é para dormir. Dormir, até que eles se ajeitam, eles dormem por turno. O problema é respirar. Dormir, tu podes dormir num turno; depois, acorda e dorme noutra turno. Mas respirar tem que ser todos na mesma hora, no mesmo momento, no mesmo segundo, porque senão morrem. Eles têm dificuldade de respirar. Essa é uma realidade. E esse ar que o preso respira é o ar que o agente penitenciário respira.

Até eu disse lá, a propósito, Deputada Jusmari — V.Exa. que é conterrânea gaúcha mas que está lá emprestada ao povo baiano e que desempenha um excelente mandato — que o preso... Eu disse lá no Rio Grande do Sul que o agente penitenciário está preso junto com o preso. É uma realidade fática, e às vezes um pouco...

OSR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Com uma condenação às vezes muito maior.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não é nem com condenação, o diabo é que é sem condenação. Se tu estiveres preso e estiveres condenado, conforme a condenação que tenhas, pelo prazo que estabelece e pela condição daquilo que tu fizeste, mas no caso específico tu não estás nem condenado, tu não fizeste nada, tu não cometeste crime e está condenado, enquanto que o outro, com prazo determinado, está com...

O SR. LUIZ FERNANDO CORREIA DA ROCHA - Desculpe-me, Deputado, mas a gente sempre costuma dizer que o agente está cumprindo pena semi-aberta, mas não é, é semifechada.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É semifechado, é exatamente invertido. O semi-aberto pressupõe uma condição, e o semifechado, outra. E esse é semifechado, sim, porque tu passas um período da semana confinado com o preso, um período do mês confinado com o preso. Essa é a realidade.

Eu quero concluir — e poderia aqui fazer uma série de questionamentos, e a Deputada Jusmari contemplou muitos deles —, mas o que me preocupa mais... Como aqui estão os representantes do Sistema Penitenciário, especialmente os agentes, o que me preocupa é a conivência dos agentes. Eu quero dizer... Essa palavra pode ser dura, e ela é para ser dura. Tudo que acontece lá, os agentes penitenciários, digamos assim, ou não têm força para reagir — e até compreendo isso —, ou talvez falte uma ação mais forte, mais determinada, porque os presídios são uma bomba-relógio no País. No meu Estado, no Rio Grande do Sul, é um barril de pólvora. Se alguém acender um fósforo lá, explode. Há 4.300 homens presos num lugar para mil e poucos. Aliás, um prédio que era para 600, espichou, remendou para 1.600, que agora tem 4.300, que chega a 5, que vai chegar a 6 e que uma hora vai explodir. Então, os agentes... Sei que a brigada que cuida, mas tem também os agentes penitenciários.

Então, é preciso uma ação mais forte dos agentes penitenciários enquanto categoria, no sentido não só de reivindicar salário — e precisa, tem que reivindicar salário —, mas, na medida em que a tua função for importante, a tua remuneração passará a ser importante.

E aí concluo dando o meu exemplo — e fica o questionamento: sou funcionário, fora da Câmara dos Deputados, além de advogado, sou funcionário de carreira do Banco do Brasil e mergulho em selo. Entrei no Banco do Brasil desde os 13 anos, sou funcionário. Depois, concursei. Sou concursado do Banco do Brasil em licença.

Sonho um dia em que a Educação brasileira, por exemplo — aliás, tem um projeto do ex-Ministro Senador Cristovam Buarque — tenha aqui um piso nacional; que os funcionários da educação sejam funcionários públicos com salário federal. Não importa se é no Chuí ou no Oiapoque: o salário é o mesmo para a respectiva formação, dentro do quadro de carreira. Alguém pode dizer assim: “*Ah, mas não vai dar certo, porque há os interesses do sindicato.*” Ou sei lá. No Banco do Brasil dá



certo. O funcionário do Banco do Brasil lá da Amazônia recebe o mesmo salário do funcionário do Banco do Brasil lá de Espumoso.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Os agentes de saúde comunitários só melhoraram de vida depois que se fez isso.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Exatamente. Então, é essa a pergunta que eu quero deixar para concluir, Sr. Presidente.

Que vocês pudessem encampar essa bandeira, porque vocês ficam reféns do Governo de plantão. *"Ah, aqui em Brasília há uma realidade"*; no Rio Grande do Sul é outra, no Maranhão, outra. Conforme o tamanho do Estado, a condição econômica do Estado é a miséria. A única coisa no mundo que aumenta repartindo é a miséria. Tu tens um miserável, reparte, tens dois miseráveis, mais miserável do que aquele miserável que tinha.

Não queremos repartir a miséria, mas ter uma atitude, um ato prático, efetivo, de um agente penitenciário, porque ele cuida de preso em todo o Brasil, ter um salário federal do agente — não é ser funcionário federal, mas ter um piso nacional do agente penitenciário e, a partir daí, haver uma regra, uma seqüência. Eu quero isso para a saúde, eu tenho isso do Banco do Brasil. E funciona. E por que não pode funcionar para o agente penitenciário? Acho que essa é a luta de vocês. Agora, para isso, vocês têm que lutar para mudar o sistema. E vocês podem, mais do que ninguém, mudar o sistema, a relação do preso com o agente, do agente com o preso, a realidade que está posta, até efetivamente denunciar por meio do sindicato, há meios e formas. Acho que vocês podem muito mais do tanto quanto estão fazendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Obrigado, Deputado Pompeo de Mattos.

Antes de passar a palavra para vocês, eu gostaria primeiramente de parabenizar a Deputada Jusmari Oliveira por ter sido a autora desta audiência e dizer que nós, Deputados, aqui da CPI do Sistema Carcerário, como vocês já têm percebido, trabalhamos muito em relação à questão de querer a melhoria do sistema penitenciário no Brasil e que a LEP de fato ocorra.



Estamos no adiantado da hora justamente porque queremos muito uma mudança para melhor. Estamos preocupados com a PEC nº 308, realmente, e eu gostaria que, na medida possível, vocês, agentes penitenciários e representantes pelos sindicatos, que vocês se posicionassem mais em relação ao problema propriamente de vocês. É claro que hoje aqui vocês falaram muito da questão da infra-estrutura, da situação do preso, que reflete em vocês, claro.

Eu sou médico, estou Deputado Federal por conta justamente de ser médico em instituições públicas, caóticas, onde eu tinha que atender 150 crianças por dia, correndo o risco de fazer um péssimo atendimento. Então, se eu não tenho uma infra-estrutura, tenho que reivindicar.

Então, é necessário que nós procuremos, por intermédio de vocês, uma maior participação dos conselhos penitenciários que existem em cidades, no Estado e no País, e que vocês também procurem entrar na política. Temos uma campanha agora de sucessão municipal para Vereador, Prefeito, e depois para Deputado Estadual, Federal, Governador, Senador, Presidente da República. Por que não vocês aí procurarem esse espaço do Poder para realmente fazer a diferença?

Então, muitas vezes, a gente não consegue trabalhar quando se tem uma infra-estrutura caótica. E fica difícil para quem, conforme o representante do Maranhão colocou, tem essa dificuldade.

E aqui em Brasília... Para muitos brasileiros, Brasília é considerada uma ilha da fantasia, onde tudo corre redondinho. Estudei 2 anos na França e lá realmente há 30 anos as coisas ocorriam de uma tal maneira que eu vejo ainda longe de ocorrerem aqui no Brasil.

Então, eu gostaria que vocês, realmente, com o pé no chão, nos ajudassem na CPI do Sistema Carcerário, para que nós pudéssemos, de uma maneira harmoniosa, ajudar a situação dos agentes penitenciários, bem como a situação caótica que é o sistema penitenciário no Brasil por conta da não-efetivação da Lei de Execução Penal, por conta da falta de possibilidade de ressocialização, estudo, trabalho e cumprimento de pena.

Então, vamos passar a palavra aos representantes aqui dos diversos sindicatos. Vocês que aí estão no plenário poderiam de maneira espontânea



levantar a mão, para também responder às perguntas dos presentes e fazer as suas colocações.

Primeiro, vamos passar ao Sr. João Rinaldo, de São Paulo.

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - Primeiramente, respondo à Deputada Jusmari Oliveira sobre a questão da visita às unidades prisionais onde os agentes não quiseram falar. Em primeiro lugar, quem acompanhou, e nós tivemos representantes do Sindicato acompanhando a visita mais os coordenadores das unidades prisionais, ou seja, o representante ali da Secretaria, mais o diretor-geral, diretor de disciplina, diretor disso, daquilo e de outro mais, todos eles acompanharam vocês. Havia várias câmeras de filmagem, de foto. Primeiro, é claro que isso aí inibiu os funcionários, uma vez que de quem talvez eles iriam falar estavam presentes ali. Se houve, no Mato Grosso, presos que falaram e acabaram sendo punidos, isso não seria diferente com os agentes. Nós até propusemos ao Presidente da CPI, caso vocês tivessem tempo, nós levaríamos até o sindicato e levaríamos funcionários, traríamos de várias regiões, e aí, sim, seriam ouvidos sem a presença dos seus superiores. E, além do mais, ocorre que os Deputados, assim, com a opinião pública, com os agentes, não gozam de tanto prestígio. A visão que não só os agentes, mas a população tem é até de certa desconfiança. E isso necessitaria, sim, do sindicato ali junto, para dar a coragem, o respaldo, para que o agente pudesse fazer a denúncia. Na questão quando nós falamos aqui de salários, não vejo o salário como um fator para acabar com a corrupção. Porque, se fosse assim, nós não teríamos Deputados, Prefeitos, advogados, juízes corruptos. O salário que nós estamos pregando aqui é uma questão de respeito, de dignidade para o agente penitenciário. O agente penitenciário que se corrompe, muitos deles se corromperiam se tivessem também em outra categoria. Eu acho que a questão da corrupção, ela é muito intrínseca da pessoa. Se ele não fosse agente penitenciário e trabalhasse em outro lugar, aquela pessoa também, porque muitos que hoje, com o salário, não conseguem dar uma vida digna para a sua família, vão fazer o bico, bico esse que nós somos contra. Por isso que nós brigamos aí por um salário digno. Mas o agente que tem esse problema, ele vai fazer o bico, ele não vai se corromper. Então, a questão da corrupção, que existe — já foi pego aí em vários Estados — é uma questão da pessoa. E, é claro, fica ali, muitos às vezes entram já



até pensando alguma coisa desse tipo. Agora, quem tem que coibir isso, quem tem que investigar, quem tem que punir são os governos. E muitas vezes isso começa de cima para baixo. Então, quando chega no agente, o superior dele às vezes não tem a moral necessária para cobrar, para ver, e o superior do superior. Então, existe isso daí. Agora, cabe ao Governo, sim, investigar, detectar a corrupção dentro dos seus funcionários, dentro do seu quadro de funcionários, e punir aqueles que tiveram esse desvio de conduta. O Deputado Pompeo não está, mas ele falou até da questão da falta de reação dos agentes penitenciários com algumas questões. O grande problema é que estamos, de um lado, o Governo do Estado — e isso estou falando de todos os Estados, nós estamos mexendo com alguém poderoso, não importa se é o Governador de São Paulo, do Maranhão, do Mato Grosso, mas ele tem a máquina do Estado — e do outro lado, temos o crime organizado. Então, muitas vezes, fica mesmo difícil para o agente penitenciário reagir à altura quando ele não tem respaldo nenhum. Ele é perseguido, ele é apertado de todos os lados. Então, acaba que... Não é que nós não temos o poder de reação. Até gostaríamos. Nós não temos é o respaldo necessário, visto que, na época dos ataques em 2006, foi até falado aqui, realmente o Governador Cláudio Lembo prometeu mundos e fundos. Ia dar arma para todo mundo, ia dar colete, ia isso, ia aquilo, e a única coisa que nós conseguimos foram os lamentos do Governante. Tivemos os companheiros assassinados, muitos na porta de casa, em frente à família, e na hora da mídia, é claro, na mídia, os governantes, as autoridades faziam de tudo, prometiam tudo, mas a...

O SR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Permita-me um aparte só para colaborar e corroborar bastante, que isso é muito importante.

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Só para uma questão de ordem, vou lhe conceder o aparte. Vou só pedir aos demais que sejam mais sucintos nas suas considerações e respostas.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Obrigado. Obrigado, Rinaldo. Eu queira acrescentar que foi muito colocado aqui, e o nosso Deputado exigiu, que a gente participe efetivamente dessa questão denunciada. E é imperativo que a gente funcione assim. Eu só queria deixar claro que há o ânimo e o ímpeto da vontade



dentro de nós; há que a CPI gerar a condição para. Eu, por exemplo, estou rendendo agora um Presidente, que está com 6 meses sem salário, está tendo a sua aposentadoria cassada, porque quem comanda o Rio de Janeiro são os coronéis, os diretores, correto?

O SR. RENATO NEVES PEREIRA FILHO - É o Paulo Ferreira, o Chacrinha.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Correto? Então, essa questão de poder praticar, querer praticar a verdade não nos é possibilitada. Da mesma forma que esta CPI — eu escutei isso aqui hoje —, que esta CPI vem sofrendo pressão para que não se coloquem determinadas questões nacionais, porque podem envolver situações outras. E isso que acontece com esta CPI, com esses membros, acontece conosco. Então, é impossível participar efetivamente com a verdade, quando ela nos é amordaçada. Somos verdadeiros “Escravos Anastácios” dentro desse complexo de poder subjugado. É imperativo, Sr. Presidente; é imperativo doutora. Olha, eu amei, eu amei essa oportunidade. Obrigado, meu Presidente. Ela tem que ser possibilitada. E, se for, se for, existe muito lodo para jogar para fora. Eu, pelo menos, em nível de Rio de Janeiro, tenho mil denúncias a fazer. Se me garantirem a vida, se me garantirem a vida da minha família, se me garantirem a condição mínima, eu tenho certeza de que existe muita coisa para ser colocada para fora. Cabe à CPI gerar essas condições. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Sim.

Quem usou a palavra foi o Sr. Francisco Rodrigues Rosa. Então, que as demais pessoas também se identificassem, porque está sendo tudo gravado, identificado. Fiquem tranqüilos. Nós vamos chamar todos que fizeram exposição.

Vamos retornar, para que faça a conclusão, o Sr. João Rinaldo Machado.

O SR. JOÃO RINALDO MACHADO - Então, para concluir, eu ia chegar exatamente nisso daí, porque, em 2006, na época dos ataques, nós ficamos ali em frente, demos a cara, fizemos denúncias, e o que ocorreu, eu e alguns diretores do sindicato, é que nós fomos perseguidos à época. Inclusive, eu tive que sair da minha casa durante um período, fui acolhido. Inclusive, foi o Senador Mercadante que me socorreu ali na época, e o Sr. Wilson Damásio, que estava presente aqui, arrumou um local para que eu ficasse pelo menos uma semana durante a saidinha do Dia dos Pais, porque tinha alguma coisa que poderia acontecer comigo no meu bairro,



uma vez que eu moro em um bairro que predominantemente o tráfico comanda. E nem por isso a gente... Agora, é como o Francisco disse, para saírem essas denúncias, você tem que dar garantia. Nós não podemos aqui, numa audiência pública, como até o Deputado Dutra falou, para fazer as denúncias. Denúncias, tem. O que não dá é para você, numa audiência pública, com o histórico que já teve aqui nesta Casa da própria facção gravar a fala de pessoas, e você... Porque, ao contrário do nosso Secretário, nós não temos aí carro blindado, segurança, nada disso. Eu chego em casa e vou para minha casa com o meu carro lá e sem nenhuma proteção. E eu queria deixar aqui: quando eu saí de São Paulo, alguns companheiros sabendo que eu ia para cá para a CPI, até em tom de ironia, falaram: *“Aproveita que são os Deputados que estão pagando e pede a pizza mais cara.”* E lá quem está defendendo, nós, do sindicato, estamos defendendo esta CPI, com a categoria, porque nós acreditamos que daqui possam, sim, sair propostas, sair alguma coisa que melhore o sistema prisional. Quando a gente fala “melhore o sistema prisional”, não são os agentes penitenciários — são os presos, são os agentes, são os outros trabalhadores que fazem parte e a comunidade em si. A respeito da terceirização, é claro que nós somos contra. O sistema penitenciário faz parte da segurança pública. A segurança pública é um dever do Estado. Então, é isso aí. A gente espera que realmente esta CPI gere frutos e que faça uma melhora ao sistema prisional brasileiro. Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Obrigado, Sr. João Rinaldo Machado.

Passamos a palavra ao Sr. Renato Neves Pereira Filho, Diretor do Sindicato de Policiais Civis do Distrito Federal.

Vamos chamando um por um. A seguir, então, vamos retornar para o Sr. Francisco Rodrigues Rosa e, na seqüência, vamos citando outros nomes.

O SR. RENATO NEVES PEREIRA FILHO - Eu sempre busco ser objetivo. Eu vou atacar direto o problema. O Deputado Domingos Dutra perguntou sobre as facções criminosas. Escondeu um erro, escondeu um erro. Nós temos que tratar com inteligência — mas escondeu um erro. Querer jogar debaixo do tapete e dizer que não existe caracteriza uma omissão do Estado, da sociedade, e a gente tem que combatê-la às claras, mas com o serviço de vigilância, acompanhamento,



inteligência policial, prisões, e fortalecer o agente público. Se você não fortalecer o agente público, ela vai continuar penetrando no serviço público, como já tem planos de se elegerem Deputados, Senadores, Vereadores, Prefeitos do PCC. Eu falo PCC porque é o que está em moda. Mas tem Amigos dos Amigos, tem Comando Vermelho, Rio de Janeiro, e é por aí. Já tem focos em Vitória, na Grande Vitória, próximo à região de Cariacica. Já tem focos na Grande BH. E eles se comunicam. E o Estado está perdendo. Nesse jogo, o Estado está perdendo. Eu falei de 3 grandes regiões, mas isso aí... Em Brasília, não vai chegar, e a gente não vai deixar chegar, porque nós fazemos um serviço excelente na questão da inteligência policial. O DF, com muito orgulho, não tem roubo a banco, não tem roubo a carga, não tem tráfico pesado de entorpecente e não tem seqüestro em cativo — tem seqüestro relâmpago, situações pontuais, mas é diferenciado aqui. Para falar do DF, tem que ter certos cuidados porque o DF é mantido e organizado pela União, tem outra característica especial. Aqui nós sediamos os três Poderes da República, o corpo diplomático e organismos internacionais, tem essa diferença também. Importância da PEC: ela é importante porque ela vai normatizar, padronizar e criar uma... vai botar na Constituição uma carreira que tem que ser do Estado. Aí eu puxo a questão da terceirização. Terceirizar custódia e vigilância é um tiro no pé. Não funciona, porque só querem os presos de melhor comportamento, com grau mínimo de instrução e com pena baixa. Isso é um filão e — opinião minha também, entendimento meu — é abrir as portas para a corrupção. O preso tem que ser cuidado, custodiado pelo Estado, por servidores de carreira que tenham salário digno, que tenham um concurso público estruturado por instituições responsáveis, que tragam a eles, ao final da suas carreiras, uma aposentadoria diferenciada. Não gosto de falar especial, porque não é especial; ela é diferenciada, pelo próprio tempo que ele prestou ao Estado. São consideradas pela OMS, num estudo que temos que buscar — a CPI até poderia buscar esse estudo —, 3 profissões altamente insalubres: mergulhador de alta profundidade, minerador e agente penitenciário — aí você engloba Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal. Elas são altamente insalubres e trazem reflexos no comportamento do indivíduo que conseqüentemente vai trazer reflexo na sua família. Se ela vai mudar, a Deputada Jusmari perguntou se vai mudar. Vai mudar se a gente criar um quadro padronizado, protegido e



estruturado pelo Estado. Agora, falar em piso nacional é complicado, porque se a gente for falar...Eu não falo em piso nacional porque nós temos que ver também que há policiais civis e militares que ganham muito pouco e desenvolvem atividades altamente perigosas, altamente desgastantes no aspecto físico e emocional e que também não são protegidos pelo Estado. Nós temos isso. Agora, nós temos que pensar uma forma de obrigar os governadores à tríade do serviço público, ao tripé do serviço público: saúde, segurança e educação. Nós temos que repensar isso aí tudo. Mas a CPI agora, o foco dela é sistema carcerário. Agora, falar em piso nacional, eu acho muito complicado, é complicado, e temos que repensar e criar uma forma de equacionar isso aí. O Presidente falou sobre... O senhor talvez não conheça, e nós buscamos, todos nós, agentes penitenciários do Brasil, assento no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, porque lá tem os doutos, os magistrados, os homens de notório saber jurídico, mas que na verdade não conhecem, ou estão conhecendo agora, as dificuldades e mazelas com que lida o servidor penitenciário. Por que não ter pessoas também com notório saber jurídico do sistema penitenciário com assento no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com os mesmos direitos e obrigações? Por que não? Nós requeremos isso e não fomos nem ouvidos. No próprio Ministério da Justiça há correntes divergentes sobre a PEC 308. O Dr. Damásio apóia integralmente a PEC; já o DEPEN, o Sr. Maurício Keuhne, é contra a PEC. E nós sentimos divergência no próprio seio do Governo. A PEC foi bem analisada, foi bem feita, preserva o direito dos atuais agentes penitenciários de permanecerem ou terem ingresso na nova carreira; ela cria, e tem que amarrar, a questão da polícia judiciária. Os agentes penitenciários não querem poder de polícia amplo. Eles querem poder de polícia no ambiente prisional. E aí, na verdade, é uma função meramente fiscalizadora. E ele poderia subsidiar as polícias civis dos Estados, as polícias militares dos Estados com informações. Seria um excelente colaborador no sistema de informações deste Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Para concluir.

O SR. RENATO NEVES PEREIRA FILHO - O que a gente tem que pensar, claro, o Deputado falou que não podemos pensar só do nosso lado. Mas a gente não pensa só no nosso lado — o agente penitenciário. Nós queremos que o preso



pare de ser torturado e tratado como bicho, mas o agente sofre todos os processos da prisionização. Há um estudo psicológico que fala sobre isso, estudo psicológico de escola do Paraná, que fala sobre o reflexo de prisionização sobre o agente penitenciário. Para concluir, vou fazer uma coisa que nem queria fazer, mas já que se falou tanto em dificuldade do sindicalista de falar, vou ler um trecho aqui, que são 4 linhas: *"(...) Um servidor penitenciário: 'Tive e ainda tenho sérios e irreparáveis prejuízos funcionais, financeiros e, sobretudo, morais, por conta de, em data pretérita, uma punição aplicada em face de minha postura política e sindical. Após a punição, fui promovido a agente de primeira classe; tempos depois, rebaixado e estou devolvendo todos os valores que recebi ao longo do período em que gozei da progressão funcional.'* Esse agente é Renato Neves Pereira Filho, sou eu, e não me calo, não adianta, porque o sistema do DF só mudou quando o sindicato se impôs perante a verdade, buscando condições de trabalho, defendendo também a figura do preso. Porque o preso mal assistido estoura na minha mão. Se ele for mal assistido, vai estourar na minha mão e, se ele estourar na minha mão, vai para a sociedade. E o preso tem que ter respeito, ele tem que ser respeitado. Concordo com o Antônio Cláudio, de Sergipe. Realmente, o preso tem que ser respeitado. A gente não pode ter peninha do preso; temos que respeitar o preso. Concordo contigo, Cláudio. Desculpe minha palavra quando falei que me dá pena, mas no momento em que se está visitando uma cadeia, tipo a cadeia de Contagem, tipo o Presídio Central de Porto Alegre, tipo o Presídio Central do Estado em Piraquara, próximo a Curitiba, você tem que ter pena realmente; o sentimento na hora é de pena. Peço desculpas por ter colocado essas palavras aqui. Já tinha a intenção de mostrar o meu relatório, foi um relatório que fiz, porque quiseram me aposentar na marra, por depressão. Fiquei 5 anos com depressão por conta da punição, que não aceito. Não aceito a punição, não tem jeito. Fui punido porque me manifestei buscando condições de trabalho. Fiquei 5 anos com depressão, trouxe reflexos para a família, meu casamento acabou, mas caminhei, consegui sair e estou aqui e vou continuar brigando. Tomo a liberdade de citar o nome do Sílvio, agradeço muito ao Sílvio por ter me convidado para compor a CPI, porque sou um profissional apaixonado pela causa penitenciária, não sou curioso. Rapidinho, Deputado. A senhora pergunta, nos seus quesitos, se existe o curso de pós-graduação. Tem, sim,



curso de pós-graduação, e, com muito orgulho, sou o primeiro membro, primeiro participante do primeiro curso de pós-graduação no Brasil que funcionou na Universidade Federal do Paraná. Então, bato no peito. Não sou curioso, entendo da matéria e agradeço muito ter sido convidado para participar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Obrigado, Renato Neves Pereira Filho.

Vamos passar a palavra à autora do requerimento de audiência, Deputada Jusmari.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Só para complementar, Sr. Presidente. Quero agradecer pela participação ao Renato. Aliás, isso tudo o que ele falou a gente tem comprovado na atuação dele na assessoria da nossa CPI.

Gostaria que alguém que vai... Todos já pediram para usar a palavra, estamos com o tempo correndo. Já tenho audiência na Comissão da Agricultura, depois outra no INCRA. Enfim, a gente está correndo contra o tempo. Mas acho que quem tem o interesse de ouvi-los somos nós, principalmente eu, que sou responsável por esse sub-relatório.

Quero colocar uma coisa que acho que o Francisco comentou. Em algum Estado dos que vocês pertencem, o Governo tem, ou em todos tem, um programa de assistência e apoio ao agente penitenciário que seja vítima das doenças inerentes ao estado de insalubridade das condições de trabalho? Ou seja, no campo psicológico, psiquiátrico até, porque acho que deve sair muito agente precisando de psiquiatra, terapia ocupacional, qualquer tipo de terapia, assistência médica, por exemplo, ao agente e até à própria família? Quer dizer, existe em algum Estado algum programa desses? Porque gostaríamos de conhecer se existisse, que vocês pudessem dizer.

Gostaria de dizer ao Francisco, do Rio de Janeiro, que essa colocação que ele fez com relação ao Paulo Ferreira, que o Renato me disse que é conhecido como Chacrinha, que é o ex-presidente do sindicato do Rio de Janeiro, nós vamos fazer um requerimento, se não tiver nada contra, para convocá-lo, para ele poder expor para nós, nesta CPI, as condições, a perseguição e tudo e até, se ele preferir, de forma reservada, para que a gente possa fazer o maior proveito possível dessa situação que ele vive; para que a gente possa propor situações dessas, que vocês



reclamam, de segurança; para que vocês possam falar, para que possam se manifestar e não ocorra o que aconteceu com ele e que ocorreu com o Renato, colocado aqui por ele próprio.

Era isso o que eu queria colocar ainda, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Agora nós precisamos realmente ter um pouco mais de celeridade por conta de uma outra Comissão que já deveria estar aqui, realizando seu trabalho. Peço até desculpas a vocês, que vocês sejam realmente bem sucintos, considerando depois a possibilidade de passarem mais informações para a CPI e para a Deputada autora do requerimento.

Vamos passar a palavra ao Sr. Francisco Rodrigues Rosa, Presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Obrigado. O tempo é exíguo, e gostaria de aproveitar agora, fazendo algumas proposituras para esta Comissão Parlamentar, no sentido de que a gente seja objetivo e prático. Tenho e sonho com algumas idéias para o meu Brasil no sentido de ter uma ordem penitenciária com um mínimo de eficiência e eficácia. Creio, diante do meu parco conhecimento, desses 28 anos de formação jurídica também, que a única solução para o sistema penitenciário... E aí ser chamado, sim, de sistema, porque disse bem a Deputada, quando chama o sistema penitenciário de dicotômico, a palavra, porque de sistema não tem nada. O sistema é de quem dirige determinada unidade prisional. Ele impõe o sistema, através de um ato administrativo chamado ordem de serviço. A coisa é tão aberrante de que existem vários diretos com ordem de serviço subvertendo direito e princípio constitucional direto. Então, a coisa não funciona a nível... É outro mundo, é uma outra sociedade. É uma sociedade secreta, sim, porque o agente penitenciário não pode falar não, porque é questão devida, é segurança da família, é segurança da vida dele. Eu, se abrir a boca em tudo o que sei, o avião que eu for explode no ar; não chega, com certeza, ao Rio de Janeiro. É importante que esta CPI tome conhecimento desse detalhe e tenha condição de garantir o mínimo a quem quer falar. Esse cidadão, se for convocado a vir aqui, o Paulo Ferreira, ele tem um desequilíbrio absolutamente corajoso, porque ele sofreu um mal, como todo agente penitenciário com mais de 5 anos não é mais cidadão normal e comum, não pode ser assim compreendido; a própria OIT, Organização Internacional do



Trabalho, diz que a primeira em penosidade é a nossa; a primeira em periculosidade é a nossa; a segunda em insalubridade é a nossa. Quem diz isso são os doutos pesquisadores da Organização Internacional do Trabalho da ONU. A gente precisa entender que esse cidadão, que trabalha nessas condições durante 5 anos, que passe, que continue normal, é querer demais, dentro desse sistema caótico que nós temos no Brasil. Propor é minha obrigação, enquanto cidadão. Entendo que esta CPI, se carrear todos esses estudos em seu relatório para uma federalização, vai contribuir sobremaneira para que nós, cidadãos, tenhamos futuramente um sistema que possa minimamente ser eficiente e eficaz. Através dessa federalização, nós poderemos simplesmente criar a central de compras, por exemplo, para acabar com a corrupção. Quando se fala em corrupção no sistema penitenciário, ela é patrocinada, é compelida. Um preso que sai de Água Santa, no Rio de Janeiro, que vai para um Bangu III, no Rio de Janeiro, ele sai de lá de castigo. Para retornar a Água Santa, ele vai para lá de novo, porque o diretor manda, porque é ping-pong — eu mando ele porque tem muito dinheiro, ele vai para Água Santa, chega na Água Santa, para sair da Água Santa, tem que me dar 5 mil, vem para a minha cadeia, eu boto para a Água Santa. Oh, te dou um castigo, volta para Água Santa, me dá mais 5 mil, volta para outra cadeia, me dá mais 5 mil, se não vai pegar um castigozinho. Isso é corrupção? É corrupção, e não passa pelo agente penitenciário, passa pelo diretor, que é major PM, que é coronel PM, que está em conluio com o diretor-geral, que tem conluio com o secretário, para ficar faturando em cima dos presos que têm dinheiro. Quando acaba o dinheiro, o preso sai dali. Não tem mais dinheiro? Não. Então, deixa onde ele quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Somente para comunicar aos presentes que a Comissão de Agricultura, que seria instalada aqui, foi transferida para o Plenário 2, discussão sobre insumos.

Continue. Agora nos ficamos um pouco mais tranquilos, viu, Sr. Francisco? Eu o cortei. No entanto, temos Ordem do Dia, outras Comissões. Então, pedimos para que sejam breves. Só o cortei porque muitos que estavam presentes no plenário estavam aguardando, e estão indo para o Plenário 2. Obrigado.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES ROSA - Obrigado. Continuando, a gente gostaria de propor também que esta Comissão olhasse com carinho para a questão



da padronização das atividades penitenciárias, que só vai se dar através da execução da LEP. Executar a LEP no Brasil é uma fantasia. Se nós tivermos um sistema penitenciário nacionalizado, uma federalização, federalizando o sistema penitenciário, com certeza nós vamos praticar a lei em todo o território nacional de forma igualitária. Nós vamos ter um gerente único, um comandante único, uma central de compra única, uma central de distribuição única; nós vamos ter um sistema penitenciário muito mais organizado do que essa bagunça que é hoje, com o devido respeito. O ordenamento do tratamento, em conformidade com o que dispõe a ONU, para o tratamento de recluso, é uma fantasia. Nós, enquanto signatários, fomos lá para a ONU e dissemos que íamos fazer determinadas coisas. Não fazemos, não fazemos. Até para selecionar a pessoa para trabalhar no presídio há um imperativo onde o Brasil é signatário, e ele não cumpre aquilo que trata, não cumpre aquilo a que se compromete. Para selecionar um concidadão para trabalhar no sistema penitenciário é necessário escolher dentre tantos aqueles que têm o mínimo de condição mínima psicológica e formação legal, mas isso não é feito. No Rio de Janeiro, até há bem pouco tempo, os coronéis se reuniram em cooperativa e botaram 2.800 cooperados. Até agente de muleta, até pernetta foi agente penitenciário. Isso por quê ? Porque se pagava 1.600 reais a um pernetta para trabalhar na função de agente penitenciário. Nisso alguém estava ganhando muito. Esse é um sistema de corrupção. Então, essas questões todas acabam, no momento que nós tivermos um sistema penitenciário ordeiramente organizado de acordo com a LEP, nacionalizado, de acordo com a carreira única federal. Aí, sim, eu sonho com um sistema penitenciário de forma mais eficiente e eficaz que dá resposta para o investimento que a sociedade faz com a resposta da eficiência e eficácia que é o que sonho em ver, quiçá, um dia antes de morrer. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Obrigado, Sr. Francisco Rodrigues Rosa.

Passamos a palavra ao Sr. Clayton Agostinho Auwerter. Se puder pronunciar o seu sobrenome, corretamente, para nós, seria muito bom.

O SR. CLAYTON AGOSTINHO AUWERTER - Auwerter, Deputado, só parece difícil. Em primeiro lugar, chamo a atenção para o fato de que o ambiente



carcerário, o universo penitenciário, onde desenvolvemos nossas funções, é um ambiente atípico, portanto ele carece de diferenciação. O senhor não pode tratar, sem desmerecer, um funcionário do sistema penitenciário como um funcionário de repartição. O funcionário de repartição, quando comete um erro, ele perde tempo, papel e, muitas vezes, o dinheiro do Estado. No caso do agente penitenciário, trata-se de vidas, e geralmente é a dele. Então, as premissas para tratamento do agente penitenciário têm que ser atípicas também. Muitos julgam que a gente vem reivindicar certas coisas que não são pertinentes. São sim, em função do caráter da função que desempenhamos. Esse é um ponto que eu queria tocar. Gostaria de pedir à Sra. Deputada e aos Deputados da CPI que retornem ao Paraná. Evidentemente, a visita a Cascavel, ao CDR e à PIC, e também à prisão federal em Catanduvas foi bastante proveitosa. Mas, como a gente costuma dizer no Paraná, vocês visitam “alfaville”; queremos que vocês visitem “alfavela”, ou seja, a parte ruim do sistema. Nós temos a penitenciária central do Estado, em Piraquara, região metropolitana de Curitiba, onde a presença da PM é constante. São postos de serviço dentro da cadeia. Se a PM saí, a cadeia vira. Os PMs estão lá armados com 12, com bombas de efeito moral, porque, se eles saírem de lá, a cadeia vira, dá rebelião, vai morrer gente, entendeu?

O SR. LUIZ FERNANDO CORREIA DA ROCHA - Desculpa, Clayton, eu estive visitando lá. O PM faz a segurança do agente que está trabalhando.

O SR. CLAYTON AGOSTINHO AUWERTER - Exatamente.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREIA DA ROCHA - É inconcebível, usa dois funcionários. Tem um PM altamente armado... O agente trabalhando ali, e um PM altamente armado, fazendo a segurança do agente.

O SR. CLAYTON AGOSTINHO AUWERTER - Tivemos, inclusive acidente de tiro dentro da unidade penal. É uma situação totalmente atípica, que merece a atenção desta CPI. Visitem o presídio feminino também que vão ver todas as condições em que, de fato, se encontra o sistema penitenciário. Queremos também acabar com essa lenda da terceirização. O Paraná é citado, em Estados como o do companheiro César, bombeiro, diz que o Paraná é citado lá no Maranhão como um exemplo de terceirização. Não existe mais terceirização no Paraná. Acabou de alguns anos. O Governo do Estado contratou funcionários em regime de PSS, plano



simplificado, que foi o tempo necessário para fazer os concursos e contratar agentes penitenciários. Nós passamos, em questão de 2 anos, de 1.200 agentes penitenciários, em cerca de 9 unidades penais, para quase 4 mil agentes penitenciários e mais de 20 unidades penais. Ainda tem unidades a serem inauguradas e já estamos prevendo concurso para o começo do ano que vem novamente. Então, esse é o caminho certo. Não existe terceirização do sistema penitenciário. Quero falar também sobre crime organizado. Até pegando uma carona, não me recordo quem falou, mas é um fato: o crime não é organizado; o Estado é desorganizado. Lembro que, no ano de 1994, ingressei nos quadros do sistema penitenciário do Paraná. Os agentes penitenciários mais antigos me diziam, assim: olha, Clayton, a nossa sorte é que o preso não é unido; temos aqui 10 agentes penitenciários, no fundo de uma cadeia, de 40 mil metros quadrados, com 1.500 presos, soltos o dia inteiro — hoje, o regime mudou um pouquinho, mas a coisa ainda está difícil lá na PCE. Então, na hora que eles quiserem, eles agüentam a cadeia, como a gente chama lá. Eles tomam a cadeia, e eles fazem a nós de reféns. Então, a nossa sorte é que eles não estão organizados. Hoje, passados mais de 14 anos, vejo que, infelizmente, a coisa mudou de forma negativa. O preso se organizou em facções; o Estado continua desorganizado. Estamos dando espaço para esse pessoal tomar conta e estabelecer um estado paralelo no sistema penitenciário, como estabeleceram nos morros do Rio de Janeiro e em tantos outros lugares, nas principais capitais do nosso País. Então, temos que corrigir isso. Isso tem que partir daqui. Como eu disse, a nossa grande esperança, temos uma fé muito grande na CPI, que irá apontar outros problemas e as possíveis soluções. Queremos que esta CPI, com o poder que tem, em conjunto com as principais lideranças sindicais dos Estados, consiga promover essa mudança. Gostaria, também, para finalizar, de falar da PEC 308. A principal vantagem dela é que ela profissionaliza o sistema penitenciário. Acabam os pára-quedistas; acabam os cargos em comissão, que promovem essas políticas sazonais que são, muitas vezes, movidas por motivos escusos ou interesses pessoais ou próprios, como bem disse o nosso amigo Francisco. Aprovada essa polícia penitenciária, vamos ter condições de compor um quadro próprio, que irá estabelecer até um plano de cargo e salário, com a expectativa de uma profissão que você possa entrar numa condição



e galgar degraus, ser promovido, conquistar salário melhor, e o principal: ter um sistema penitenciário efetivo que, realmente, cumpra o papel a que ele se determina. Temos muita fé nesta CPI. Agrademos o privilégio de poder estar aqui contribuindo e estamos aqui a sua inteira disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Obrigado, Sr. Clayton Agostinho Auwerter.

Vamos passar a palavra então agora para o Sr. César Bombeiro, do Maranhão.

O SR. CÉSAR BOMBEIRO CASTRO LOPES - Deputado, é sobre a corrupção. A Deputada perguntou por que não se fala no sistema penitenciário, que o agente penitenciário não denuncia. No Estado do Maranhão, os colegas têm medo de falar na mídia, escrita ou falada, por causa das punições. Eu denunciei, uma época, a cozinha da penitenciária, e eu peguei 60 dias porque denunciei — eu, como presidente do sindicato. Agora, recentemente, fui punido com 60 dias porque denunciei um secretário adjunto do sistema penitenciário. Ele entrou no Juizado de Pequenas Causas por danos morais — eu falando a pura verdade. E me ameaçou, na frente do juiz, de morte. Se fosse naquela época, ele me matava. Eu estou pensando que vou ser absolvido pelo juiz; o juiz me dá uma condenação para mim pagar 6 mil reais para ele. Então, Deputado, dá para se falar no Estado do Maranhão? Ou o senhor vai querer pagar também 6 mil reais? Então, é difícil. Agora, como o companheiro falou, também não vou me calar não! Vou ter que denunciar de um jeito ou de outro. A Deputada perguntou sobre curso de pós-graduação no sistema penitenciário. Existe. No Paraná, o Renato foi também, é curso de especialização no sistema penitenciário.

O SR. RENATO NEVES PEREIRA FILHO - Era a nível nacional. Era um curso a nível nacional.

O SR. CÉSAR BOMBEIRO CASTRO LOPES - Nós temos um no Maranhão, que é o Carlos James, diretor da casa de detenção, onde hoje é um barril de pólvora...

O SR. RENATO NEVES PEREIRA FILHO - Meu colega de curso.

O SR. CÉSAR BOMBEIRO CASTRO LOPES - Pergunta onde ele está hoje? Encostado. E quem é amigo do sindicalista César Bombeiro, presta direções; e



quem entra com a gente na greve vai transferido para Timon, para Imperatriz. Então, é difícil estar falando. Hoje, dois mandatos que sou presidente, porque não tem concorrente, porque ninguém quer se arriscar. Imagine, para o sindicato! Imagine denunciando algo mais grave. Então, Deputada, é essa que é a história do sistema penitenciário do Estado do Maranhão. Agora, anote aí: tem uma carga tensão no Estado do Maranhão que eu já denunciei várias vezes. Hoje, está aproximadamente com 900 presos, para 6, 7 agentes penitenciários. Já cortaram vários pescoços lá dentro, e nunca chamaram a atenção, nunca fizeram nada. E prepare: vai explodir. Na hora que explodir, se é aquele carandiru, morte em cima de morte, vocês vão se lembrar de mim. Foi denunciado lá na CPI que não tomaram providência na casa de detenção. Obrigado, César Bombeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Obrigado, Sr César Bombeiro.

Passamos a palavra ao Sr. Antonio Cláudio, de Sergipe.

O SR. ANTONIO CLÁUDIO VIANA - Em verdade, gostaria de pedir para que fosse posto, até a título de proposta, a implantação, em caráter de urgência urgentíssima, de uma inteligência penitenciária, de um setor investigativo prisional, composto por agentes, para justamente dar um ponto final nessa questão artesanal de se gerir uma sociedade, e uma sociedade que tem um caráter criminal, sem utilizar organismos e aparelhos de cunho técnico, investigativo e punitivo. Ora, quão é importante a implantação desse setor de inteligência que, ao passo que daria toda a condição de abortar atitudes criminosas por parte da população carcerária, também estaria de canal aberto e direto com as corregedorias para expurgar do sistema agentes que não são agentes, são bandidos que, portanto, não têm que estar se travestindo de preposto público, porque dessa maneira ele se torna mais bandido do que o próprio bandido. Então, servidor que, uma vez investigado, e que essa... Quando eu falo isso é descartando o caráter político, porque lamentavelmente as corregedorias do nosso País, concernentes ao sistema penitenciário, só punem, ou não só punem, mas a maioria das punições tem como fito a questão política. Então, se você faz algum movimento sindical, se você está integrado a algum movimento sindical, se você faz greve, enfim, você realmente está à beira de responder a algum processo na corregedoria. Enfim, é mudar o enfoque, mudar o enfoque das corregedorias, e que essa corregedoria esteja interligada com



essas inteligências para tanto investigar, averiguar e dar cabo da situação da população carcerária desses procedimentos criminais que ultrapassam os limites dos altos muros. Eu acho que o grande problema é de gerenciamento; agora, um gerenciamento técnico. A própria CPI percebeu a dificuldade de se obter informações no setor penitenciário. Parece até o mar Solimões. Então, essa dificuldade emana justamente desse não, diria, trato técnico e profissionalizante que cabe, sim, ao sistema penitenciário. Aliás, eu até agora não consegui entender por que já não houve uma necessidade por parte dos homens e mulheres que gerem a questão legislativa deste País... Insisto em dizer: não que seja o caso de vocês... Eu estou até muito feliz de estar diante de Parlamentares sérios e comprometidos com a coisa pública, mas deveria, sim, fazer curso universitário não só para pós-graduação em gestão prisional e segurança pública, mas deveria este País produzir cursos universitários para Vereadores, Deputados, Senadores, Presidentes da República, Governadores, enfim, para que realmente encarassem a coisa pública com seriedade e com a imprescindibilidade que a tal exige. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Obrigado, Sr. Antônio Cláudio.

Passemos a palavra para o Sr. Fernando Ferreira da Anunciação, de Mato Grosso do Sul. Sim, então, passemos a palavra para o Sr. Luiz Antônio Nascimento Fonseca, que é o Vice-Presidente da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Boa tarde mais uma vez a todos, boa tarde à Mesa. De logo, eu quero coadunar com as palavras do companheiro Cláudio. O meu primeiro ponto aqui é justamente essa criação da inteligência penitenciária. Isso acabaria, Sra. Deputada, como se está dizendo, com essa questão de delatar. Porque existe isso, sim, na Polícia Civil; existe, sim, essa inteligência na Polícia Federal; existe isso na Polícia Militar, que alguns denominam de P2. Em todo o setor público tem uma inteligência. Algumas pessoas estão ali o tempo todo vigilantes por aquilo que já falei inicialmente, pelo desvio de conduta que é inerente ao homem e não ao agente. Por que o agente? Por que o agente? O agente é um homem, é uma mulher que pode ter desvio de comportamento como qualquer casta social, como tem desvio de comportamento de Deputados, Desembargadores. Então, isso precisa se deixar muito bem claro. E aí Cláudio, eu



quero, mais uma vez, coadunar com isso. É uma corregedoria, uma inteligência penitenciária que possa pensar. Mas aí essa corregedoria teria que estar, teríamos que discutir a questão da Lei das Execuções Penais. As pessoas falam a LEP, a LEP. A LEP traça diretrizes muito ligadas ao preso, à execução do preso, mas da função dos trabalhadores... Diz lá no art. 75 qual é a forma de ingresso do cargo de direção. Aí diz: psicólogo da área... Mas esse psicólogo vem, e nunca sequer passou pelo sistema prisional, se formou agora na academia psicólogo e vem trabalhar no sistema prisional. Então, o art. 77 da LEP precisa ser discutido; precisa dizer que é, que versa sobre o ingresso na função de direção, superintendência, composta por pessoa devidamente qualificada na carreira. Aí sim; aí há um comprometimento dessa pessoa. Porque trazer alguém, com todo respeito à academia, mas só porque acabou de concluir um curso de nível superior, vem agora, pode ingressar, na Lei de Execuções Penais. Aí vem, muitos desses vêm por cunho político, por indicações, e aí tem todo... Pessoas que estão anos e mais anos no sistema prisional capacitadas. Aí não quero que seja, pode ser várias formas, lista tríplice, indicação, o Governador escolhe, a secretária, o superintendente. Que não seja algo corporativista, como existe a lista dos tribunais, quando indica o desembargador. Aqueles desembargadores daquele Colendo diz: são 5 que foram indicados, mas, desses 5, o Governador escolhe um. Então, aí não teria o corporativismo, seria uma indicação da autoridade maior do Estado. Mas já teria mais ou menos um norte daquilo que nós servidores queremos.

O SR. RENATO NEVES PEREIRA FILHO - Uma lista tríplice, Luiz Antônio.

O SR. LUIZ ANTONIO NASCIMENTO FONSECA - É. Então, queremos profissionalizar o sistema. Esse é o nosso papel aqui. Acredito que é o liame de todos os demais integrantes. É lógico que tem uma dicotomia ou outra aqui por conta dos Estados, por conta daquilo que a gente vive. Então, a gente traz uma carga emocional muito grande nas nossas falas. Isso foi comprovado aqui. Desde o salário, que a gente não quer discutir salário. Isso é uma discussão nacional que já tivemos. O salário, sim, é importante, mas não é só salário. Ele é importantíssimo o salário, mas não é só o salário que vai resolver a questão do sistema prisional. Mas importante é, porque, sim, eu daria uma condição melhor à minha filha, teria uma condição melhor de sobrevivência, de pensamento, para poder lidar com as pessoas



que estão intramuros, que vieram da sociedade, uma sociedade altamente capitalista, que exclui, que coloca nos porões dos presídios de penitenciária aqueles que roubaram uma lata de leite. Aí tem a discussão das penas alternativas que precisam ser discutidas também, porque é uma falácia de que gasta menos. Nosso entendimento é que gasta mais. Se for pegar Pedro, um exemplo, Pedro que roubou uma lata de leite, e não colocar ele no presídio, ele vai cumprir penas alternativas na comunidade, seja uma prestação de serviço. Mas quando for olhar Pedro, de onde veio o Pedro? Essa pergunta tem que ser feita. Quem é a família de Pedro? Quem é o irmão de Pedro? A mãe de Pedro? Onde Pedro mora? Então, isso vai custar muito caro. Tem que dar uma casa à mãe de Pedro, tem que dar condições dignas a todo um familiar, e isso vai custar muito caro à sociedade. Talvez a função social realmente tenha frutos maiores do que colocar só Pedro numa penitenciária. Agora, dizer que custa menos do que um presídio fechado, não; custa mais, custa mais. Agora, do ponto de vista, lógico que a sociedade terá mais frutos. Então, na verdade, não queremos aqui ser coitadinhos. Nós não somos coitadinhos, nós não somos vítimas. Lógico que tem todo um legado nessa história dentro do fazer penitenciário, desde à época que iniciou, abominou, o mundo abominou a questão do cadafalso, das penas cruéis, para a questão das prisões. Mas dizer que esse trabalho, dizer que esse estresse permanente, e aí há dados científicos, um estudo lá na Bahia, de quase 2 anos, que diagnosticou que 30% daqueles agentes estudados sofrem de DPM — distúrbios psíquicos menores — diante de todo aquele quadro que foi feito, de tudo aquilo que iniciei na minha fala, de tratar o batedor de carteira, do 213, com a mesma isonomia e morar em condições insatisfatórias. Tudo isso precisa ter um cunho totalmente estatal. Não pode colocar aí... A gente ver esse mosaico cultural, o REDA — Registro Especial de Direito Administrativo — que a lei preconiza lá no art. 37, inciso X. A lei preconiza, mas em caráter emergencial, caráter epidêmico. E como é que o REDA pode estar nos Estados? No meu Estado tem 6 anos; em outros Estados com a PM? Isso é um descumprimento legal, e esta Casa precisa ver isso. Aí não pode dizer que o Estado é autônomo nas suas políticas públicas, porque está ferindo princípios constitucionais, cláusulas pétreas inclusive. Então, isso precisa ser discutido, senhoras e senhores. Nós não queremos aqui estar apontando: ah, é fulano de tal que está colocando... Não, nós somos



representantes de uma categoria em nível estadual inclusive. Não, porque tem a corregedoria, que investigue, porque nós não coadunamos com desvio de comportamento e nem desvio de conduta. Agora, não podemos estar dizendo: olha, é fulano de tal, é esse, até porque ficam denúncias evasivas. E se esse homem for culpado, ele deve ser punido, punido sim, como qualquer servidor público que tenha desvio de comportamento. Então, na verdade, é isso que eu queria estar finalizando a minha fala, muito feliz mais uma vez de estar nesta Casa, entendendo que este é o espaço de discussão, de correlação de forças, porque as coisas não modificam assim fácil, porque tem coronéis, porque tem várias pessoas que estão influenciando a questão da terceirização, da privatização. Quando construíram na minha unidade, na nossa cidade em Valença, dizendo que custa lá um preso, custa mais, mas esse preso vai retornar à sociedade de forma diferente, é mentira. Isso o Estado coloca como forma experimental. O Brasil é muito bom nisso, em trazer as questões experimentais, como querem trazer o parâmetro entre Estados Unidos, as prisões dos Estados Unidos, do Texas com o Brasil. É só ver: nós estamos discutindo ainda a questão de solidariedade no nosso País. O nosso País está discutindo questões de solidariedade. E aí como é que querem colocar no mesmo patamar, eu, Luiz Antonio, que moro numa periferia e que, amanhã, estou dentro de um sistema prisional, com os Estados Unidos, que sequer aquele preso sabe onde aquele agente mora? Ele não sabe, porque é totalmente um mundo diferente. E isso o Estado infelizmente não analisa esses vieses e traz para aqui esses parâmetros entre alguns Estados estrangeiros para fazer essa correlação aqui com o País. Então, eu quero finalizar, mais uma vez, agradecendo, colocar isso... A questão da LEP. A LEP precisa ser discutida, é uma lei muito boa, uma lei de 84, a Lei 7.210. Agora, em relação à funcionabilidade do sistema, em relação ao que dizer do servidor penitenciário, ela é omissa. E aí já foi dito por todos os meus colegas que cada diretor faz aquilo que ele quer; cada diretor convoca quem ele quer para ser o seu vice, para ser o chefe de segurança, e aí fica esse mosaico cultural que é o nosso sistema prisional. Tenham certeza, tenham certeza: se quiserem contar com nós, com os servidores penitenciários, em propostas exeqüíveis, que a gente possa tirar esse Estado brasileiro desse patamar — e aí os dados apontam isso, os dados apontam em relação ao sistema prisional brasileiro de reincidência de quase 70%;



os dados são assim alarmantes em relação a isso — podem contar conosco, mas de forma séria, sem corporativismo. Porque quando a gente traz para aqui, para esta Casa, dizendo que nós queremos constitucionalizar a categoria, porque está lá dizendo que o ingresso no serviço público dar-se-á através de concurso público, prova de títulos e curso de formação, eu não vejo corporativismo; eu vejo, sim, o cumprimento legal daquilo que os nossos, alguns Deputados, alguns Senadores, Constituintes fizeram, que foi a nossa Carta Magna. Mais uma vez, Deputada Jusmari, o nosso muito obrigado, em nome de todos os servidores penitenciários do País, mais de 80 mil, mais de 80 mil servidores penitenciários. O nosso muito obrigado pela sua disposição; por esse requerimento que se traduziu nesta audiência pública, e aos demais Deputados que, com certeza, estarão nos apoiando, não só os servidores penitenciários, não, mas a sociedade baiana, que é a grande sofredora, porque ela é pagadora dos impostos. O nosso muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Obrigado, então, Luiz Antonio Nascimento Fonseca.

Passemos agora para o Sr. Luiz Fernando Correia da Rocha, que é o Presidente da Federação Brasileira dos Servidores do Sistema Penitenciário.

O SR. LUIZ FERNANDO CORREIA DA ROCHA - Primeiro, eu queria dizer que a gente conversou aqui, alguns disseram que o agente penitenciário, depois de algum tempo, e eu mesmo falei também, começa a ficar doente. A gente até brinca lá no Sul com o agente penitenciário, quando eles já te escolhem para ser agente penitenciário, tu já não é muito certo porque, para ganhar o salário que a gente ganha para trabalhar dentro desses presídios que estão aí, não pode escolher uma pessoa muito certa, né? Já tem que ter algum problema. Referente à corrupção, todos aqui tocaram no assunto, claro que há corrupção, como há em todas as categorias. Isso é uma questão de caráter da pessoa. Não é uma questão de função ou de posto. Isso já vem do caráter da pessoa, independentemente de ele ser agente penitenciário ou qualquer outra profissão. Ele é ou já nasce, ou já vem assim, ou tem esse caráter, e não adianta. E a corrupção não só se dá pelos funcionários. É isso que venho colocando. Os próprios lá, o juiz, como foi dito aqui, como o próprio Ministério Público e as outras chefias, quando eles fazem vista grossa para esse problema do qual todo o mundo, todo o Brasil sabe, menos eles. Aí, você



pergunta para o Ministério Público qual é a função do Ministério Público, como perguntei na outra audiência. Ele tem um função. Ele tem de fazer o cumprimento da lei. E por que a LEP não é cumprida? Por que o Ministério Público não pede a interdição desses presídios? Por que o Juiz da VEC não interdita os presídios, não deixa entrar mais ninguém? Essa é a pergunta que se faz. Por que eles não cumprem o papel de que a lei lhes dá o direito, que eles têm o dever de cumprir? E, aí, sobre para quem? Para o agente penitenciário. O juiz da VEC se esconde dentro dos gabinetes. O Judiciário... Eles também são corruptos. São corruptos por quê? Porque estão segurando seus cargos. Daqui a pouco, estão ganhando algo mais para estar ali naquele cargo. Devem ter suas FGs, com as CCs também. Então, também, há corrupção nesse sentido. Em relação à tortura, que foi tocado também aqui, a tortura claro que existe. Vocês viram *in loco* a tortura dentro dos presídios quando o preso é colocado nessa condições, ou os próprios agentes são torturados, também. Então, há tortura, até porque — vamos fazer um exercício — se, como foi colocado aqui, em todo o Brasil, 400 presos, 2 ou 3 agentes cuidando... É inimaginável 2 agentes, no meio de 400 presos, pegarem alguém para bater. No mínimo, eles vão ser agredidos; no mínimo, vão colocar fogo na cadeia. É inimaginável isso. Não dá para se dizer isso. Hoje, já se passou aquele tempo de 30, 40 anos atrás, no tempo da ditadura, em que se pegava, batia. Hoje, é o tempo da conversa, do jogo de cintura, da caneta. Essa é a nossa arma hoje. A maior arma do agente penitenciário é a caneta, é a conversa. O agente penitenciário hoje é muito mais psicólogo, tem o dom de conversar, do que usar uma arma. Ele usa a arma, o agente penitenciário, para defender a sua vida, quando não há mais chance, ou na própria rua, então. Agora, dentro da cadeia, ele tem de ser muito mais psicólogo. Ele não pode usar da força física, a não ser que seja para salvar a sua. Outra coisa: ninguém aqui tocou no assunto, uma idéia que a gente vem debatendo há muito no Rio Grande do Sul, inclusive um Deputado na legislação passada chegou a encaminhar um projeto a respeito, mas ficou engavetado, porque encerrou o período, o seu mandato, e eu gostaria de que a CPI também analisasse isso para ver se... Claro que há viabilidade. Dou o exemplo, outra vez, da Lei da Cultura. Antigamente, nós tínhamos filmes, pornochanchadas, isso e aquilo. Cinema nacional, zero. Foi feita a Lei da Cultura, e hoje nós temos filmes concorrendo a



grandes prêmios, até no exterior. Agora, vimos há pouco tempo a Lei do Esporte, para o incentivo ao esporte, também para proporcionar mais condições para os clubes, para os atletas. E por que não uma lei de incentivo à liberdade, uma lei de incentivo à execução penal, uma lei que desse condições... Porque, para tudo que se fala aqui, tem de ter dinheiro. Os Governos dos Estados dizem que não têm, Governo Federal manda pouco. Mas tem de ter dinheiro para fazer isso daí. Tem de ter dinheiro para fazer presídio, senão tudo vai se tornar uma utopia. Então, de alguma forma, temos que buscar junto à iniciativa privada, incentivar os empresários que tragam recursos para dentro do sistema prisional, porque o empresário só vai doar alguma coisa, só vai dar alguma coisa se houver algum retorno para ele também, seja em termo social ou seja em termos econômicos. Eu queria agradecer aos Deputados por, mais uma vez, nos terem chamado aqui e nos dado esta oportunidade para a gente desabafar junto com os senhores, trazer um pouco das nossas amarguras do sistema carcerário e dizer novamente para os senhores: esta CPI é uma grande esperança para nós. Esta CPI talvez seja o degrau que estava faltando para chegarmos num grande sonho. O grande sonho que é a PEC 308, um grande sonho de uma reorganização do sistema carcerário, que faz que alguns cegos do nosso País enxerguem. Agora, não vai ser o agente penitenciário que vai falar não. Agora vão ser os Deputados da CPI que vão assinar, os relatores, que vão mostrar para a sociedade, para os governantes o trabalho ruim que eles estão fazendo lá. Que este Governo, muitos governos que se escondem estão fazendo o trabalho ruim deles. Então é isso que a gente quer. Agradeço aos senhores e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Obrigado, Sr. Luiz Fernando Correia da Rocha.

Antes de passar a palavra para a Deputada Jusmari Oliveira para fazer as considerações e concluirmos também os nossos trabalhos, gostaria de dizer: eu também sou Relator. Sou conhecido como Dr. Talmir por ser médico, pediatra. Dr. Talmir Rodrigues. Sou Relator, sub-relator da questão da superlotação nos presídios. Então, se vocês puderem nos ajudar também considerando aí a problemática ligada aos agentes penitenciários por conta da superlotação... Foram



citadas aqui questões da saúde etc. Então, na medida do possível, gostaria de contar com a prestação de serviço de vocês em prol de um País melhor.

Vamos passar, então, a palavra para a Deputada Jusmari Oliveira para fazer as considerações finais, ela que é autora desse requerimento da audiência.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer pela presença a todos aqui. Eu considero esta audiência uma das mais contributivas para a nossa CPI. Acho que nós daqui levamos dados que vão substanciar muito, muito as nossas colocações no relatório. Eu gostaria ainda de solicitar mais uma vez... Pedi para distribuírem um cartão com meu e-mail particular. Não passem para aquele da Câmara não, que aquele o povo xinga a gente o dia todo (*risos*) e provavelmente as mensagens importantes não chegam. Então, tem esse meu, particular, pelo qual eu gostaria que vocês pudessem estar disponibilizando, o mais rápido possível, qualquer sugestão que tenha ficado fora daqui, que a gente possa não ter percebido, porque o Relator está nos cobrando a nossa contribuição o mais rápido possível. Então, gostaria muito. Como o Renato fica aqui em Brasília sempre, esta semana nós vamos ter ainda uma reunião com ele para colocar o que nós estamos mandando no nosso sub-relatório para que ele também observe, porque ele é um de vocês, para que ele observe o que a gente possa estar deixando de lado.

Enfim, o nosso objetivo é poder dar essa contribuição, e, como eu disse, esperamos que a retribuição de vocês ao nosso trabalho seja lá no trabalho de vocês, que é muito importante para todos nós. O Luiz Fernando colocou aqui a questão da tortura. Infelizmente, acho que é desnecessário perguntar se há tortura. Duas coisas desnecessárias que eu considero no presídio: perguntar se há tortura, até porque ao entrar eu já vejo a tortura explícita. Alguém que dorme no chão molhado, é tortura ou não? Alguém que entra num presídio sem ter sido condenado ainda, sem ter sido julgado e já passa pelo calabouço, sem sol, sem luz, junto com doenças todas, exprimido lá num cubículo, é tortura ou não? Alguém que está junto com 60 pessoas numa cela e tem 20 minutos de água por dia para os 60 tomarem banho, é tortura ou não? É desnecessário perguntar da tortura. A gente pergunta se há um serventário que ainda pratica tortura. E ainda há, viu Luiz Fernando, ainda há sim.



Nós vimos em Estados — nós, num Estado aqui, que eu não vou citar o nome para não gerar polêmica, foi isso que o Domingos colocou aqui — e pedimos para retirar da cela alguns presos. Imediatamente, quando nós não tínhamos saído do Estado ainda, eles retornaram ao presídio e já estavam sendo torturados. Recebemos uma ligação e, no outro dia, pedimos o exame de corpo de delito: eles tinham sido torturados; tirados da cela e individualmente torturados. Infelizmente, existe isso ainda. Mas eu acho que a tortura explícita é a pior que há. O nosso sistema ele é torturador.

Agora uma coisa nós temos que admitir: vocês, os senhores, os servidores são torturados juntamente com esse sistema. Em toda essa situação os senhores estão consignados também, e nós não podemos fechar o olho para isso. E, inclusive, pior ainda: há uma condenação geral da população carcerária com relação aos senhores. Por exemplo: uma tortura que existe no sistema carcerário: a falta de material higiênico por exemplo. Sabem o que os detentos dizem para nós? Que a família traz e que os senhores roubam, né? Coisa que a gente sabe que não existe. Mas, então, existe toda essa situação de tortura geral infelizmente.

Espero que nós possamos contribuir — por ação ou omissão —, que a gente possa, através do nosso relatório e das nossas ações depois da CPI também, porque nós nunca mais poderemos nos apartar da responsabilidade de estar acompanhando a evolução da aplicação daquilo que vamos sugerir no nosso relatório em todo o Estado brasileiro.

Gostaria, então, de mais uma vez agradecer, esperar a contribuição dos senhores mais ainda do que foi esta audiência. Sinto-me muito, muito contemplada, realizada. Com certeza esta audiência cumpriu com o objetivo a que se dispôs. E eu gostaria ainda, Sr. Presidente, sei que o senhor vai dispor a questão da leitura da ata, eu acho que, dado o avançado do tempo e também não se faz necessária, eu peço a dispensa da leitura da ata para que a gente possa dispensar todos os participantes desta audiência pública, principalmente nós, Deputados, que temos outras audiências a participar e ainda o plenário na tarde de hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - Obrigado, Deputada Jusmari Oliveira.



Considerando que saúde é um bem-estar físico, mental, social e espiritual, nós precisamos de uma sociedade mais sã. Com isso, todos os que puderem colaborar são sempre muito bem-vindos, principalmente nesta Casa, no Congresso Nacional, onde nós queremos fazer o melhor para o nosso País.

Então, tendo sido distribuída a cópia da ata da 31ª reunião a todos os Srs. Deputados presentes, indago da necessidade da mesma.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Eu já pedi a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Talmir) - A Deputada Jusmari Oliveira pede a dispensa.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Então, damos por encerrada esta reunião em audiência, solicitada pela Deputada Jusmari Oliveira, agradecemos a participação de todos vocês e gostaríamos que, na medida do possível também, nos enviassem mais sugestões, propostas para que a CPI carcerária atinja seu êxito.

Obrigado.